

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

JOSÉ AÉCIO ALVES BARBOSA

A CAÇA E O USO DA FAUNA NO AGRESTE: UM ESTUDO ETNOBIOLÓGICO A
PARTIR DA MEMÓRIA DOS CAÇADORES DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS
(1940-2012)

CAMPINA GRANDE
2013

JOSÉ AÉCIO ALVES BARBOSA

A CAÇA E O USO DA FAUNA NO AGRESTE: UM ESTUDO ETNOBIOLÓGICO A
PARTIR DA MEMÓRIA DOS CAÇADORES DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS
(1940-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, vinculado ao Centro de Tecnologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento do requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em Recursos Naturais. Área de Concentração: Sociedade e Recursos Naturais

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar

CAMPINA GRANDE
2013

JOSÉ AÉCIO ALVES BARBOSA

A CAÇA E O USO DA FAUNA NO AGRESTE: UM ESTUDO ETNOBIOLÓGICO A
PARTIR DA MEMÓRIA DOS CAÇADORES DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS
(1940-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, vinculado ao Centro de Tecnologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento do requisito parcial necessário à obtenção do grau de Mestre em Recursos Naturais. Área de Concentração: Sociedade e Recursos Naturais

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar

Data de Aprovação: 26 / 02 / 2013

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Otávio Aguiar (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. Márcia Adelino da Silva Dias
Universidade Estadual da Paraíba

Caçada – Chico Buarque

*“Não conheço seu nome ou paradeiro
Adivinho seu rastro e cheiro
Vou armado de dentes e coragem
Vou morder sua carne selvagem
Varo a noite sem cochilar, aflito
Amanheço imitando seu grito
Me aproximo rodando a sua toca
E ao me ver você me provoca
Você canta sua agonia louca
Água que borbulha na boca
Minha presa rugindo sua raça
Pernas se debatendo e o seu fervor
Hoje é o dia da graça
Hoje é o dia caça e do caçador*

*Eu me espicho no espaço feito um gato
Pra pegar você, bicho do mato
Saciar sua avidez mestiça
Que ao me ver se encolhe e me atiça
Que num impulso me expulsa e abraça
Nossa peles grudando de suor
Hoje é o dia da graça
Hoje é o dia caça e do caçador*

*De tocaia fico a espreitar a fera
Logo dou-lhe o bote certo
Já conheço seu dorso de gazela
Cavalo brabo montado em pelo
Dominante, não se desembaraça
Ofegante, é dona do seu senhor
Hoje é o dia da graça
Hoje é o dia caça e do caçador”*

Ao Único Deus, razão da minha existência e detentor de toda a sabedoria.

Alice, minha mãe, por seu amor, dedicação, incentivo e empenho para comigo ao longo de toda a minha vida.

Meu filho Arthur, meu motivo de continuar seguindo em frente sem jamais desanimar ou olhar para trás.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos os amigos e colegas que conquistei no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, com os quais, ao longo desses anos percorri mais uma importante etapa de minha vida. Os levarei para sempre em meu coração.

Quero fraternamente destacar os nomes de: Tércio Mota, Heline Fernanda, Monalisa Cristina, Érica Juliana, José Adailton, Maria da Conceição e Fábio Giovanni.

Quero enfatizar meu sincero agradecimento aos amigos Aluska Matias, Veruska Nobrega, José Ribamar Lima, Thiago Severo, Allysson Allan, Uirá Melo, Emmanuel Duarte e Magna Silva, que, além do auxílio acadêmico, são pessoas com as quais sei que posso contar sempre em minha vida. Muito obrigado, amo todos vocês e desejo-vos muito sucesso em suas caminhadas.

Nunca poderia deixar de lembrar-me de todos os meus professores, desde minha estimada educadora Socorro Leite, passando por meus mestres e amigos Marta, Salomé, Tibério e meu primeiro espelho Luciano Edgley. Muito menos esquecer-me-ia dos professores e ex-professores do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFCG, com destaque merecido para os Professores Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido, Dr. Eivaldo Moreira Barbosa, Dr. José Dantas Neto, Dra. Monica Maria Pereira da Silva, Dra. Vera Lúcia Antunes de Lima, Dr. Patrício Marques de Souza, Dr. Jogerson Pinto Gomes Pereira e Dra Waleska Silveira Lira.

Em especial sou extremamente grato à professora Doutora Márcia Adelino da Silva Dias, pela forma tão solícita com a qual prontamente acolheu-me e auxiliou-me no fim dessa jornada. Serei eternamente agradecido por seu gesto.

Não poderia jamais deixar de agradecer ao professor Doutor José Otávio Aguiar pela amizade, orientação e pelo apoio indispensáveis à realização desse e de outros trabalhos. Muito obrigado professor, aprendi com o senhor bem mais do que imaginas.

Aproveitando, gostaria de agradecer a Universidade Federal de Campina Grande, bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES pelo auxílio financeiro e apoio concedido para realização e apresentação dos resultados desse trabalho.

Jamais poderia esquecer-me dos caçadores residentes no Sítio Gravatá, sem os quais seria impossível concluir este escrito. Muito obrigado por compartilharem tão abertamente comigo essa porção assaz valiosa dos vossos conhecimentos.

Seria impossível deixar de lembrar-me de Francisco Clemente e sua esposa Lindalva, meus amigos “Tico e Dalvinha”, que me hospedaram, alimentaram e acolheram muito bem em sua residência em Queimadas sempre que precisei.

De modo algum deixaria de destacar as pessoas que me abriram as portas para as entrevistas, apresentando-me a alguns dos moradores das comunidades pesquisadas e permitindo o acesso aos documentos acerca da caça: Meu tio “Zezé” no Sítio Gravatá o Sr. José Hamilton no Clube dos Caçadores de Campina Grande.

Aproveito também para lembrar aqui de minha tão querida irmã Alane e meu sobrinho João Pedro, por tudo o que eles significam para mim, bem como quero agradecer ao meu cunhado Leandro pelas vezes que me ajudou profissional e pessoalmente.

Agradeço muito a minha *Flor*, Brygida Carolyne, pela forma tão afável e gentil com que me apoiou nessa reta final, bem como por me acompanhar dedicadamente, com compreensão e cuidado nos momentos bons e nem tão bons assim. Te amo muito!

Agradeço ao meu filho Arthur Gabriel, que é quem mais amo nesse mundo, por ser a razão do meu empenho em galgar patamares cada vez mais altos. Meu pequeno, você é minha maior riqueza. Papai te ama muito!

Impossível mesmo seria deixar de agradecer a minha mãe que tanto amo, Alice Alves de Oliveira, meu exemplo de fé, integridade e moral e a pessoa cujas virtudes me inspiram. Todas as palavras que eu pudesse usar seriam insuficientes e pobres para expressar o quanto seu amor, altruísmo e renúncia significaram para que hoje eu estivesse alcançando mais essa vitória. Muito obrigado por tudo. Sem a senhora eu jamais teria conseguido!

Por fim, mas antes de tudo, quero agradecer a meu bondoso Deus; a razão de tudo em minha existência, o meu Sustentador, em quem me refugio e o Autor e Possuidor da minha vida. Eu te louvo Pai porque não soltaste as minhas mãos durante a caminhada, e te agradeço porque até aqui tens me ajudado. A ti seja a honra, a glória, o louvor e o domínio para todo o sempre. Amém.

RESUMO

O uso da fauna vem se perpetuando ao longo da história. Em sociedades contemporâneas, animais são utilizados para vários fins. O valor utilitário da fauna tem estimulado inclusive a caça de animais silvestres. O objetivo deste trabalho foi analisar os usos passados e atuais da fauna silvestre em áreas da mesorregião Agreste do Estado da Paraíba com base em relatos orais de caçadores e moradores da área referentes a essas práticas entre os anos de 1940 e 2012. As informações foram obtidas através de entrevistas livres com técnicas de história oral, bem como com a aplicação de formulário semiestruturado. Os dados obtidos foram analisados mediante cálculo de Valor de Uso local (VU) e de Prioridade de Conservação das espécies (PC) e os relatos de vida analisados acuradamente no intuito de identificar-se elementos temáticos que corroborassem com a pesquisa. Um total de 48 entrevistados residentes na área citaram o uso de 79 espécies distribuídas em 43 famílias de vertebrados silvestres para dez finalidades distintas: Zooterapia, Etnoveterinária, Uso cosmético, Uso/Relação místico-religiosa, Criação/Domesticação, Exploração comercial, Uso/Relação ornamental, Uso Alimentar, Relações de lazer e Caça de controle. As técnicas mais frequentemente utilizadas na captura dos animais foram a caça de perseguição com arma de fogo e auxílio de cães, e a caça com armadilhas. Em relação aos relatos acerca da história da caça na área da pesquisa, foram entrevistados de modo mais abrangente oito pessoas: três caçadores, dois líderes religiosos, uma líder comunitária, uma professora e um ambientalista local. Todas essas entrevistas contribuíram para a construção de uma provável relação entre a história de cada indivíduo e sua relação com a biodiversidade faunística local. Com o presente trabalho percebeu-se que a carência de estudos em relação às formas de aproveitamento dos recursos faunísticos constitui uma barreira que dificulta o levantamento das prioridades de conservação e manejo, por impossibilitar um inventário seguro das espécies animais que sofrem maior pressão de uso, entretanto, mesmo com essa barreira constatou-se seguramente que a interação de aproveitamento e emprego existente entre homem e fauna constitui uma das mais significativas formas de aproveitamento dos recursos naturais nas áreas estudadas. Percebeu-se ainda que as características socioculturais e econômicas são indispensáveis no momento de se avaliar as implicações dessa relação que os seres humanos vivenciam com o ambiente que lhes cerca, bem como fundamentais para a elaboração de políticas públicas buscando a manutenção da biodiversidade.

Palavras-chave: Uso da Fauna; Técnicas de Caça; História da Caça; Conservação Animal; Caatinga.

ABSTRACT

The use of wildlife has been perpetuated throughout history. In contemporary societies, animals are used for various purposes. The utilitarian value of wildlife has also encouraged the hunting of wild animals. The objective of this study was to analyze the past and current uses of wildlife in areas of mesoregion Agreste the state of Paraíba, based on oral reports of hunters and area residents regarding those hunt practices between the years 1940 and 2012. Information was obtained through free interviews with techniques of oral history as well as the application of form semi-structured. Data were analyzed by calculating the value of use local (VU) and conservation priority species (PC) and the life stories analyzed in order to accurately identify thematic elements to corroborate with the search. A total of 48 area residents interviewed mentioned the use of 79 species (43 families) of wild vertebrates to ten distinct purposes: Zooterapy use, folk veterinary medicine, cosmetic use, use for mystic religious, creation/domestication, commercial exploration, ornamental use, to food, relations of leisure and hunting control. The techniques most often used to catch the animals were to chase hunting with firearms and assistance dogs and trapping. Regarding reports about the history of hunting in the area of research, were interviewed more broadly eight people: three hunters, two religious leaders, a community leader, a teacher and a local environmentalist. All these interviews contributed to the construction of a probable relationship between the history of each individual and their relationship with the local faunal biodiversity. The present work was realized that the lack of studies regarding history of hunt and forms of exploitation of wildlife resources is a barrier that hinders the assessment of priorities for conservation and management, disallowing a secure inventory of animal species suffering greater use of pressure, but, even with this barriers surely noticed that the interaction between the man and the wildlife is one of the most significant forms of exploitation of natural resources in the areas studied. It was noticed also that the socio - cultural and economics characteristics are indispensable at the time of evaluating the implications of this relations that the human experience the environment around them as well as fundamental for the development of public political to maintain social and ecological.

Key-words: Animals use; Hunting techniques; History of Hunting, Animal Conservation; Caatinga.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Localização do município de Queimadas..... | 45 |
| Figura 2. Distribuição dos grupos animais registrados em número de famílias e número de espécies..... | 55 |
| Figura 3. Tipos de uso para a fauna e percentual de citações em cada categoria utilitária..... | 56 |
| Figura 4. Distribuição dos grupos animais citados dentro de cada categoria de uso/ interação..... | 56 |
| Figura 5. Capa do estatuto de fundação do Clube dos Caçadores de Campina Grande-PB..... | 72 |
| Figura 6. Troféus de premiação à caça e tiro encontrados no Esporte Clube Caçadores (Clube dos Caçadores) de Campina Grande-PB..... | 74 |
| Figura 7. Cervídeos abatidos por membros do Clube dos Caçadores de Campina Grande-PB na década de 1940..... | 74 |
| Figura 8. Acompanhamento dos entrevistados em prática de caça na área pesquisada..... | 76 |
| Figura 9. Aves abatidas por alguns entrevistados em caça recreativa na área pesquisada..... | 77 |
| Figura 10. Grupo de membros do Clube dos Caçadores de Campina Grande reunidos para prática de atividades cinegéticas na década de 1940..... | 78 |
| Figura 11 (A). Arapuca..... | 79 |
| Figura 11 (B). Quixó..... | 79 |
| Figura 12. Placas de proibição à caça e captura de animais fixadas na área pesquisada..... | 86 |
| Figura 13. Representatividade das concepções dos entrevistados acerca dos animais na área estudada..... | 87 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Critérios para o cálculo da prioridade de conservação dos animais localmente utilizados..... | 52 |
| Tabela 2. Aspectos socioeconômicos dos entrevistados da área pesquisada.... | 54 |

LISTA DE SIGLAS

CBCD – Centro Brasileiro de Classificação de Doenças

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA – Ministério do Meio Ambiente

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 2. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO..... | 19 |
| 3 OBJETIVOS..... | 21 |
| 3.1 OBJETIVO GERAL..... | 21 |
| 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 21 |
| 4. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 22 |
| 4.1 AS POPULAÇÕES HUMANAS, SUA CULTURA E O MANEJO DE SEUS AMBIENTES..... | 22 |
| 4.2 OS SERES HUMANOS E A HISTÓRIA DA CAÇA..... | 25 |
| 4.3 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL: UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO DE SEU DESENVOLVIMENTO..... | 26 |
| 4.4 A HISTÓRIA AMBIENTAL, SEUS DESAFIOS E SEU PANORAMA NO BRASIL..... | 30 |
| 4.5 AS “ETNOCIÊNCIAS” E SEU GERMINAR ANTE UM NOVO MODELO SOCIOAMBIENTAL DO SÉCULO XX..... | 32 |
| 4.6 OS USOS DA FAUNA E A ETNOZOOLOGIA..... | 36 |
| 4.7 A CAATINGA: CARACTERIZAÇÕES E DESAFIOS..... | 37 |
| 4.7.1 CARACTERÍSTICAS GEOAMBIENTAIS E BIOLÓGICAS DAS CAATINGAS..... | 37 |
| 4.7.2 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA CAATINGA..... | 39 |
| 4.7.3 PRECONCEITOS RELACIONADOS À CAATINGA..... | 41 |
| 4.7.4 RECURSOS NATURAIS E O DESAFIO DE PRESERVÁ-LOS NA CAATINGA..... | 42 |
| 4.8 A SOBRE-EXPLORAÇÃO DA FAUNA E O PAPEL DAS POPULAÇÕES LOCAIS PARA A CONSERVAÇÃO E O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS..... | 43 |

| | |
|---|------------|
| 5. MATERIAL E MÉTODOS..... | 45 |
| 5.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO..... | 45 |
| 5.2 DOS TIPOS DE PESQUISA..... | 46 |
| 5.2.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA INICIAL..... | 46 |
| 5.2.2 TRABALHO DE CAMPO/ TÉCNICAS PARA ENTREVISTAS TEMÁTICAS..... | 47 |
| 5.2.3 ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS EM HISTÓRIA ORAL..... | 50 |
| 5.2.4 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS FORMULÁRIOS SEMIESTRUTURADOS EM RELAÇÃO AOS DADOS ZOOLOGICOS E ECOLÓGICOS..... | 51 |
| 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 53 |
| 6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS ENTREVISTADOS..... | 53 |
| 6.2 OS USOS E AS INTERAÇÕES HUMANOS/ FAUNA SILVESTRE EM ÁREAS DO AGRESTE PARAIBANO..... | 55 |
| 6.3 IMPLICAÇÕES DA VARIEDADE UTILITÁRIA DA FAUNA EM ÁREAS DO AGRESTE PARAIBANO..... | 60 |
| 6.4 MEMÓRIAS, HISTÓRIAS DE VIDA E ASPECTOS DA CAÇA EM QUEIMADAS..... | 68 |
| 7. CONCLUSÕES..... | 92 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 93 |
| APÊNDICES..... | 122 |
| ANEXOS..... | 133 |

1 INTRODUÇÃO

As relações que social e historicamente se estabelecem entre os homens e os animais representam uma das mais constantes formas de interação entre os seres humanos e a biodiversidade (ALVES *et al.* 2007). Essa variedade de interações que as culturas humanas mantêm com a fauna é, frequentemente, abordada pela perspectiva da Etnozoologia, ramo da Etnobiologia, saber subdiferenciado, que investiga os conhecimentos, significados e usos dos animais nas sociedades humanas (OVERAL, 1990; MARQUES, 2002).

Como a apropriação da fauna silvestre através da caça é extremamente antiga, e, nossa constituição em termos de designação e linguagem se fez em relação de significação com os outros seres da natureza, as concepções a respeito do papel e hierarquia dos outros animais com referência à nossa espécie variaram e variam nos códigos éticos, religiosos e morais das diferentes civilizações humanas. As formas e técnicas cinegéticas¹ tornam-se bastante variadas, o que torna a história dessa modalidade de aproveitamento dos recursos naturais uma das mais difíceis de ser apreendida pelos pesquisadores, sendo necessário fragmentá-la em locais e períodos distintos de destaque (BLAIN, 2004).

Alguns estudos no campo da História Social, Ambiental e Cultural procuraram esclarecer como, em espacialidades e ecossistemas específicos, ao longo de muitas gerações, elementos das relações entre determinadas culturas e os animais (caçados ou não) foram sendo construídos historicamente e acabaram influenciando na nossa concepção de mundo e de natureza (AGUIAR *et al.*, 2011). Abordagens em torno dos usos e significações sociais da caça, bem como pesquisas sobre o emprego da fauna já geraram, inclusive, clássicos da história ambiental, como “*Senhores e Caçadores*”, livro bastante conhecido do historiador Edward Palmer Thompson, vinculado à chamada *New Left* inglesa. Thompson estudou as relações entre natureza, história social e hábitos de caça na trajetória das disputas pela propriedade da terra e seus recursos naturais na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, demonstrando, naquelas dadas condições de historicidade, uma vinculação concatenada muito frequente entre sociedade, economia, cultura e recursos naturais (THOMPSON, 1987). Tal vinculação parece ser um campo privilegiado de análise para as prospecções muito próprias ao esforço explicativo e compreensivo que

¹ O termo cinegético é correspondente às atividades desenvolvidas por um caçador, pescador ou alguém que, de certa maneira se aproprie dos recursos faunísticos.

frequentemente ocupa os historiadores também em outras espacialidades e temporalidades. Mais do que isso, as relações entre cultura e natureza são campos privilegiados para o pensar historiográfico, e, também, para o pensar da etnobiologia, o que nos convida, naturalmente, à transdisciplinaridade e a um diálogo com uma compreensão sistêmica dos saberes e dos seres em interação com seus ecossistemas e biotas.

Continuando nossa reflexão, nos recordamos de outra obra clássica acerca do tema “*O Homem e o Mundo Natural*”, do também historiador social inglês Keith Thomas. No livro, Thomas explora as atitudes e posturas intelectuais inglesas em relação aos usos e interações com os animais e as plantas entre os séculos XVI e XIX (THOMAS, 1983). É preciso notar, conforme Thomas (1983), que, historicamente, se elaboraram formas diversas e ambíguas de relacionamento entre os homens e os animais, ou seja, essas relações nem sempre são coerentes e livres de contradições. Estudando as novas sensibilidades emergentes na Inglaterra do início do período moderno em relação aos animais, às plantas e à paisagem, sobretudo a partir do século XVIII, esse autor observa que se estabeleceram estreitas relações entre os homens e os animais, de modo que a fauna fazia parte das condições cotidianas do ser e do viver. Essas condições, ao nosso ver, fizeram, de diferentes formas, parte da história dos seres humanos, também diversos e não coerentes em suas relações sociais e históricas, assumindo múltiplos significados. Ou seja, no tocante às faunas, cabe observar que atitudes e percepções diversas lhes foram atribuídas pelas sociedades.

Como dito, embora há tempos os animais desempenhem um papel importante em diferentes culturas humanas, a etnozologia ainda tem sido pouco utilizada como ferramenta teórico-metodológica de estudo, sobretudo quando comparada à gama de trabalhos etnobotânicos hoje em voga nos mais conhecidos e influentes periódicos de divulgação científica no Brasil e no Mundo. Não obstante, tendo em vista a sua importância, especialmente em seus aspectos econômicos e ambientais, estudos etnozoológicos que tratam da relação pessoas-fauna têm se intensificado nos últimos anos (SMITH, 1976; AYRES; AYRES, 1979; MARTINS, 1993; CALOURO, 1995; EMÍDIO SILVA, 1998; BENNETT; ROBINSON, 1999; LEEUWENBERG; ROBINSON, 1999; NARANJO *et al.*, 2004; ALVES; ROSA, 2006; 2007a; 2007b; ALVES; PEREIRA-FILHO, 2007).

No Brasil, animais vêm sendo usados por grupos nativos e por descendentes dos colonizadores europeus desde o período colonial, e, para esta utilização, a ampla produção

epistolar dos viajantes estrangeiros e luso brasileiros é paradigmática (STADEN, 2010; PISO, 1957; DIAS, 2010). Tais usos vêm se ressignificando ao longo do tempo numa relação marcada tanto por rupturas, quanto por sequências. Atualmente, animais silvestres continuam sendo utilizados para diversas finalidades, desde alimentação, atividades culturais, comércio de animais vivos, partes deles ou subprodutos usados como vestuário, ferramentas e para uso medicinal e mágico-religioso (eg. MEDEIROS, 2001; PIANCA, 2004; ROCHA *et al.*, 2006; TRINCA; FERRARI, 2006; ALVES *et al.* 2007; ALVES; PEREIRA-FILHO, 2007).

Na mesorregião agreste² do estado da Paraíba a fauna silvestre já era explorada desde os períodos iniciais de ocupação, tanto por populações indígenas, quanto por povos descendentes de europeus e africanos que se estabeleceram na região nos processos de formação da população local (BRITO, 2010), contudo, por serem considerados tradicionais ou culturais, os múltiplos usos da fauna local, por vezes foram sub-reconhecidos como degradantes e, apesar da ampla disseminação dessas formas de aproveitamento das espécies animais a importância desses recursos na região e os impactos decorrentes de sua exploração ao longo dos anos foram menosprezados (ALVES *et al.*, 2011).

Faz-se necessário entretanto, lembrar que o uso da fauna silvestre torna-se ainda mais impactante em áreas como o semiárido nordestino (Caatinga), a exemplo do Agreste da Paraíba. Na área de abrangência da Caatinga vive quase 20% da população brasileira, mais de 28 milhões de pessoas (MITTERMEIER *et al.*, 2002), e sua população rural, apesar das atuais mudanças de cenário, ainda é caracterizada por uma extrema pobreza (SAMPAIO; BATISTA, 2004). Em virtude das condições adversas do meio, bem como de fatores sociopolíticos peculiares, boa parte da população humana que habita essas áreas desenvolveu uma estrutura socioeconômica e histórico-cultural peculiar e uma forte relação com o uso dos recursos naturais disponíveis na região, inclusive recursos faunísticos.

Lamentavelmente, essa relação de uso dos recursos, muitas vezes de forma sobre-exploratória é um dos principais motivos de degradação da Caatinga, agora fragmentada em áreas sob diversos graus de distúrbios (MMA, 2002; MMA, 2009). No caso específico da fauna, a caça vem sendo apontada como uma das principais ameaças à biodiversidade

² O termo 'Agreste' designa uma área na Região Nordeste do Brasil de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, que se estende por uma vasta área dos estados brasileiros da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A área ocupada pelo Agreste situa-se numa faixa estreita paralela à costa.

da região (LEAL *et al.* 2003; LEAL *et al.* 2005; ALVES *et al.*, 2009; BARBOSA *et al.* 2011). De fato, dezenas de espécies da fauna da Caatinga se encontram ameaçadas de extinção (LEAL *et al.*, 2005) e as atividades cinegéticas muito provavelmente têm contribuído para isso.

Por outro lado, de uma perspectiva histórica e social, a captura de animais silvestres constitui um importante fator, quando não de subsistência, de transmissão cultural para diversas comunidades humanas que se auto-reconhecem como tradicionais e habitam áreas rurais do Nordeste do Brasil, inclusive o Agreste paraibano (ALVES *et al.*, 2009). Diante dessa realidade, torna-se inconcebível traçar estratégias de conservação para a fauna local sem considerar o elemento humano, sua influência cultural, ambiental e histórica, bem como os impactos decorrentes do uso desses recursos na presente região.

Nesse contexto, o presente trabalho foi desenvolvido a partir de análise crítica, comparativa e heurística de fontes documentais e relatos orais, bem como em campo, em uma comunidade rural no município de Queimadas, situado no semiárido do estado da Paraíba e teve como principal aporte documentar e caracterizar, baseando-se no resgate histórico e no relato oral, o contexto histórico e sociocultural em que se deu e se dá a utilização da fauna silvestre em trechos da região Agreste da Paraíba, bem como avaliar as implicações atuais dessa prática para conservação. Para tanto foi considerada a óptica e a percepção de alguns atores sociais direta e indiretamente envolvidos nas atividades de caça na região.

Sustentando o presente trabalho teve-se como principal hipótese que as relações atuais entre os seres humanos e os animais em trechos do Agreste paraibano apresentam-se vinculadas às percepções desenvolvidas historicamente pelos povos locais, bem como às práticas de permanecer vinculado à região. Acreditando-se também que as relações atuais de uso da fauna local influenciam atualmente a região num contexto social, cultural e ambiental.

2. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A região Nordeste apresenta os indicadores mais críticos de qualidade de vida e degradação ambiental do Brasil, quadro cuja superação é considerada há décadas um problema que impõe um tratamento abrangente e capaz de contemplar suas complexas dimensões históricas, sociais, econômicas e ambientais. A condição da região com índices de desenvolvimento muito abaixo da média nacional e o pouco investimento na produção de conhecimento científico são fatores que se retroalimentam. Como a pobreza da população é considerada o principal desafio na Caatinga, a conservação da biodiversidade está entre as menores prioridades de investimento. Infelizmente, os governos e as organizações não governamentais ainda não trataram, adequadamente, das potenciais relações entre a conservação da biodiversidade e a redução da pobreza (LEAL *et al.*, 2005).

A conservação dos recursos naturais da Caatinga é condição indispensável não somente à preservação da diversidade genética, mas também para a manutenção de estratégias de subsistência para um grande número de pessoas que dependem da biodiversidade local como meio de sobrevivência. Certamente, a utilização de animais para os diversos propósitos provoca uma forte pressão extrativista sobre as populações naturais, devido à grande importância socioeconômica e histórico-cultural desses recursos. Como apontam Trinca e Ferrari (2006), os diferentes aspectos culturais de cada população exercem impactos em diversas escalas sobre a fauna silvestre. As espécies escolhidas, a forma de extração (técnicas de caça), a quantidade extraída e o motivo (finalidade de uso) são aspectos fundamentais para compreender a forma de uso e grau de ameaça da caça sobre cada espécie silvestre. Por outro lado, de uma perspectiva social, a captura de animais silvestres constitui um importante fator de subsistência para comunidades humanas que habitam certas áreas rurais do Nordeste do Brasil.

O uso sustentável dos recursos naturais deve possuir como uma das suas premissas a compreensão das interações que se desenvolveram ao longo da história entre as populações humanas e seu meio ambiente. Isto é especialmente importante para ecossistemas ameaçados como a Caatinga, onde os recursos naturais têm importância fundamental para as comunidades humanas e a caça é apontada como uma das principais ameaças à biodiversidade faunística da região (LEAL *et al.*, 2005). Olmos *et al.* (2001), demonstram alguns exemplos de consequências negativas à biodiversidade por causa da

intervenção de nativos em sua área de entorno e Adams (2000) contrapõe a integração positiva das populações locais e da biodiversidade circunvizinha devido à existência de poucos estudos que detalhem os impactos das pessoas sobre os recursos. Nesse sentido, o presente estudo avança ao passo que possibilita a integração de aspectos biológicos e históricos na determinação das pressões de caça e percepções acerca dos recursos faunísticos na localidade que se propõe estudar.

Pesquisas como a presente são de extrema importância, pois desconsiderar a diversidade social e histórico-cultural significa ignorar possibilidades múltiplas no momento de se definir novas estratégias de desenvolvimento (BERGAMASCO; ANTUNIASSI, 1998). Atualmente, o cenário científico vem ressaltando o papel de estudos com populações tradicionais locais para a conservação e o manejo dos recursos naturais (POSEY, 1983; ALBUQUERQUE, 2004), atribuindo a essas, importância como parte integrante da dinâmica dos ecossistemas (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000).

Conhecer a biodiversidade do semiárido e os diferentes modos de uso por parte das populações humanas constitui passos importantes para que seus recursos possam ser aproveitados de maneira sustentável, reduzindo a degradação ambiental e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. Nesse sentido, os estudos que busquem conhecer a fauna local e suas formas de apropriação e utilização ao longo da história são fundamentais para subsidiar projetos de desenvolvimento sustentável para a região semiárida. A fusão entre o conhecimento zoológico científico e o histórico-tradicional é um dos primeiros passos para iniciar a elaboração de estratégias de manejo e uso sustentável das espécies animais.

Na mesorregião Agreste do Estado da Paraíba, onde esta pesquisa foi realizada, a exemplo do que ocorre em todo o semiárido brasileiro, ainda são escassos os trabalhos acerca dos usos da biodiversidade faunística que considerem concomitantemente aspectos históricos e ambientais, o que evidencia a importância de estudar-se essa relação indissociável em termos de entendimento amplo da problemática, ainda mais considerando que a rápida e crescente deterioração da Caatinga acentua a situação de miséria local, pois diminui os recursos biológicos que são indispensáveis à subsistência das populações bem como à manutenção da história e cultura dos habitantes locais.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os usos passados e atuais da fauna silvestre no sítio Gravatá, município de Queimadas, mesorregião Agreste do Estado da Paraíba com base em relatos orais referentes a essas práticas entre os anos de 1940 e 2012.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Recuperar vestígios e fragmentos da história da caça em áreas da mesorregião Agreste do Estado da Paraíba;
- Selecionar atores locais e, através de técnicas de pesquisa em história oral, estabelecer relações entre a trajetória de vida desses indivíduos e os modos de apropriação e uso dos recursos faunísticos na localidade estudada.
- Catalogar as variadas espécies animais caçadas e utilizadas histórico-tradicionalmente na região estudada, estabelecendo prioridades atuais de conservação para as espécies citadas;
- Analisar o perfil socioeconômico dos atuais usuários de produtos derivados da fauna silvestre, bem como os diferentes modos de utilização dos recursos faunísticos pela população local;
- Investigar a percepção atual dos entrevistados no que refere às atitudes dessas populações em relação aos impactos e conservação da fauna da região.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 AS POPULAÇÕES HUMANAS, SUA CULTURA E O MANEJO DE SEUS AMBIENTES

Antes de tratar das populações humanas e sua influência sobre o meio ambiente, precisamos lembrar que o homem também é, como qualquer outro ser vivo, parte integrante e componente natural desse meio que ele tanto altera cultural e ecologicamente (PASCAL, 1984). Então, faz-se necessário localizar os aspectos do universo humano que tanto o diferenciam e singularizam.

Segundo Childe (1971), o ser humano pode ajustar-se a um número maior de ambientes do que qualquer outra criatura, multiplicar-se infinitamente mais depressa do que qualquer mamífero superior, sobrepujar qualquer outro animal através de suas ferramentas especiais, deslocar-se mais rapidamente, subir mais alto, ver mais longe. Todavia, os recursos que permitem essas façanhas não fazem parte do corpo do homem ou são herdados biologicamente. O conhecimento necessário para sua produção e uso é parte do nosso legado social e resulta de uma tradição acumulada por muitas gerações e transmitida através da linguagem (oral ou simbólica). Assim, diferente dos outros animais, os homens não são apenas seres biológicos, são também seres culturais que modificam o estado da natureza (COTRIM, 2006). Mediante a cultura, o ser humano criou para si um “novo mundo”, diferente do cenário natural originalmente encontrado, ou seja, dentro da biosfera os humanos foram construindo a “antroposfera”, parte do mundo que resulta do ajustamento da natureza às necessidades humanas.

Assim sendo, a questão é compreender onde, no homem, acaba a natureza e começa a cultura, se é que há um limite rígido entre esses aspectos. Para Cuvillier (1975), um dos principais fatores determinantes da transição natureza - cultura é a linguagem. De fato, a linguagem constitui uma das dimensões mais importantes da cultura, pois é ela que permite o intercâmbio das experiências e as aquisições culturais. É pela linguagem, por exemplo, que os pais comunicam aos filhos não apenas suas experiências pessoais, mas algo mais amplo, como as experiências acumuladas e compartilhadas pela sociedade. De modo inverso, é também por meio da linguagem que o conhecimento individual de cada pessoa pode incorporar-se ao patrimônio social (COTRIM, 2006).

Já segundo outra perspectiva, de acordo com Marx e Engels (1974), o trabalho é que possibilita a distinção entre ser humano e animais; portanto, entre cultura e natureza. Para os autores:

[...] Pode-se considerar a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém essa distinção só começa a efetivar-se quando os homens iniciam a produção de seus meios de vida [...] (MARX; ENGELS. 1974, p. 19).

De acordo com essa interpretação, portanto, é o modo como os homens constroem sua vida material que dá origem à elaboração da vida espiritual e das relações sociais, formando um conjunto que constitui a cultura. Isso quer dizer também que não podemos falar de cultura no singular, mas sim de culturas, pois elas são múltiplas e variáveis, de acordo com a diversidade dos modos de ser e viver das coletividades humanas (COTRIM, 2006).

Em seu cerne o termo cultura empregado por antropólogos, historiadores e sociólogos designa o conjunto de modos de vida criados e transmitidos de uma geração para outra, entre os membros de uma sociedade. Abrange conhecimentos, crenças, artes, normas, costumes e muitos outros elementos adquiridos socialmente pelos homens.

A cultura pode ser considerada um amplo conjunto de conceitos, símbolos, valores e atitudes que modelam uma sociedade. Envolve o que pensamos, fazemos e temos como membros de um grupo social. Nesse sentido, todas as sociedades humanas, da pré-história aos dias atuais, possuem uma cultura. E cada cultura tem seus próprios valores e sua própria verdade (COTRIM, 2006), que possibilitam o desenvolvimento de organizações sociais e políticas (MARIN, 1996).

Braidwood (1985), procurou indicar os principais elementos que identificam a cultura. Segundo o autor:

[...] A cultura é duradoura embora os indivíduos que compõem um determinado grupo desapareçam. No entanto, a cultura também se modifica conforme mudam as normas e entendimentos. [...] Quase se pode dizer que a cultura vive nas mentes das pessoas que a possuem, mas as pessoas não nascem com ela; adquirem-na a medida que crescem. [...] Quando falo de cultura, estou pensando em algo que perdurou através do tempo. Se algum egípcio (por exemplo) morresse, mesmo que fosse o faraó, isso não afetaria a cultura egípcia daquele momento determinado [...]. (BRAIDWOOD. 1985, p. 41-42).

Sendo assim, a cultura pode ser caracterizada como adquirida pela aprendizagem e não herdada pelos instintos; transmitida de geração a geração através da linguagem nas diferentes sociedades; criada exclusivamente por seres humanos, incluindo produção material e não material e múltipla e variável no tempo e no espaço, de sociedade para sociedade (BRAIDWOOD, 1985; COTRIM, 2006).

Segundo Moran (1992), a cultura cresce na medida em que é repassada. Esta afirmativa corrobora com a síntese das ideias de Martho (1996) e Maturana e Varela (1995), que afirmam que o aprendizado com o ambiente é repassado para gerações posteriores e, estas por sua vez, acrescentam novos conceitos, modificando as idéias ultrapassadas e deixando novas idéias para a próxima geração.

Podemos naturalmente relacionar a transmissão cultural à utilização dos recursos naturais para sobrevivência de populações humanas desde o início das civilizações até os dias atuais (BARBOSA, 2007). Sabe-se que cada comunidade humana utiliza mecanismos próprios para facilitar suas atividades de manutenção (MATURANA; VARELA, 1995). Um exemplo disso pode ser observado em comunidades que utilizam os recursos animais, usando seu conhecimento acerca da dinâmica dos ambientes para a maximização dos resultados do esforço de captura dos animais (MATURANA; VARELA, 1995). Para Marques (1993), esses usuários portam o “saber” e o “saber fazer” relacionados com a estrutura e a função do(s) ecossistema(s) a que são vinculados.

Entretanto, mesmo sendo clara a importância do conhecimento acerca das relações seres humanos x natureza, não só para manutenção da estabilidade ambiental, mas também para preservação cultural, o modelo ainda hoje dominante de conservação assume que a natureza, para ser conservada, deve estar separada das sociedades humanas, admitindo ainda que ambas sejam excludentes (NAZARIO, 2003). Nessa dicotomia, a ação antrópica é definida sempre como destrutiva, e a natureza, para ser preservada, deve ser isolada da ação maléfica dos seres humanos (ARRUDA, 2000; DIEGUES, 2000). Esta concepção, todavia, tem sido questionada e repensada sob outros enfoques, assumindo o humano como parte da natureza, valorizando o papel do conhecimento e manejo tradicional e a importância de aliar comunidades tradicionais e outros agentes na conservação ambiental (DIEGUES, 2000; PIMBERT; PRETTY, 2000).

4.2 OS SERES HUMANOS E A HISTÓRIA DA CAÇA

Nas chamadas sociedades primitivas, bem antes do surgimento da agricultura, humanos sobreviviam baseando-se em suas habilidades de coleta e caça. Em culturas similares a das primeiras eras da pré-civilização, as mulheres tiveram papel de preocupar-se com a habitação e preparar o alimento trazido pelos homens. Segundo Blain (2004), alguns grupos populacionais modernos da África ainda preservam quadros similares a este, onde um estilo análogo da hierarquia é mantido, com os homens sendo instruídos na caça e mantendo esta prática habitual para alimentar-se.

Ao contrário de hoje, toda a caça nas primeiras eras da pré-civilização urbana era praticada tendo em vista a sobrevivência, não havendo modalidades de caça esportiva. Praticamente todos os subprodutos animais eram empregados, dos ossos à pele. Uma larga variedade de armas e técnicas diferentes de caça foi utilizada durante este período, desde estilingues às lanças da madeira e pontas de pedra. Para o abate de grandes presas, os caçadores trabalhavam em conjunto formando “bandos” (BLAIN, 2004).

Com o avanço das sociedades a caça passou também a configurar-se como um método de determinar quem era o guerreiro mais valente. O mais bravo caçaria as criaturas ferozes que viviam próximas. Estas matanças eram uma parte vital das hierarquias mais adiantadas.

Ainda de acordo com a autora supracitada civilizações, tais como os Babilônios, os Egípcios e os Romanos também tiveram seus caçadores. Os Romanos, por exemplo, transformaram a caça em um esporte, capturando inclusive animais vivos para a venda ou competições. Como somente determinados indivíduos eram caçadores, essas ações permitiram que grupos seletos se destacassem em relação ao aproveitamento dos recursos faunísticos.

Provavelmente um dos períodos mais interessantes na história da caça tenha sido a Idade Média. Este é o momento onde a caça alimentar era uma parte essencial para a sobrevivência, entretanto era, em muitos aspectos, restringida a certos grupos. As restrições nas práticas cinegéticas, tal como as “Terras ou Florestas do rei”, eram as primeiras limitações reais na caça. Somente ricos proprietários e as classes mais favorecidas caçaram sem reservas de espaço ou espécies. A caça, desde porcos selvagens, passando por cervos até a raposa, transformou-se num entretenimento preliminar para a

nobreza da época. Isto iniciou a tendência de maior organização da caça esportiva (BLAIN, 2004).

Entre os anos de 1700 até imediatamente após o início de 1900 a evolução das máquinas trouxe mudanças relativamente consideráveis às práticas de caça, com armas de fogo passando a ser utilizadas extensivamente. As grandes fazendas tornaram-se muito populares, e nestas a domesticação e os usos de animais fâmulos foram privilegiados em vez das práticas de caça dos animais selvagens.

Para Rebecca Blain, através dos diversos estágios da história da caça, os seres humanos aperfeiçoaram esta atividade através de uma larga escala de técnicas, práticas e percepções. Cada uma destas eras da história da caça contribuiu muito tanto para as delimitações quanto para generalizações da prática, dando-lhe um status de patrimônio humano que não devesse ser esquecido (BLAIN, 2004).

4.3 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL: UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO DE SEU DESENVOLVIMENTO

O Brasil, além de apresentar uma das maiores taxas de biodiversidade do planeta, é também um dos mais culturalmente diversos, com mais de 500 áreas indígenas reconhecidas e habitadas por cerca de 200 sociedades culturalmente diferenciadas, as quais desenvolveram, ao longo dos séculos de sua existência, formas de adaptação a toda variedade de ecossistemas presentes no território nacional. Baseados em modelos socioculturais que restringem o aumento desmedido do uso dos recursos naturais, esses povos desenvolveram um conhecimento aprofundado e extenso das características ambientais e das possibilidades de manejo dos recursos naturais dos territórios que ocupam (DIEGUES *et al.*, 2000).

Por outro lado, a colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI difundiu entre a população rural não indígena um modelo sociocultural de adaptação ao meio que apresenta características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país.

Segundo Diegues *et al.* (2000), os colonizadores portugueses e a população brasileira constituída ao longo do empreendimento colonial, frente a uma natureza desconhecida, adotaram as técnicas adaptativas indígenas. Deles incorporaram sua base alimentar constituída pelo plantio de milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata

doce, cará, etc. Adotaram os produtos de coleta compondo sua dieta com a extração do palmito e das inúmeras frutas nativas como maracujá, pitanga, goiaba, bananas, caju, mamão e tantas outras. E, como complemento essencial, apoiaram-se na caça e pesca. A base alimentar indígena foi ampliada e mesclada com espécies vegetais trazidas de fora, como o trigo, o arroz branco, legumes, bananas exóticas e outros, naturalizadas e incorporadas à dieta da população.

A lista de elementos apropriados das culturas indígenas é enorme, mencionando apenas mais alguns itens como as técnicas de fabrico e uso de canoas, da jangada, de tapagem, redes e armadilhas de pesca e caça, de cobertura de casas rurais com material vegetal, o uso da rede para dormir, etc.

A influência indígena também se revelou nos modos de organização para o trabalho e nas formas de sociabilidade. No modelo de “cultura rústica”, as famílias são as unidades de produção e consumo que, por intermédio de relações de ajuda baseadas na reciprocidade (na instituição do “mutirão”, nas festas religiosas, etc.) se articulam umas com as outras em estruturas frouxas, mas mais abrangentes que constituíram os “bairros rurais”. Embora relativamente autônomos, esses “sitiantes tradicionais” sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos (DIEGUES *et al.*, 2000).

Em linhas bastante gerais, a colonização portuguesa dedicou-se à exploração intensiva de certos produtos valiosos no mercado internacional, promovendo o adensamento populacional apenas nas regiões em que essa exploração era mais bem sucedida. Dessa forma o centro nervoso da economia brasileira migrou de região para região ao sabor da substituição de um produto por outro, deixando em seu rastro núcleos populacionais que foram, ao longo da história, perdendo sua inicial relevância econômica e tendo que desenvolver uma economia voltada para a autossuficiência.

Ribeiro (1995) classifica as variantes desse modelo de povoamento rural de *cultura crioula* — desenvolvida na faixa de massapé do Nordeste, sob a égide do engenho açucareiro; *cultura caipira* — constituída pelo cruzamento do português com o indígena e que produziu o mameluco paulista, caçador de índios e depois “sitiente tradicional” das áreas de mineração e de expansão do café e que se apresenta no litoral sob o nome de *cultura caiçara*; *cultura sertaneja* difundida pelo sertão nordestino até o cerrado do Brasil

central pela criação de gado; *cultura cabocla* — das populações amazônicas, afetas à indústria extrativa; e *cultura gaúcha* — de pastoreio nas campinas do sul.

Em suma, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem.

No caso dos sertanejos típicos, estes ocupam a orla descontínua ainda úmida do Agreste e prosseguem com as enormes extensões semiáridas das Caatingas. Mais além, penetrando no Brasil Central, elevam em planalto como se campos cerrados que se estendem por milhares de quilômetros quadrados. Toda essa área compõe-se de vegetação rala, confinada, de um lado pela floresta da costa atlântica, do outro pela floresta amazônica e fechada ao sul por zonas de matas e campinas naturais.

No Agreste, depois nas Caatingas e por fim nos cerrados, desenvolveram economia pastoril associada à produção açucareira como fornecedora de carne, couro e bois de serviço. As atividades pastoris, nas condições climáticas dos sertões cobertos de pastos pobres e com extensas áreas sujeitas a secas periódicas, conformaram não só a vida, mas também a própria figura do homem e do gado. Assim associados, multiplicando-se juntos, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo o sertão interior. No curso desse movimento de expansão, todo o sertão foi sendo ocupado e cortado por estradas abertas pela batida das boiadas. Estas marchavam de pouso em pouso, pousos esses que se transformariam mais tarde em vilas e cidades, célebres como feiras de gado, vindo de imensas regiões circundantes. Mais tarde, as terras mais pobres dos carrascais, onde o gado não podia se desenvolver, foram dedicadas à criação de bodes, cujo couro encontrou amplo mercado. Crescendo junto com o gado esses bodes transformam-se mais tarde na única carne ao alcance do vaqueiro. Assim é que os currais se fizeram criatórios de gado, de bode e de gente: os bois para vender, os bodes para consumir, os homens para emigrar (RIBEIRO, 1995).

Exportam o couro, porém, possuem uma economia pobre e dependente.

A cultura sertaneja especializada na criação de animais de pastoreio é marcada por uma dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da familiar, na estruturação do poder, na vestimenta típica (perneiras, guarda-

peito, gibão, etc.), nos folguedos estacionais, na visão de mundo, numa religiosidade propensa ao messianismo, na dieta e na culinária “... Somos um povo que tudo come: “mato” (legumes verdes, folhas), com exceção da couve que se cozinha junto com o feijão, a cebolinha e o coentro para o tempero. Não abatemos nem comemos filhotes de animais: leitões, cordeiros, cabritos, vitelos. Talvez porque os nossos rebanhos sejam pequenos e por demais preciosos.” (Ibid).

Possuem formas de cooperação que por vezes se transformam em festas religiosas como as vaquejadas. Cultivam o algodão arbóreo (mocó) fazendo torta de sementes para o gado. Desenvolvem atividades extrativistas (coleta de coco babaçu e drogas da mata). Fazem roças de subsistência e exploram os palmais de carnaúba para a produção de cera e artefatos de palha.

As zonas de pastoreio foram e são criatório de gente para a Floresta Amazônica para explorar seringueira nativa e outras espécies gomíferas; para alimentar as novas frentes agrícolas no sul e para engrossar a população urbana (construção civil ou indústria). Os imigrantes sertanejos que regressam à terra trazem do sul a imagem de regiões progressistas.

O sertanejo lavrador adquire a posse após uma década de ocupação. Esse é o mesmo sistema das sesmarias reais do período colonial, só que agora as concessões de gleba dependem da prodigalidade de políticas estaduais e/ou federais.

Os sertanejos possuem um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores. Na vastidão do mediterrâneo interior configuram-se diversas variantes de modos de vida que são adaptações locais e funcionais dessa expansão sertaneja.

No Centro-Oeste o vaqueiro se torna assalariado (fazendas cercadas por arame – regime pluvial regular – a exploração pastoril se torna um negócio racionalizado). O vaqueiro passa então a comprar a carne.

Nas vastas áreas do mediterrâneo interior, grande contingente de sertanejos se dedica ao garimpo de cristal de rocha e pedras semipreciosas, de ouro e de minerais raros.

O sertanejo caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por um carrancismo de hábitos, laconismo e rusticidade, predisposição ao sacrifício e à violência. E ainda pelas qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro: o culto da honra pessoal, o brio e a fidelidade a suas chefaturas.

Suas duas formas de expressão foram o cangaço e o fanatismo religioso, desencadeadas pela penúria, mas conformadas pelas singularidades do seu mundo cultural.

O grupo dos sertanejos foi, relativamente, pouco estudado até hoje. Uma descrição sucinta é feita por Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* (1995). Entre os trabalhos clássicos sobressai o de Manuel Correia de Andrade *A terra e o homem do Nordeste* (1964) antecedido pelo livro de Rodolfo e Dora Von Lhering, escrito nas primeiras décadas do século passado e republicado em 1983, *Ciência e belezas do Nordeste*. Donald Pierson, em 1972 escreveu *O homem do vale do São Francisco* em que também descreve os habitantes do sertão e da Caatinga nordestina. Ultimamente, os sertanejos reaparecem em teses de universidades locais como a Universidade Federal da Paraíba (DIEGUES *et al.*, 2000).

4.4 A HISTÓRIA AMBIENTAL, SEUS DESAFIOS E SEU PANORAMA NO BRASIL

Para Cipriano e Machado (2009), o grande desafio ambiental que vivenciamos atualmente faz-nos perceber o quão necessário é assumir uma nova postura investigativa, e nesse sentido, destaca-se a história ambiental, quando esta, como ciência de campo eminentemente interdisciplinar, historiograficamente dá conta da exploração dos homens e dos recursos naturais no passado e no presente, assim como dos efeitos produzidos, no mundo natural, pelas diversas formações sociais e econômicas (MARTINEZ, 2006).

Na concepção de Leff (2005a), a história [“como uma das mais atrasadas entre as ciências sociais”] esqueceu-se durante muito tempo que seus fatos são condicionados pelo ambiente natural, negligenciando a destruição da natureza por preocupar-se demasiadamente com a dita supremacia humana. Nesse sentido, foi extremamente necessário e relevante à incorporação de variáveis ambientais nos estudos históricos bem como a inserção da história nos estudos da natureza (DRUMMOND, 1991; LEFF, 2005a). Desse modo chegamos à história ambiental, que nos capacita a descobrir a natureza enquanto agente de construção da história, considerando que outras forças significativas atuam sobre o tempo (WORSTER, 1991).

Diante da crise ambiental vivenciada pela humanidade, bem como da urgência em refundar concepções e práticas ambientais segundo o que se entende por sustentável, a história ambiental, aparentemente surgida de motivações morais e compromissos políticos-éticos, apresenta-se extremamente relevante como campo do conhecimento humano e, à

medida que amadurece, transfigura-se em empreendimento acadêmico deveras complexo e indispensável (CIPRIANO; MACHADO, 2009).

A história ambiental constitui-se então, de uma nova forma de análise entre as relações do homem com a natureza, considerando o meio ambiente como agente e presente na história da humanidade, permitindo uma análise mais geral, por vincular fenômenos ambientais a fatores condicionantes da história, sobrepujando fronteiras (FREITAS, 2006).

Segundo WORSTER (1991), o objetivo inicial da história ambiental consiste em aprofundar a compreensão relativa aos impactos que os humanos sofrem em seu ambiente natural e vice-versa. Essa modalidade de prática historiográfica, para Martinez (2006), destaca-se pelo uso das relações sociais e, a partir das mesmas, o uso das relações estabelecidas com a natureza como agentes de construção histórica.

A história ambiental refuta a ideia segundo a qual a vivência das sociedades humanas se deu sem barreiras de cunho natural, destacando que os homens não advêm de um grupo especialmente elegido para dominar a Terra (CIPRIANO; MACHADO, 2009). Desse modo, consequências de feitos ecológicos passados não podem se ignorados na atualidade (WORSTER, 1991). Eis a necessidade de fazer emergir visões que permitam repensar e superar as tradicionais formas dominantes de intervenção na natureza (LEFF, 2005a).

Essa nova vertente histórica, como já mencionado, consiste, sobretudo na tentativa de “colocar a sociedade na natureza” (CIPRIANO; MACHADO, 2009). Com isso, busca equilibrar a interação entre sociedade e meio ambiente (DRUMMOND, 1991), com o suporte de muitas outras disciplinas, uma vez que, em meio à interdependência global, a cooperação interdisciplinar faz-se necessária aos pesquisadores, às disciplinas, bem como ao nosso mundo (WORSTER, 1991).

No Brasil, infelizmente a história ambiental, mesmo completamente representada, ainda não se difundiu nos meios acadêmicos, e o compromisso em escrever sobre o tema é recente (FRANCO, 2003). Em contrapartida, grandes historiadores e cientistas sociais têm conferido destaque para inúmeros aspectos da relação entre humanidade e ambiente natural em suas obras. Merecem evidência autores como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freire, Josué de Castro, Darci Ribeiro.

Em nosso país, intelectuais influenciados por uma herança política e cultural, destacaram-se na elaboração de uma crítica ambiental brasileira, não por apresentarem um

especial interesse pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas, sim, pelo seu valor político e instrumental para o progresso (FRANCO, 2003).

Figurando entre aqueles que se dispuseram a discorrer estritamente acerca da história ambiental sobre o Brasil, algumas obras, mesmo que bastante recentes já podem ser consideradas clássicas, pela sua qualidade e pelo fato de terem se tornado referências obrigatórias para quem trabalha com esse campo de estudos. Como exemplo, podemos citar *“A luta pela borracha no Brasil: um estudo da história ecológica”* (DEAN, 1989); *“História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador”* (BERTRAN, 1994); *“A ferro e fogo: história e devastação da Mata Atlântica brasileira”* (DEAN, 1996); *“Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil”* (LEONARDI, 1996); *“Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro”* (DRUMMOND, 1997); *“Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira”* (LEONARDI, 1999); dentre outros.

4.5 AS “ETNOCIÊNCIAS” E SEU GERMINAR ANTE UM NOVO MODELO SOCIOAMBIENTAL DO SÉCULO XX

As atuais sociedades se deparam com a grande questão da complexidade ambiental em virtude de um modelo de usos de recursos em amplo desequilíbrio. Para Leff (2005b), “Sustentabilidade” é o significado de uma falha fundamental na história da humanidade; uma crise de civilização que alcança seu momento culminante na modernidade, entretanto cujas origens remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização ocidental. Além da vulnerabilidade das espécies, o que por si só ameaça o equilíbrio dos mais diversos ecossistemas, impactos de natureza social, econômica, cultural e ambiental têm sistematicamente ocorrido com efeitos desastrosos à vida das populações que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua reprodução social. Essa gama de questões insurgidas ao longo dos dois últimos séculos veio interrogar o papel dominante da ciência como sintetizadora e direcionadora dos conhecimentos da humanidade.

A crise ambiental, que tomou dimensões marcantes a partir da segunda metade do século XX, transcende a superexploração dos recursos naturais. O cartesianismo da ciência dita moderna subjugou conhecimentos e saberes diversos e suscitou, no cerne de nossa sociedade, a ideia de única verdade como sendo aquela metodologicamente testada ou testável, mediante parâmetros pré-estabelecidos que, apenas depois de repetidos testes e

produção de resultados seriam concretizados (CHEN, 2004). A existência das chamadas “Etnociências” e o estabelecimento de relações possíveis entre elas e as “Ciências” permaneceu para além dos limites do pensável, durante muito tempo (DIAS; JANEIRA, 2005). Assim, era impensável existir a possibilidade de juntar o prefixo “*éthos*” a “*scientiae*”; também não se podia conceber que pudessem existir outras realidades, com o mesmo radical, fora das ciências modernas (DIAS; JANEIRA, 2005).

Ciência e técnica tiveram sua importância relacionada, principalmente a expansão do capitalismo nos séculos XVIII e XIX e no pós-Segunda Guerra Mundial. Neste âmbito, Gonçalves (2004) destaca que:

[...] A ciência e técnica modernas, tal como concebidas pelo Ocidente europeu e como se expandiram para o mundo, foram instituídas como critério de verdade, como se essa verdade tivesse uma bondade moral naturalmente nela inscrita. Com isso, a verdade científica deslocou outras formas de construção de conhecimento e se tornou uma verdade possuída por uma espécie de mais-valia simbólica: o que é científico é bom e, assim, o Estado e os gestores passaram a invocar a verdade científica como se fosse **A Verdade. Com isso, outros saberes se tornaram saberes menores – folclore. O saber popular tornou-se um não-saber**; a religião perdeu seu reino; a arte passou a ser acessória, entretenimento; a filosofia, pouco a pouco, foi deslocada, e até mesmo a política, para os gregos a mais sublime das artes, passou a ser substituída por uma espécie de saber competente [...] (GONÇALVES, 2004, p. 174) [grifo meu].

Quaisquer hipóteses ou interpretações de fatos que não se encaixassem com as ideias vigentes da ciência “moderna” seriam ignoradas; quaisquer ensaios de incluir esclarecimentos criados fora do rigor científico ocidental, que fugissem da objetividade, eram banidas dos centros acadêmicos. No apogeu desta crise, os demais saberes não científicos, outrora subjugados, agora passariam a ganhar destaque, como atesta Leff (2005b).

O capitalismo em sua liberalidade, mas, ainda imperialista no início do século XX se caracterizava pela busca por uma produção de bens cada vez maior, e a incompetência em perceber o ambiente como uma fonte de recursos limitados, conduziu a humanidade para a crise ambiental atual. Entretanto, para Leff (2005b), o período Pós-Segunda Guerra, sobretudo no final da década de 1950 e início da década de 1960, marca o despertar de uma consciência ambiental.

A partir da percepção da crise ecológica e ambiental, um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano foi sendo configurado. Esse conceito

reintegraria os valores e potenciais da natureza, as nuances e peculiaridades sociais, os conhecimentos e saberes reprimidos e subjugados, e a complexidade do mundo, renegados pela racionalidade mecanicista, unidimensional, simplificadora e fragmentadora, que regeu o processo de modernização (LEFF, 2005b).

Neste contexto de meados do século XX, ocorre à popularização das etnociência, como uma manifesta oposição ao racionalismo científico dominante. Muitas pesquisas passaram a empregar explicitamente termos precedidos pelo prefixo “etno”: etnozologia (HAUDRICOURT, 1964), etnoictiologia (MORRILL, 1967), etnografia (STURTEVANT, 1964), entre outros. Para Marques (2002), o que hoje se nomeia como etnociência, já insurgiu no cenário científico, não como um conjugado de disciplinas, todavia, como um campo interdisciplinar, de cruzamento de saberes, que originavam novos campos. Estes saberes foram originários do diálogo entre as ciências naturais e as ciências humanas e sociais. É nesta linha de raciocínio que as etnociências passam a destacar-se, não mais como uma disputa entre cientistas humanos, sociais e naturais, porém, como um pensamento que transcende as fronteiras disciplinares, caminhando em direção a uma almejada interdisciplinaridade (MOURA, 2002).

As etnociências são campos de conhecimento agregados às disciplinas academicamente consolidadas, e que utilizam o prefixo “etno” para anunciar que o elemento humano está obrigatoriamente representado e inserido nestes estudos (FARIAS; ALVES, 2007). As pesquisas iniciais acerca das etnociências demonstraram preocupação com a “*taxonomia folk*” (BERKES, 1999), destacando-se trabalhos clássicos como o de Conklin (1957), Berlin *et al.* (1973) e Hunn (1982). O pioneiro trabalho de Conklin (1957), em especial, registrou que povos tradicionais possuem um excepcional e detalhado conhecimento de plantas e animais locais, reconhecendo e diferenciando em alguns casos mais de mil espécies.

Esse período das etnociências com elevada produção de trabalhos referentes aos sistemas locais de classificação deve ser compreendido como uma etapa espontânea no estudo do conhecimento sobre o mundo natural que permeia os mais variados povos do planeta visto que, como enfatiza Frazão-Moreira (2001), “as classificações, enquanto forma de entender e de ordenar um elemento material exterior ao homem, têm servido de tema e motivo empírico de diversas teorias no campo antropológico”. O que configura uma explicação plausível para o fato de o conjunto de estudos sistemáticos iniciais acerca do conhecimento tradicional ter sido realizado por antropólogos (BERKES, 1999).

Contrapondo-se a esta tendência, William Sturtevant, ainda na década de 1960, trouxe a concepção de etnociência como um método de estudo “do sistema de conhecimento e cognição típico de uma dada cultura” (STURTEVANT, 1964). Isso implica numa ressalva de que o termo etnociência não deva ser tomado para significar estudos de classificação e taxonomia *folk* em detrimento de outras formas de estudos etnográficos (KIDWELL, 1985).

Os aspectos inerentes à abordagem etnocientífica são construídos alicerçados ao pressuposto do construtivismo social e abordam especificamente os aspectos culturais de formação e uso de formas de conhecimento. Essa abordagem permite um entendimento de como os humanos variam seus conhecimentos e crenças dentro de contextos histórico-sociais e ecológicos diferentes, a fim de expressar as múltiplas possibilidades apresentadas pelas culturas humanas (RIST; DAHDOUH-GUEBAS, 2006).

É importante salientar, entretanto, que algumas dos ramos etnocientíficos e, em particular aqueles relacionados à etnobiologia, já tinham progredido ainda no final do século XIX como, por exemplo, a etnobotânica, termo oficialmente cunhado por J. Walter Fewkes e J. W. Harshberger em trabalhos distintos publicados nos Estados Unidos em 1896 (FEWKES, 1896; HARSHBERGER, 1896); e a etnozologia, nome dado por Mason em 1899, para referir a “zoologia da região como exatamente descrita por povos indígenas” (MASON, 1899).

Em meio às múltiplas subclasses etnocientíficas, a etnobiologia faz jus a uma atenção peculiar por abarcar a análise de classificação de sistemas sobre a Natureza e por apresentar uma intensa ligação com os temas da botânica, zoologia e ecologia (MOURÃO *et al.*, 2006). Mesmo sem uma definição universal de “etnobiologia”, pode-se ter por clássica a que afirma: “o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, relacionando-se, nesse sentido, à ecologia humana, além de dar ênfase às categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo” (POSEY, 1986a). Segundo Benthall (1993), a etnobiologia é um novo ramo da ciência que une duas áreas do conhecimento humano – a etnologia, o estudo de culturas, e a biologia, o estudo da vida.

Aproveitando-se dos paradigmas e da epistemologia da ciência moderna, a etnobiologia provê um arcabouço teórico para interligar diferentes áreas das ciências sociais e naturais com outros sistemas de conhecimentos não acadêmicos (SANTOS-FITA; COSTA-NETO, 2007).

Begossi *et al.* (2002), definem a etnobiologia de forma semelhante a Diegues (2000), como ciência que “busca entender os processos de interação das populações humanas com os recursos naturais, com especial atenção à percepção, conhecimento e usos (incluindo o manejo de recursos), contribuindo para esclarecer diferenças culturais e analisar a diversidade ou heterogeneidade cultural”.

Nesse sentido, as etnociências – com destaque aqui à etnobiologia – surgem como novas modalidades científicas agregadoras, que unem áreas específicas do conhecimento a fim de compreender fenômenos que seriam incompreensíveis com os conhecimentos de apenas uma área (BARBOSA, 2011a). Ainda segundo o mesmo autor, essa interação inerente às etnociências é, de fato, essencial para o desenvolvimento científico de caráter interdisciplinar, adequado às necessidades que se colocam frente aos desafios ambientais, sociais e econômicos do século XXI.

4.6 OS USOS DA FAUNA E A ETNOZOOLOGIA

A diversidade de interações que as culturas humanas mantêm com os animais tanto pode ser estudada do ponto de vista das disciplinas da Ciência ocidental, tais como zoologia, psicologia e etologia, quanto pela perspectiva da Etnociência, mais particularmente da Etnozoologia. Uma vez que o prefixo etno refere-se ao sistema de conhecimento e cognição típicos de uma dada cultura (STURTEVANT, 1964), a Etnozoologia pode ser definida como o estudo da ciência zoológica do “outro”, construída a partir do referencial de saberes da Academia (D’OLNE CAMPOS, 1994).

O termo etnozooologia surgiu nos Estados Unidos em 1899, tendo sido cunhado por Mason e por este definido como “a zoologia da região tal como é contada pelo selvagem” (CLÉMENT, 1998). Na literatura, o termo só apareceu em 1914 no artigo intitulado *Ethnozoology of the Tewa Indians*, de Henderson e Harrington.

De acordo com Clément (1998), a etnozooologia não teve o mesmo caminho da etnobotânica, cuja posição sempre foi constantemente consolidada. Isso pode ter acontecido devido à excessiva subdivisão proposta por Mason em seu texto inicial ou em seu modo de ver a etnozooologia, que a considerava como parte de uma ciência mais ampla, a zootecnia. Talvez, por este motivo, o texto de Mason tenha caído no esquecimento e a origem do termo seja atribuída a Henderson e Harrington (1914).

No Brasil, os modos de interação Homem/fauna vêm sendo registrados desde a época colonial (PISO, 1957). No entanto, os estudos de etnozootologia ainda são escassos quando comparados com aqueles devotados à etnobotânica. Teixeira (1992) chega a afirmar que a pesquisa etnozoológica no país é insipiente e admite que um dos problemas mais sérios para o estudo da etnozootologia em âmbito nacional reside na falta de informações as mais elementares e descritivas sobre a fauna nacional, aliada a uma amostragem bastante deficiente.

4.7 A CAATINGA: CARACTERIZAÇÕES E DESAFIOS

4.7.1 CARACTERÍSTICAS GEOAMBIENTAIS E BIOLÓGICAS DAS CAATINGAS

A Caatinga é uma das mais extensas e diferenciadas regiões brasileiras. Sua área comporta um espaço de cerca de 900.000 Km², o que corresponde a aproximadamente 70% da Região Nordeste e 11% do território nacional (SEVERO *et al.*, 2009). A extensão do ecossistema compreende partes dos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Rotineiramente a representatividade biológica da Caatinga tem sido descrita na literatura como pobre, quase que desprovida de espécies endêmicas e, assim sendo, de baixa prioridade de conservação (LEAL *et al.*, 2003). Todavia, vários estudos demonstram que esse fato não condiz com a verdade sobre a biota do ecossistema (ANDRADE-LIMA, 1982; RODAL *et al.*, 1992; SAMPAIO, 1995; MMA, 2002; LEAL *et al.*, 2003; SEVERO *et al.*, 2009), tendo em vista o número de espécies endêmicas que vêm sendo descritas nos últimos anos, o que indica uma acentuada precariedade dos conhecimentos zoológicos e botânicos sobre a região (LEAL *et al.*, 2003).

O ecossistema Caatinga vem sendo historicamente modificado pelo homem. Seus solos estão sofrendo um processo acentuado de desertificação graças à substituição intensa da vegetação natural por outras culturas. Segundo Sampaio (1995), somente a presença de vegetação adaptativa da Caatinga tem impedido a transformação do nordeste brasileiro num imenso deserto. Mesmo assim, apesar das ameaças à sua integridade, apenas cerca de 2% do ecossistema estão protegidos sob forma de Unidades de Conservação ou de Proteção Integral (TABARELLI; SILVA, 2003).

Mesmo diante desses dados alarmantes, até então, não há uma estimativa adequada acerca do quanto a Caatinga foi modificada pelo homem. Uma das razões para essa ausência de informações é, segundo Leal *et al.* (2003), a dificuldade técnica para classificar os diferentes tipos de vegetação da Caatinga.

Dentre as formações vegetais mais destacadas desse ecossistema, podemos citar como características as Xerófitas e as Caducifólias. Essas formações estão adaptadas às condições climáticas e geográficas naturais da região, contudo, podem-se encontrar intimamente relacionadas a essas formações, trechos de matas úmidas, secas ou, até mesmo de Cerrado (SEVERO *et al.*, 2009). Isso estaria vinculado a fatores abióticos atuais e a flutuações climáticas ocorridas no Quaternário (FERNANDES; BEZERRA 1990).

De forma geral a vegetação varia em conjunto com o relevo, podendo-se encontrar formações típicas de Cerrado no topo dos tabuleiros, como acontece na chapada do Araripe, Florestas Úmidas Perenifólias ou Semidecíduas nos topos das serras, e as formações de Caatinga Seca e/ ou Caatinga Arbórea nas encostas e nos inselbergs (LEAL *et al.*, 2003).

O clima nessa área semiárida é seco e de baixa pluviosidade devido também a sua localização geográfica, bem próxima a Linha do Equador, onde recebe grande parte da radiação solar que chega a terra, convertendo-a em calor. Além disso, há na região um elevado potencial de evapotranspiração (cerca de 2000 mm/ano⁻¹), uma precipitação média anual de aproximadamente 700 mm, concentrada em três a cinco meses do ano, e temperatura anual média de 23 a 27 graus Celsius (SAMPAIO, 1995; SEVERO *et al.*, 2009). Popularmente o período chuvoso nessa região é chamado de “Inverno”, contudo, as precipitações locais acontecem exatamente no período do solstício de verão, com precipitações ocasionais em períodos de outono/ inverno (LEAL *et al.*, 2003), e é nesse período chuvoso, que geralmente estende-se até próximo do meio do ano, que a paisagem muda rapidamente. As árvores cobrem-se de folhas e o solo fica forrado de pequenas plantas, fornecendo substrato para o desenvolvimento de inúmeras espécies de animais.

Apesar de sua baixa pluviosidade média, na Caatinga podem-se encontrar regiões onde há uma maior precipitação, conhecidas por “Brejos”. Esse fenômeno é gerado pelas chuvas orográficas. Essas ilhas de umidade possuem solos férteis e estão dispostas, em geral, próximas a regiões de maior altitude.

Para Severo *et al.* (2009), em se tratando do semiárido paraibano, estas variações climáticas ocorrem principalmente por sua localização e formação geográfica. Grande

extensão da Caatinga paraibana localiza-se onde a altitude é inferior à das serras circundantes. Posto que, a altitude das regiões que antecedem os ecossistemas constituintes do semiárido paraibano é bastante elevada, uma grande parte da umidade do ar é perdida em forma de precipitações ao passar pelos planaltos e serras que antecedem geograficamente a região, devido principalmente às baixas temperaturas. Esse fenômeno, em parte explicaria os baixos índices de precipitação em grande parte do semiárido paraibano, de modo que são necessários ventos bastante úmidos para conseguir ultrapassar essa barreira geográfica e atingir regiões como o sertão. Ainda segundo os autores, este fato irá ocorrer apenas em determinadas épocas do ano devido à posição do planeta, sua rotação e as correntes marinhas, ou pela influência de fenômenos como o *El Niño*.

Os solos encontrados no semiárido são quimicamente adequados ao desenvolvimento da fitocenose endêmica, porém, apresentam quase sempre restrições físicas. São aproximadamente 15 tipos de solo recobrando a região da Caatinga, sendo eles: latossolos, neossolos litólicos, argissolos, luvisolos crômicos, neossolos quartzarênicos, planossolos e sólicos, recobrando cerca de 21%, 19%, 14%, 13%, 9% e 9% da área, respectivamente (CARVALHO FILHO *et al.*, 1994; ARAÚJO FILHO *et al.*, 1995).

A fauna encontrada na região também apresenta alta diversidade e riqueza, com presença de mamíferos, peixes, insetos, aves, répteis e anfíbios. Estes, assim como qualquer ser vivo endêmico ou instalado no local, precisaram passar por processos seletivos ou adaptativos que permitissem sua sobrevivência mediante exposição a características como alta temperatura ou grande incidência de radiação solar (SEVERO *et al.* 2009).

Dados e pesquisas recentes mostram a Caatinga como uma imagem de rica diversidade escondida por trás de características que conotam a falta de vida. Essas pesquisas indicam o potencial que a região apresenta quando os seres vivos que ali habitam conseguem se adaptar positivamente ao meio e repassar às gerações seguintes essa habilidade. Isto permite que a vida se propague, mesmo que as singularidades do local aparentem impossibilitar a manutenção de espécies animais e vegetais.

4.7.2 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA CAATINGA

Historicamente, o processo de ocupação das Caatingas brasileiras e, principalmente, as dos Sertões paraibanos por colonos Europeus caracterizou-se por meio da pecuária

extensiva a qual foi inserida no Nordeste pelos portugueses no final século XVI onde se valiam de uma mão de obra livre e barata (AB'SABER, 2003; ANDRADE, 2005; DIÉGUES JÚNIOR, 1960; PIERSON, 1972; RIBEIRO, 1995). Em favor da preeminência dos Engenhos açucareiros na Zona da Mata e da crescente demanda da população pelo gado, o qual além de oferecer suporte motriz e de carga; artefatos a base de couro e suprimento alimentar, estes rebanhos já não encontravam mais o espaço necessário ao seu desenvolvimento. De acordo com Ribeiro (1995), o contraste da condição de vida dos engenhos açucareiros, possivelmente, tornou a criação de gado mais atrativa para os brancos pobres e para mestiços dos núcleos litorâneos. Sendo assim, tendo como ponto de referência o Rio São Francisco, grandes boiadas foram sendo conduzidas cada vez mais ao interior da região Nordeste, onde depararam-se com grandes obstáculos como a escassez hídrica e de alimentos, as altas temperaturas além dos fervorosos conflitos com os povos indígenas dos Sertões.

Segundo Andrade (2005), uma série de mudanças ocorreu nos últimos tempos, tanto no que tange a configuração espacial desses Sertões quanto ao patrimônio comportamental das populações que nele habitam. Devido às primitivas sesmarias, a sucessão hereditária nessas áreas por meio das consecutivas divisões de terra fez com que se constituísse uma grande população de pequenos proprietários latifundiários. Todavia, apesar de ter existido um componente comum (a criação de gado) que tornou possível o processo de ocupação humana do Mediterrâneo Nordestino, não se pode dizer que há nessa região uma “uniformidade perfeita e completa” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960).

Na Paraíba, dada a gradual estabilização das populações no processo de povoamento, novos elementos de fixação e, por consequência, novas atividades apareceram, marcando com traços próprios os modos de vida que se fundaram. Surgiu, então, uma diversidade de aspectos peculiares dentro da unidade fundamental em que se desenvolveram as populações dos Sertões paraibanos (ANDRADE, 2005; DIÉGUES JÚNIOR, 1960). De acordo com Andrade (2005), as intervenções governamentais feitas na região semiárida reproduziram o sistema de exploração colonial de áreas em processo de ocupação, relegando-se, a um segundo plano, os indígenas e os caboclos, antigos ocupantes da terra. O autor ainda destaca que, a partir da década de 1960, introduziu-se, sobretudo, no Sertão do São Francisco, a agricultura voltada à exportação.

Para Vilaça e Albuquerque (2003), em meados da segunda metade do século XIX, o processo de ocupação demográfica e produtiva dos interiores semiáridos do Nordeste, e

destacadamente da Paraíba, embora ainda rarefeita, já apresentava grosseiramente, a sua atual configuração. Dessa forma, o modo de vida dos povos e trabalhadores sertanejos nas áreas de Caatinga até quase nossos dias vem se tecendo (ANDRADE, 2005).

4.7.3 PRECONCEITOS RELACIONADOS À CAATINGA

O semiárido é uma região estigmatizada por estereótipos que perduram desde a sua colonização, provavelmente causados pelo impacto visual decorrentes das características da paisagem que conotam ausência de vida. Tais características que suscitam a uma percepção da região como pobre, são exatamente a sua singularidade de maior importância, como por exemplo, a capacidade de se adaptar a variações climáticas bruscas e à alta incidência de radiação solar. Estes aspectos induzem à expressões morfológicas como a caducifólia, necessária no processo de diminuição da perda excessiva de água em períodos de estiagem ou a outros tipos de modificações vegetais, cujas cores indicam uns tons de cinza e prateado, capazes de aumentar seus índices de refletância. Para Severo *et al.* (2009), essas características típicas da Caatinga, decorrem principalmente de processos de seleção natural da fitocenose como adaptação ao clima, o que pode ser comprovado por estudos acerca dos refúgios de Mata Atlântica em regiões de clima mais ameno.

A partir de constatações errôneas do semiárido, várias culturas que pregam a desvalorização da flora, e conseqüentemente, da fauna difundiram-se, corroboradas pelos aspectos supracitados, os quais foram mal interpretados por diversas gerações. Também, provavelmente devido a esse fato, ocorreu um implante em larga escala de culturas de devastação, onde a “limpeza” do solo para plantações tinha como argumento o baixo impacto proporcionado à natureza (SEVERO *et al.*, 2009).

Nos primórdios da colonização, acreditava-se, ainda, que alguns ecossistemas do semiárido eram resultantes da degradação de matas mais exuberantes, como a Floresta Amazônica, e, principalmente a Mata Atlântica, os quais não se aparentavam em nada com os ecossistemas encontrados no semiárido. Para Thiago Severo e seus colaboradores, a inserção de plantas exóticas no semiárido paraibano, por disseminar-se amplamente, aumentou ainda mais a proporção de danos causados a seus ecossistemas.

De fato, algumas culturas exóticas concorrem com vegetais nativos por diversos recursos naturais, obtendo vantagem, sobretudo devido a falta de controladores naturais ou por “concorrência desigual” (Ibid).

Os prejuízos aos ecossistemas pela ação antrópica são evidentes. Durante as últimas décadas, podemos observar, sem muito esforço, listas cada vez maiores de espécies em extinção, desmatamento e desertificação de grandes áreas, elevação média das temperaturas, dentre outros aspectos e parâmetros preocupantes. A biota terrestre sofre com o atual padrão de “desenvolvimento” humano, e em breve o seu humano irá sofrer pela falta de recursos não renováveis. Segundo a Fundação Biodiversitas e o Ministério do Meio Ambiente, a lista oficial da fauna brasileira ameaçada de extinção apresenta números alarmantes. Tratando-se apenas de espécies animais, em ecossistemas endêmicos do semiárido como a Caatinga, foram apresentadas 43 espécies. Desse modo, torna-se cogente que a Caatinga seja vista sem preconceitos, como o ambiente rico, repleto de endemismos e indispensável à manutenção da biodiversidade nacional que é.

4.7.4 RECURSOS NATURAIS E O DESAFIO DE PRESERVÁ-LOS NA CAATINGA

Existem vários fatores sociais que identificam como recursos, certos elementos do meio ambiente. No entanto, a importância de tais recursos é determinada pelos seus diferentes valores para o homem. Um recurso natural é, portanto, um conceito social baseado em necessidades humanas (FRAGA, 1999), bem como um conjunto constituído por todos os elementos do ambiente natural que são necessários para a sobrevivência de um grupo social (BEGOSSE, 1998). Neste contexto, os recursos podem ser utilizados na sua forma natural para satisfazer as necessidades de uma sociedade (BASSOLS, 1969). Assim, o uso no presente e o potencial de utilização futura são o que define globalmente qualquer recurso natural (BASSOLS, 1969; LEFF, 1994), incluindo as espécies de fauna e flora, por terem algum valor para o homem.

Além da sua relevância social, a importância de um recurso é conferida pelo seu significado cultural e econômico (SHEIL *et al.*, 2004). Isso ocorre, pois o valor de um recurso reflete a visão de seus usuários, sendo importante assim, incluir os fatores históricos, sociais, culturais e econômicos ao se avaliar os problemas decorrentes da exploração de qualquer recurso natural (SHEIL *et al.*, 2004).

Como a pobreza da população é considerada o principal desafio na Caatinga, a conservação da biodiversidade está entre as menores prioridades de investimento. Infelizmente, os governos e as organizações não governamentais ainda não trataram, adequadamente, das potenciais relações entre a conservação da biodiversidade e a redução

da pobreza (LEAL *et al.* 2005). Além dos percalços socioeconômicos, o semiárido brasileiro ainda é tido por alguns como sendo um ecossistema carente em recursos ecológicos, espécies e endemismos (VANZOLINI *et al.*, 1980; ANDRADE-LIMA, 1982; PRANCE, 1987), o que não configura um fato, tendo em vista a significativa ocorrência de espécies endêmicas, tanto florísticas quanto faunísticas (LEAL *et al.*, 2003). Contudo, apesar de ser o único grande ecossistema natural brasileiro cujos perímetros estão completamente restritos ao território nacional, pouca atenção tem sido dada à preservação da variada e acentuada paisagem da Caatinga, e a contribuição da sua biota à biodiversidade extremamente alta do Brasil tem sido subestimada (SILVA *et al.*, 2004).

4.8 A SOBRE-EXPLORAÇÃO DA FAUNA E O PAPEL DAS POPULAÇÕES LOCAIS PARA A CONSERVAÇÃO E O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Nossos ancestrais vêm explorando a fauna silvestre desde antes de assumirem a si mesmos como seres humanos, e registraram algumas formas dessa exploração em desenhos rupestres nas grutas em que viviam. A rigor, a fauna silvestre era explorada antes mesmo de passarem a colher e armazenar os grãos de algumas gramíneas, num processo que passamos a chamar de agricultura, e que revolucionou a forma como viviam, servindo de base ao que chamamos hoje de civilização (VERDADE, 2004).

Atualmente, se reconhece que a sobre-exploração de fauna silvestre aliada uma intensa perda e a transformações de seu habitat natural representam um problema em nível mundial (MILNER-GULLAND *et al.*, 2003; ROWCLIFFE *et al.*, 2005). Ao mesmo tempo, tal sobre-exploração constitui uma das principais ameaças não só à biodiversidade tropical, como também às populações tradicionais que dependem da fauna silvestre para obter alimento e recursos econômicos (CAMPO, 1986; CHALLENGER, 1998; MILNER-GULLAND *et al.*, 2003; BARRERA BASSOLS; TOLEDO, 2005; ROWCLIFFE *et al.*, 2005).

Sendo assim, o uso sustentável dos recursos naturais deve possuir como uma das suas premissas a compreensão das interações entre as populações humanas e seu meio ambiente. Isto é especialmente importante para ecossistemas ameaçados como a Caatinga, onde os recursos naturais têm importância fundamental para as comunidades humanas e

onde a caça é apontada como uma das principais ameaças à biodiversidade faunística local (LEAL *et al.*, 2005).

Diante disso, torna-se relevante considerar o papel das populações locais para a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais, uma vez que esses povos são parte integrante da dinâmica dos ecossistemas (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000), e, visto que o conhecimento dos diversos modos de relacionamento existentes entre o ambiente e os homens inseridos nele, aliado a um manejo sustentável alcançado com trabalhos de conscientização pode tornar duradoura a disponibilidade e o aproveitamento dos recursos naturais, não afetando a capacidade de resiliência dos ecossistemas e condicionando as populações humanas a uma melhor convivência com o meio em que habitam (BARBOSA, 2011b; BARBOSA *et al.*, 2011).

Segundo Sato (2002), o discurso da proteção da biodiversidade é um consenso entre os ambientalistas, mas negligencia a diversidade cultural. A vasta literatura tem revelado, entretanto, que a conservação da biodiversidade pode ser mais efetiva se houver um maior envolvimento das comunidades que vivem no entorno das áreas naturais (MAROTI, 2002). Pedroso Junior (2002), que afirma que as comunidades locais podem desempenhar papéis importantes na proteção do ambiente, se forem devidamente incluídas nos processos de decisão e de atuação. Isso se dá, pois, a presença de seres humanos em um ambiente onde há disponibilidade de recursos naturais, torna esses habitantes responsáveis pela sua manutenção, uma vez que eles são também aproveitadores dos benefícios da diversidade biológica (NAZARIO, 2003).

5. MATERIAL E MÉTODOS

5.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O trabalho foi desenvolvido no município de Queimadas (latitude $7^{\circ}21'29''S$; longitude $35^{\circ}53'53''W$), na Mesorregião Agreste Paraibano. O local foi escolhido por ser de fácil acesso e apresentar características predominantemente rurais, com comunidades compostas por sertanejos típicos. Esse município (Figura 1) possui uma área de 409 km². Sua sede tem uma altitude aproximada de 450 metros distando 117,2 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/ BR 104 (CPRM, 2005; IBGE, 2010). O município foi criado em 1961 e possui uma população total é de 41.049 habitantes (IBGE, 2010), sendo 18.813 na área rural. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.595, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano-PNUD – 2000 (CPRM, 2005).

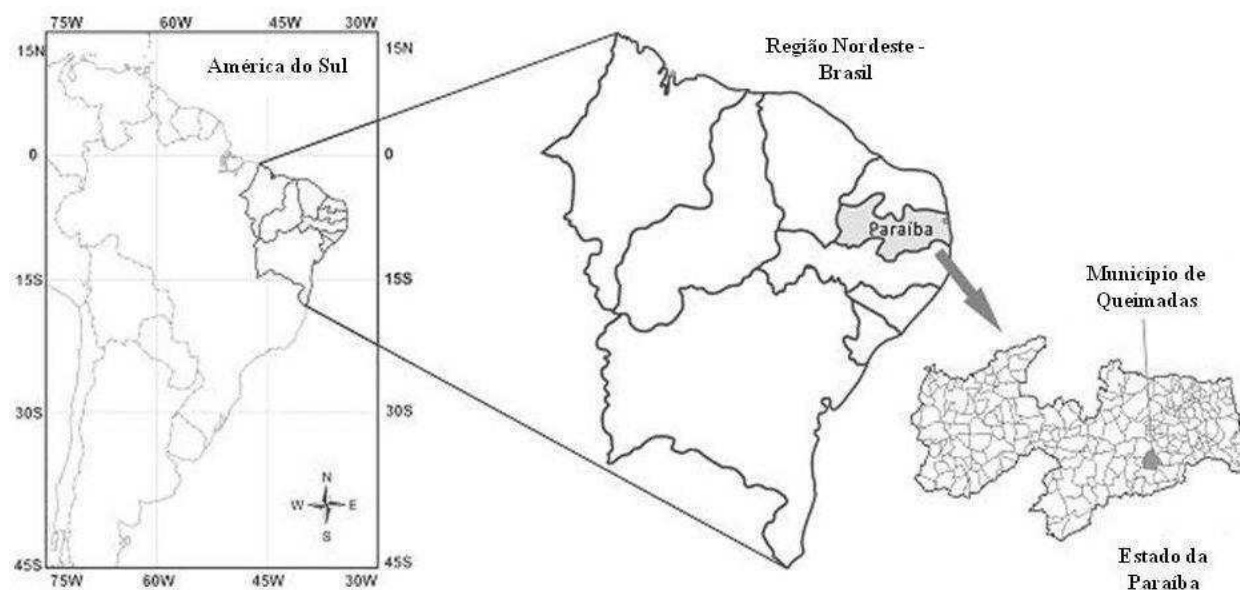


Figura 1. Localização do município de Queimadas, Agreste da Paraíba.

A relativamente extensa área rural do município de Queimadas foi subdividida em diversas comunidades. Uma dessas comunidades é o Sítio Gravatá, área onde se desenvolveu o presente estudo. O Sítio Gravatá recebeu esse nome por conta da incidência de muitas bromeliáceas conhecidas como gravatá na região. Essa comunidade, em virtude de sua extensão territorial, foi subdividida em três áreas: Gravatá de Queimadas - por estar

mais próxima da sede do município; Gravatá dos Trigueiros e Gravatá dos Velez - ambos os nomes por conta de famílias tradicionais que habitavam a região. A localidade apresenta cerca de 80 residências, relativamente afastadas umas das outras e próximas a algumas serras que ainda mantêm trechos preservados de vegetação nativa (BARBOSA, 2010).

A região está inserida predominantemente na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, em um trecho que se aproxima da Depressão do Rio Paraíba, e representa a paisagem típica do semiárido nordestino, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte. Esses relevos isolados testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão nordestino. A vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia. O clima é do tipo Tropical Semiárido, com chuvas de outono-inverno. Esse município apresenta uma precipitação média anual de 431,8mm (CPRM, 2005).

5.2 DOS TIPOS DE PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar, na qual durante toda a verificação se instituiu um diálogo entre a biologia a história e outras áreas do conhecimento, o estudo foi realizado considerando quatro etapas:

5.2.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA INICIAL

O intuito da pesquisa exploratória, de acordo com Mattar (1999), é antecipar quais poderiam ser os limites e as possibilidades para o desenvolvimento da investigação, que no presente trabalho dá-se acerca da caça no Agreste paraibano.

Para atender essa etapa da investigação exploratória, definiu-se como escopo conhecer traços gerais da realidade socioeconômica e ambiental do município de Queimadas, identificar demandas e expectativas da comunidade constituinte da pesquisa para a preparação dos roteiros das entrevistas semiestruturadas. Além de levantar documentos, fotografias e informações que possibilitem delinear com mais precisão o problema, os sujeitos e os procedimentos de pesquisa, assim como identificar tendências e formular pressupostos para o trabalho pretendido.

5.2.2 TRABALHO DE CAMPO/ TÉCNICAS PARA ENTREVISTAS TEMÁTICAS

Para coleta de dados, foram feitas visitas ao acervo documental e fotográfico dos entrevistados, na busca de informações relativas às práticas de caça realizadas em períodos distintos no recorte temporal delimitado na pesquisa. foram realizadas também entrevistas com membros de instituições que já subsidiaram práticas de caça nas regiões circunvizinhas.

Foram ainda feitas visitas aos moradores da comunidade mencionada anteriormente para análise das formas atuais de uso da fauna na região. Inicialmente foram entrevistados moradores locais que fazem uso de animais silvestres para diferentes finalidades (alimentar, medicinal, místico religioso, etc.) ou que caçam os animais por estes representarem perigo para eles próprios ou para suas criações domésticas.

O objetivo nessa etapa da pesquisa foi o de se obter informações, versões e impressões acerca das atividades de caça na região pesquisada.

As entrevistas e depoimentos obtidos por meio de procedimentos metodológicos da História Oral, de acordo com Queiroz (1988); Paulilo (1999); Chizotti (2000); Jucá 2003; Alberti (2000; 2005); Delgado (2006); Montenegro (2007; 2010); Meihy (1996); Meihy e Ribeiro (2011), objetivaram interpretar e analisar a história local da caça segundo a óptica de membros da região pesquisada no município de Queimadas e adjacências. Além dos caçadores, um ambientalista, uma professora, religiosos e outros atores sociais de diferentes estratos, com visões diversas que estiveram ou estão envolvidos direta ou indiretamente nas práticas de caça na região, também foram procurados no intuito de colaborarem com a presente investigação, seja através de documentação ou por meio de narrativas coletadas durante a pesquisa de campo. A variedade das entrevistas visou detectar a pluralidade de paradigmas envolvidos na questão, bem como a existência de contradições internas nas próprias formas pelas quais os atores entrevistados descrevem a si mesmos, seus projetos, suas concepções e suas atuações.

Este tipo de abordagem adquirida dos campos críticos-teóricos de metodologia da história visou romper com certos discursos biológicos somente calcados na ideia de coerência, harmonia dos sujeitos e dos sistemas estudados. Isso porque, em concepção pessoal, o processo histórico envolvido nas relações natureza/cultura que descreve-se no presente trabalho é caracterizado por continuidades, mas também, por rupturas tanto no sentido sincrônico quanto na abordagem diacrônica pela qual optou-se ao longo da

pesquisa. Acredita-se também, com base em autorizadas decorrências da leitura de Morin (1996), que os processos de degradação ambiental são, com frequência, acompanhados de perto por relações de exploração humanas. Onde essas relações puderam ser detectadas e analisadas, o foram, dentro dos limites de espaço, proposta e preocupação da presente pesquisa.

Ademais, as peculiaridades técnicas e os métodos propostos para a pesquisa compartilham com a linha de trabalho proposta por Alberti (2005) ao definir História Oral como uma metodologia de pesquisa qualitativa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea que teria surgido em meados do século XX logo após a invenção do gravador a fita. Essa metodologia consiste na interpretação e análise dos dados e informações obtidas após a realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram diretamente ou foram testemunhas de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Percorrendo a mesma vertente metodológica, Chizzotti (2000) pensa que, quando se pretende realizar pesquisa qualitativa, a imersão na complexidade das esferas da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem, é condição essencial para o desenvolvimento de trabalhos dessa natureza. Por meio desse aprofundamento, o pesquisador consegue adentrar nas intenções e motivações, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido em um determinado contexto. Sua utilização é deste modo, indispensável quando os temas pesquisados demandam estudos interpretativos.

Por se ter definido esta etapa da pesquisa por uma linha qualitativa, a amostra utilizada para as análises foi do tipo intencional, denominada por Berquó *et al.* (1981) de *não probabilística intencional*, tendo-se em vista sua melhor adequação ao tipo de investigação proposta, visto que os pesquisadores da área concebem-na como um tipo especial de amostra que pode ser retirada de um universo mediante processo seletivo deliberado, ou seja, as unidades que compõem o corpo amostral foram escolhidas intencionalmente pelo pesquisador, de forma a atender seus objetivos e metas de trabalho. Ainda acerca do tema, cabe citar Alberti (2000; 2005), que, ao fazer menção a esse aspecto da Metodologia da História Oral, discorre sobre a constatação de que os entrevistados precisam ser tomados como unidades qualitativas e não como unidades estatísticas. A autora supracitada evidencia o fato de que a História Oral possui um elevado grau de mistério e imponderabilidade, uma vez que nem todas as entrevistas

atendem às expectativas inicialmente concebidas pelo entrevistador. Neste sentido, na presente pesquisa não foi possível definir inicialmente o número de pessoas que seriam entrevistadas. Mas procurou-se listar os entrevistados em potencial, de acordo com critérios previamente estabelecidos, não havendo uma preocupação com o tamanho da amostra e sua representatividade frente ao conjunto da população local, uma vez que, na análise dos depoimentos, não se proporá generalizar seus resultados para o conjunto da população do município de Queimadas, pois, segundo Delgado (2006) uma característica fundamental da metodologia qualitativa (a História Oral se inscreve nesse contexto) é sua singularidade e a não-compatibilidade com generalizações.

Os dados nesta etapa da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas (HUNTINGTON, 2000; ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004), perpetradas a partir de roteiros previamente elaborados, que possibilitaram análises e comparações entre si e com documentos escritos, para melhor interpretação e entendimento dos problemas estudados. As entrevistas foram realizadas com o uso de um gravador digital se utilizando do procedimento de coleta de informações na modalidade de História Oral Temática, pela possibilidade que ela oferece de complementarem-se informações originadas em documentos escritos e/ou de evidenciar o que ainda não foi efetivamente documentado. O tema que norteou as entrevistas foi a caça e o aproveitamento dos animais e derivados nas regiões de Agreste (onde o município de Queimadas está inserido) e as questões sociais, econômicas e ambientais sobre a vida e a história da população local.

O formulário semiestruturado apresentou questões englobando aspectos como dados a respeito dos animais utilizados (relações, interações, percepções, crenças, valores, usos), bem como as formas de captura destes. Além disso, ainda foi feita uma sondagem acerca da distribuição faunística na região e a respeito da opinião dos entrevistados sobre a evolução cultural do uso da fauna na localidade. Por fim, foi aplicado um questionário sociocultural.

A aplicação de formulários semiestruturados foi integrada a entrevistas livres feitas de modo individual (MELLO, 1995; CHIZZOTI, 2000; ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004), já que entrevistas livres podem ser utilizadas durante todo o tempo da pesquisa, possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto tratado (MOURÃO; NORDI, 2006), bem como aumentando a confiança entre entrevistado e entrevistador.

Conforme Alves (2006), para preservar direitos de propriedade intelectual, sempre antes de cada entrevista foi exposta a natureza e intuítos da pesquisa e solicitada aprovação dos entrevistados mediante assinatura de termos para registrar as informações.

As entrevistas possibilitaram a identificação de “especialistas locais”, pessoas que se autorreconhecem e que são reconhecidas pela própria comunidade como culturalmente competentes (HAYS, 1976; MARQUES, 2001). Esses especialistas locais foram entrevistados de modo mais aprofundado em um momento da pesquisa mais voltado à análise ecológica das implicações conservacionistas das práticas de caça e apropriação dos recursos faunísticos na área pesquisada.

Cumpriu-se a confirmação das informações, sobretudo de maneira sincrônica, que consiste em perguntas feitas a indivíduos diferentes em tempos muito próximos (COSTA-NETO; MARQUES, 2001; COSTA-NETO, 2004a; MARQUES, 1991); no entanto, para alguns indivíduos, principalmente aqueles que demonstrarem grande conhecimento em relação ao tema, utilizou-se também o modo diacrônico para confirmação de informações, que consiste basicamente na repetição de uma interrogação ao mesmo indivíduo, entretanto em períodos relativamente distintos (COSTA-NETO, 2004b; COSTA-NETO; MARQUES, 2001; COSTA-NETO; PACHECO, 2005; MOURÃO; NORDI, 2002).

Os nomes vernaculares dos espécimes registrados e/ou capturados foram registrados como citados pelas pessoas entrevistadas. Os animais foram identificados das seguintes formas: 1) análise dos espécimes doados pelos entrevistados; 2) análise de fotografias dos animais feitas durante as entrevistas; 3) através dos nomes vernaculares, com o auxílio de taxonomistas familiarizados com a fauna das áreas de estudo (ALVES; ROSA, 2006).

5.2.3 ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS EM HISTÓRIA ORAL

O processamento dos dados obtidos na pesquisa por meio da história oral consistiu basicamente na transcrição das entrevistas e acurada conferência da fidelidade dos conteúdos (PAULILO, 1999; ALBERTI, 2000; JUCÁ, 2003; GONÇALVES; LISBOA, 2007; MONTENEGRO, 2010; CPDOC, 2012). Aquilo que não foi dito também mereceu especial atenção, uma vez que podem ser representações sentimentais que constituem importantes fontes de análise (GONÇALVES; LISBOA, 2007; CPDOC, 2012).

Na codificação e análise dos dados obtidos por meio de entrevistas em história oral foi utilizado o modelo proposto por Strauss e Corbin (1991), estes propõem que o processo de codificação de histórias orais inicie-se por uma ampla identificação e articulação dos dados, denominada *Codificação Aberta*, de onde provém o potencial de encontro entre o material empírico e o conhecimento sobre o contexto por parte do pesquisador.

Para a análise dos dados coletados referentes à percepção que os entrevistados apresentaram em relação aos animais usou-se o modelo adaptado por Barbosa e Barbosa (2011), que categorizam essa percepção de acordo com aspectos extraídos das entrevistas em Conceitual, quando não demonstra aparente afetividade, apenas uma definição formal; Utilitária, quando além da definição usa-se o papel desempenhado ou atribuído ao animal para sua descrição; e Afetiva, quando se demonstra aparente proximidade e tendência afetiva para com o ser que se define ou descreve.

5.2.4 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS FORMULÁRIOS SEMIESTRUTURADOS EM RELAÇÃO AOS DADOS ZOOLOGICOS E ECOLÓGICOS

Para cada espécie de animal citada foi calculado seu respectivo valor de uso (VU) (adaptado da proposta clássica de modelo quantitativo etnobotânico de Phillips *et al.*, 1994 e aplicada a etnozootologia em estudo acerca dos usos da fauna cinegética na zooterapia no semiárido brasileiro em Alves *et al.*, 2011) que possibilita demonstrar a importância relativa da espécie conhecida localmente, independente da opinião do pesquisador. O valor de uso (geral, atual e potencial) é calculado através da seguinte fórmula:

$$VU = \Sigma U/n$$

Onde: VU = valor de uso da espécie; U = número de citações por espécie; n = número de informantes.

Efetou-se também o cálculo da prioridade de conservação dos animais localmente utilizados empregando-se a metodologia adaptada de Oliveira *et al.* (2007). Foi usada a fórmula a seguir, cujos critérios estão explicitados na tabela seguinte:

$$PC = 0,5 (EB - \text{Escore Biológico}) + 0,5 (RU - \text{Risco de Utilização})$$

Onde $EB = AL \times 10$ e $RU = 0,5 (RC) + 0,5 (U) \times 10$ (U é dado pelo maior valor entre a importância local (UL) e a diversidade de uso (DU)).

Optou-se pelo uso dessa abordagem por unir aspectos biológicos e culturais na determinação de espécies prioritárias. A abundância das espécies citadas será estimada por meio de uma média ponderada a partir das respostas dos entrevistados (APAZA *et al.* 2003).

Tabela 1. Critérios para o cálculo da prioridade de conservação dos animais localmente utilizados.

| Critérios | Escores |
|---|----------------|
| A. Abundância da espécie segundo a percepção local (AL) | |
| Muito baixa | 10 |
| Baixa | 7 |
| Média | 4 |
| Alta | 1 |
| B. Risco de coleta (RC) | |
| Coleta destrutiva do animal, na qual a obtenção do produto animal acarreta a morte do indivíduo | 10 |
| Extração de partes dos animais que são coletadas sem causar a morte do indivíduo | 7 |
| Coleta do indivíduo, sem morte do animal e sua criação em cativeiro | 4 |
| Extração de produtos do metabolismo tais como fezes e urina | 1 |
| C. Uso local (UL) | |
| Alto (listada por >70% dos informantes locais). | 10 |
| Moderadamente alto ($35 \leq 70\%$ dos informantes locais). | 7 |
| Moderadamente baixo (<35% dos informantes locais). | 4 |
| D. Diversidade do uso (DU) | |
| Para cada uso é somado um ponto | 1-∞ |

Elaborada pelo autor

Tanto os dados de valor de uso quanto os de prioridade de conservação são fundamentais ferramentas para se traçar seguramente um perfil de uso da biodiversidade na localidade pesquisada, bem como para elaboração de ações conservacionistas para a área.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 48 pessoas (89,5% de caçadores) foi entrevistado (45 homens e 3 mulheres). Os entrevistados tinham idade variando de 18 a 79 anos (média de 47 anos). A tabela 2 resume o perfil socioeconômico dos entrevistados participantes da pesquisa. Estes entrevistados citaram um total de 79 espécies distribuídas em 43 famílias de vertebrados silvestres que são caçados e utilizados na região, ou com os quais os habitantes locais mantêm algum tipo de conexão.

Dentre os entrevistados, oito foram selecionados, graças a peculiaridades no histórico de vida e grande influência na comunidade, como atores sociais relevantes para entrevistas orais, a saber, três caçadores, uma líder comunitária, uma professora, um padre, um pastor e um ambientalista.

Para melhor compreensão da discussão a qual o presente trabalho se propõe, bem como em virtude dos resultados obtidos, resolveu-se segmentar o tópico ‘Resultados e Discussão’ em diferentes abordagens de discurso: I – Aspectos socioeconômicos dos entrevistados; II – Os usos e as interações humanos/ fauna silvestre em áreas do Agreste paraibano; III – Implicações da variedade utilitária da fauna em áreas do Agreste paraibano. IV – Memórias e percepções acerca da caça no Agreste paraibano.

6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS ENTREVISTADOS

A maioria dos entrevistados vivencia um relacionamento conjugal estável, através de casamento ou união consensual. Em relação à atividade ocupacional, a maioria deles trabalha na agricultura (Tabela 2).

O grau de escolaridade dos entrevistados é baixo, tendo em vista o alto índice de indivíduos com ensino fundamental incompleto (43,75%). No que diz respeito à renda salarial, verificou-se a prevalência de 1 salário mínimo (com renda média de 1,37 salário mínimo por pessoa). Em relação ao número de membros da família, prevaleceu o número de 3 indivíduos por residência (35,41%). A maioria dos entrevistados é natural da área pesquisada, tendo vivido durante toda a vida na região.

Tabela 2. Aspectos socioeconômicos dos entrevistados da área pesquisada

| Características | Nº de Entrevistados |
|-------------------------------|---------------------|
| Sexo | |
| Masculino | 45 |
| Feminino | 03 |
| Idade | |
| 18-30 anos | 8 |
| 31-45 anos | 23 |
| 46-60 anos | 11 |
| Mais de 60 anos | 6 |
| Grau de Escolaridade | |
| Ensino Fundamental incompleto | 21 |
| Ensino Fundamental completo | 17 |
| Ensino Médio incompleto | 3 |
| Ensino Médio completo | 5 |
| Ensino Superior completo | 2 |
| Estado civil | |
| Solteiro | 12 |
| União estável/ Casado | 26 |
| Separado/ Divorciado | 7 |
| Viúvo | 3 |
| Renda mensal | |
| Até 1 salário mínimo | 28 |
| Entre 2 e 3 salários mínimos | 19 |
| Não declarou | 1 |
| Tamanho da família | |
| Um casal | 8 |
| Entre 3 e 5 pessoas | 23 |
| Entre 6 e 9 pessoas | 17 |
| Tempo de residência no local | |
| Menos de 15 anos | 4 |
| Mais de 15 anos | 44 |

Elaborada pelo autor

Acredita-se que a acurada análise, em um momento posterior e por profissionais a quem compete à área de estudo, da relação entre fatores como baixa renda e escolaridade,

tamanho da família e tempo de residência no local, serão preponderantes para traçar um perfil que seguramente conecte a exploração ambiental às características socioeconômicas dessas populações usuárias, considerando-se que, aparentemente os problemas ambientais tendem a decorrer de problemas de ordem social e econômica.

Nesse sentido, o engajamento cada vez mais interdisciplinar de profissionais ligados à conservação ambiental e à preservação das culturas é fator indispensável ao sucesso de quaisquer ações no âmbito das ciências biológicas e humanas.

6.2 OS USOS E AS INTERAÇÕES HUMANOS/ FAUNA SILVESTRE EM ÁREAS DO AGRESTE PARAIBANO

As 79 espécies citadas de animais silvestres caçados na região se enquadram em quatro grupos zoológicos (Mamíferos, Aves, Répteis e Anfíbios), como mostra a figura 2.

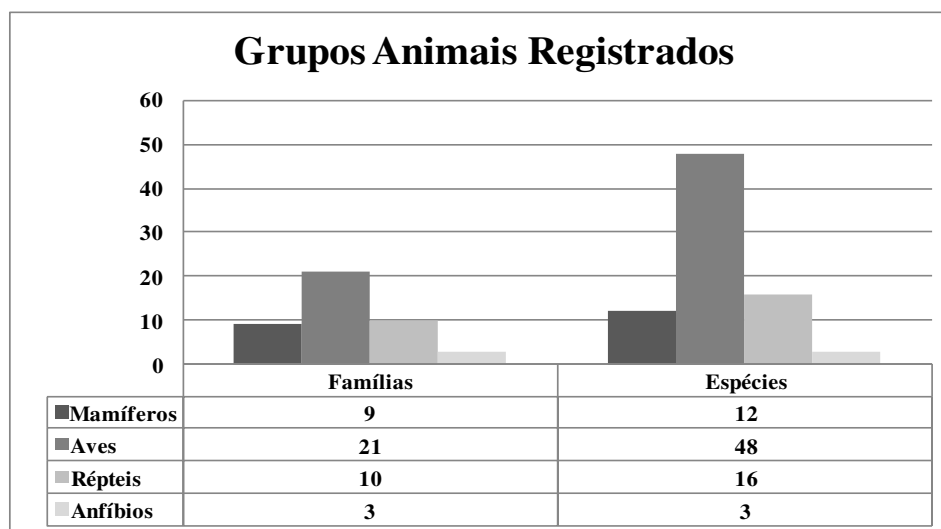


Figura 2. Distribuição dos grupos animais registrados em número de famílias e número de espécies.

Os animais citados se distribuem em dez categorias distintas de uso ou interação: Zooterapia³, Etnoveterinária⁴, Uso Cosmético, Uso Místico/Religioso, Criação, Comércio,

³ Termo usado para definir a utilização de recursos animais para a produção de medicamentos elaborados diretamente com os corpos desses organismos, ou a partir dos produtos e substâncias produzidos por eles (ALVES; ROSA, 2006).

⁴ Expressão usada para definir o sistema de crenças, conhecimentos, habilidades, métodos e práticas aplicados ao cuidado da saúde dos animais (MATHIAS-MUNDY; MCCORKLE, 1989).

Alimentação, Ornamentação, Lazer/Esporte e Caça de controle (conflitual), como representado nas figuras 3 e 4. O grupo animal mais citado foi o das aves (n=48), o que representa 60,75% dos animais registrados. As figuras anexas (página 134) mostram alguns dos animais citados e a tabela nos apêndices (página 127) trás um apanhado geral do uso da fauna na área pesquisada.

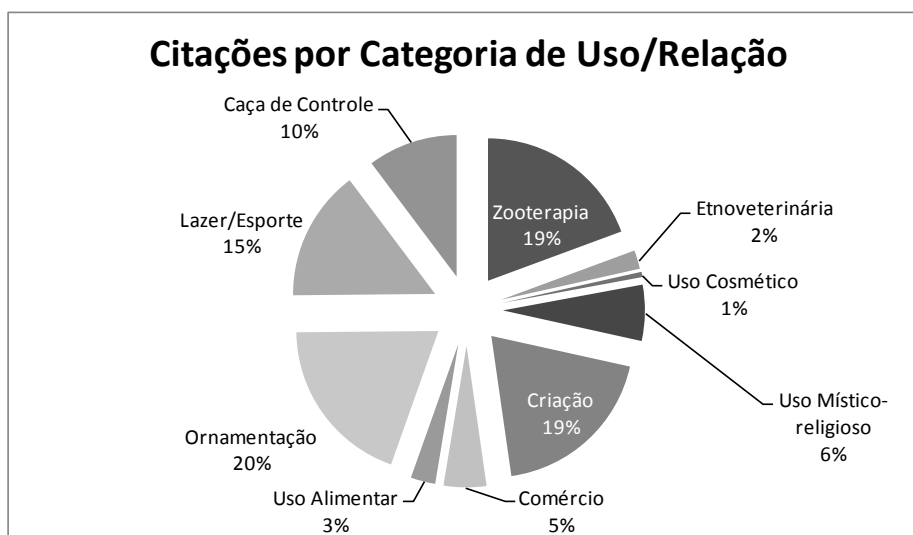


Figura 3. Tipos de uso para a fauna e percentual de citações em cada categoria utilitária.

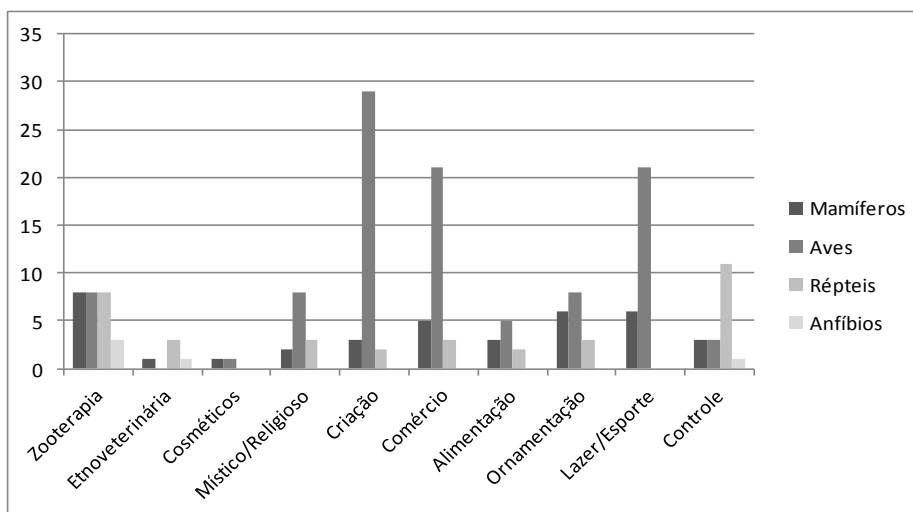


Figura 4. Distribuição dos grupos animais citados dentro de cada categoria de uso/interação.

Os Valores de Uso (VU) das espécies citadas variaram de 0,042 a 1,396 (tabela nos apêndices). A grande maioria das espécies apresentou um valor de uso baixo (menor que 0,7). Não obstante, cinco espécies tiveram um VU igual ou superior a 1,0, refletindo a diversidade de uso desses animais: Cascavel - *Caudisona durisa* (VU=1,396), Preá - *Cavia aperea* (VU=1,271), Teju - *Tupinambis merianae* (VU=1,250), Peba - *Euphractus sexcinctus* (VU=1,104) e Rolinha - *Columbina* sp. (VU=1,0).

Doze espécies animais, segundo os entrevistados, apresentam uma distribuição local muito baixa, dificilmente sendo encontrados na região. Com destaque para o Gato Maracajá - *Leopardus wiedii*, o Veado - *Mazama gouazoupira*, a Raposa - *Cerdocyon thous* e a Jibóia - *Boa constrictor*.

Os índices de Prioridade de Conservação (PC) variaram de 13,75 até 88,75 (tabela nos apêndices), sendo que 9 espécies apresentaram índices superiores a 70, evidenciando urgência de medidas conservacionistas. Com destaque para a Raposa - *Cerdocyon thous*, o Veado - *Mazama gouazoupira*, o Gato Maracajá - *Leopardus wiedii*, a Jibóia - *Boa constrictor* e o Jabuti - *Chelonoidis carbonária*, todos com índices superiores a 80.

As atividades de caça e coleta dos animais são realizadas diretamente por 43 dos 48 entrevistados, que afirmaram ensinar aos mais jovens as técnicas de captura dos animais. Nove entrevistados relataram também encomendar animais, sobretudo para alimentação, criação e zooterapia.

Foi registrado o uso de produtos zoterápicos derivados de 27 espécies animais para o tratamento de 57 enfermidades. Os animais são usados inteiros ou em parte (gordura, ossos, couro, penas, etc.). Entre os animais citados destacaram-se o Teju - *Tupinambis merianae* (42 citações), a Cascavel - *Caudisona durisa* (38 citações) e o Camaleão - *Iguana iguana* (32 citações).

As categorias de doença mais citadas, baseando-se na classificação do Centro Brasileiro de Classificação de Doenças (1993) foram: Doenças do aparelho respiratório, doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e doenças indefinidas.

Registrou-se a utilização de 5 espécies da fauna para uso etnoveterinário. Essas espécies são usadas para tratamento de 12 enfermidades animais: “Chifres ocos”, caroços, “nervo duro”, artrite, fraturas, feridas, estrepes, inchaços, queimaduras, mastite, prolapso uterino e “casco fofo”. Os grupos de animais tradicionalmente tratados são os que formam a base das pequenas criações pecuárias nas áreas pesquisadas, tais como Mamíferos - bovinos, equinos, caprinos, ovinos - e Aves.

Foi apontado ainda o uso cosmético de duas espécies animais úteis em tratamentos estéticos de pele e cabelo. Os subprodutos listados para esta finalidade foram basicamente secreções e produtos do metabolismo (gorduras e fezes). Os cosméticos de origem animal podem ou não ser associados a vegetais creditados como esteticamente úteis ou simplesmente aromáticos.

Evidenciou-se ainda a relação místico/religiosa de humanos com 13 espécies animais. Uma grande parte dessas espécies foi mencionada por se acreditar na sorte ou na falta de sorte que elas representam. Alguns entrevistados também acreditam que analisando o comportamento de certos animais é possível prever eventos futuros como a chuva, a chegada de visitantes e a morte de alguém. Além disso, também observou-se o conhecimento por parte de alguns entrevistados acerca da utilização de animais em ritos afro-brasileiros, e o uso de derivados animais como amuleto, em “curas mágicas”, em “adivinhações” ou ainda relacionados a contos místico-religiosos.

Dentre a fauna silvestre de uso místico destacaram-se a Acauã - *Herpetotheres cachinnans* (11 citações), a Asa branca - *Columba picazuro* (11 citações), a Raposa - *Cerdocyon thous* (8 citações), o Cancão - *Cyanocorax cyanopogon* (8 citações), e a Cascavel - *Caudisona durisa* (8 citações).

Registrou-se também a criação permanente ou periódica de 34 espécies animais. A maior parte desses é de pássaros canoros (para comercialização ou, no relato dos entrevistados, por “afeto” e “lazer”). Algumas espécies são ainda criadas ou atraídas com bebedouros artificiais por interesse ornamental, como é o caso do Canário - *Sicalis flaveola*, do Beija-flor - *Amazilia fimbriata* e do Galo de Campina - *Paroaria dominicana*. Entre os pássaros canoros criados destacam-se o Galo de campina - *Paroaria dominicana* (21 citações), o Golado - *Sporophila albogularis* (19 citações) e o Gaturão - *Sicalis luteola* (15 citações).

Alguns espécimes silvestres são criados durante algum tempo para engorda e posterior consumo ou comercialização das carnes e subprodutos. Os animais silvestres criados nesse intuito são o Peba - *Euphractus sexcinctus*, o Tatu - *Dasybus novemcinctus*, as Burguesas - *Streptopelia* sp. e o Camaleão - *Iguana iguana*.

Evidenciou-se também 27 relações de lazer associadas aos animais. Essas relações envolviam, sobretudo a caça esportiva (com destaque para a Rolinha - *Columbina* sp., 20 citações e o Preá - *Cavia aperea*, 17 citações). Alguns entrevistados relataram certa constância e naturalidade na prática dessa modalidade de caça.

Registrou-se ainda que 18 espécies animais apresentaram importância alimentar nas áreas pesquisadas. As espécies silvestres mais citadas quanto ao uso na alimentação são a Rolinha - *Columbina* sp. (27 citações), o Preá - *Cavia aperea* (25), a Ribaça - *Zenaida auriculata* (21) e os Lambus - *Crypturellus* spp. (19). O consumo de carnes de caça foi registrado de maneira intensa na comunidade estudada. Os caçadores entrevistados relataram considerável frequência de abate de animais silvestres, além de um grande conhecimento acerca de técnicas, períodos adequados e locais para caça.

Constatou-se também que produtos oriundos de 10 espécies animais servem de base para confecção de ornamentos (couro, cornos e penas). Com destaque para a pele do Gato Maracajá - *Leopardus wiedii*.

O comércio de animais ou derivados nas regiões estudadas envolve 28 espécies. Segundo os entrevistados, os principais locais de troca e venda dos animais silvestres são as feiras da Prata e Central, localizadas no município de Campina Grande. Essa rota comercial da fauna selvagem foi averiguada com visitas aos pontos de comércio mencionados, e confirmada através do contato, nessas feiras, com alguns comerciantes ouvidos no Gravatá, bem como através de algumas entrevistas informais aos comerciantes de animais em feiras de Campina Grande. As principais motivações comerciais citadas são a venda de carne e derivados alimentícios, o comércio de animais vivos (canoros ou de estimação) e a venda de peças ornamentais derivadas de animais.

Registrou-se ainda a caça de 19 animais por estes serem considerados perigosos. Os entrevistados relataram que matam 7 desses animais (Timbu - *Didelphis albiventris*, Furão - *Mustela putorius furo*, Carcará - *Caracara plancus*, Gavião - *Rupornis magnirostris*, Peneira - *Elanus leucurus*, Papa-pinto - *Spilotes pullatus* e Teju - *Tupinambis merianae*), pois eles representam riscos às criações domésticas. Também informaram matar animais por aversão (nojo, raiva, medo) ou, no caso das serpentes (Cascavel - *Caudisona durisa*, Cobra-cipó - *Oxybelis aeneus*, Cobra coral - *Micrurus ibiboboca*, Cobra preta - *Pseudoboa nigra*, Cobra verde - *Philodryas aestivus*, Corre campo - *Philodryas nattereri*, Jararaquinha - *Liophis poecilogyrus xerophylos*, Jibóia - *Boa constrictor*, Malha de cascavel ou Jararaca - *Bothrops erythromelas* e Papa-pinto - *Spilotes pullatus*), por considerá-las uma ameaça à vida humana.

Após o registro das diversas modalidades de utilização da fauna na comunidade pesquisada foram realizados trabalhos de educação ambiental no intuito de instruir e conscientizar as populações humanas quanto à importância da conservação da

biodiversidade local, sobretudo, em áreas já sobre-exploradas como a Caatinga. Esses trabalhos se deram através de palestras, diálogos e discussões, e envolveram tanto alguns alunos e professores de escolas públicas do município em questão, quanto alguns membros das comunidades estudadas.

6.3 IMPLICAÇÕES DA VARIEDADE UTILITÁRIA DA FAUNA EM ÁREAS DO AGRESTE PARAIBANO

A utilização da fauna silvestre contribui direta e indiretamente para a subsistência de comunidades humanas todo mundo (PATTISELANNO, 2004), sendo utilizada ao longo da história com fins alimentícios, medicinais, comerciais, estéticos, ornamentais, recreativos e cerimoniais (ZAPATA, 2001; PATTISELANNO, 2004; QUIJANO-HERNÁNDEZ; CALMÉ, 2002; BARRERA-BASSOLS; TOLEDO, 2005; MARTÍNEZ, 2006). Na comunidade pesquisada a captura e os usos da fauna são similares aos reportados na literatura, com destaque para a utilização zoterápica e a criação de animais silvestres.

As espécies que provém maior quantidade de produtos e subprodutos para o homem, usualmente são as mais exploradas (BODMER; PEZO, 2001; ZAPATA, 2001; MILNER-GULLAND *et al.*, 2003). Nesse sentido as aves têm sido um dos grupos de vertebrados silvestres com maior histórico de aproveitamento (ALVES *et al.*, 2009; BODMER; PEZO, 2001; MILNER-GULLAND *et al.*, 2003; QUIJANO-HERNÁNDEZ; CALMÉ, 2002; PATTISELANNO, 2004; BARRERA-BASSOLS; TOLEDO, 2005). Em estudo realizado em comunidades indígenas “Tupinambás” no município de Ilhéus, Bahia, Pereira e Schiavetti (2010) registraram entre os grupos com maior índice de aproveitamento as aves. Matínez (2006), em estudos acerca da utilização da fauna silvestre pela comunidade do Petenes, adjacente a uma reserva biológica no Campeche, sudeste do México, também registrou como principais alvos de caça algumas aves, como, por exemplo, uma espécie de Peru do mato - *Agriocharis ocellata*.

No presente trabalho a utilização da fauna silvestre pelos habitantes da comunidade estudada segue essa mesma tendência, já que as aves constituem o grupo animal mais valorizado. Segundo os entrevistados a preferência pela exploração desse grupo faunístico se dá, sobretudo por dois fatores: a relativa abundância desses animais em comparação com outros grupos de vertebrados e seu porte médio, que implica em um maior retorno de

produtos e subprodutos a cada caçada. Trinca e Ferrari (2006) observaram que os caçadores da Amazônia do estado do Mato-Grosso também relacionavam os animais abatidos à abundância local e ao porte.

A exploração da fauna silvestre no continente americano tradicionalmente se dá através da caça (MANDUJANO; RICO-GRAY, 1991; ZAPATA, 2001). Essa atividade aliada ao aproveitamento dos animais tem sido reconhecida como uma prática tradicional transmitida de geração a geração (BARRERA-BASSOLS; TOLEDO, 2005; MARTÍNEZ, 2006). O ensino dos modos de captura dos animais, dos melhores períodos de caça e dos locais onde se encontrar cada espécie, bem como das variadas maneiras de se aproveitá-las configura uma prática comum entre os habitantes da comunidade pesquisada, que executam também a caça como atividade de lazer, de forma costumeira e disseminada culturalmente de geração a geração. As atividades de caça na região estudada começam na infância quando pequenos animais são caçados como forma de “diversão” com uso de estilingues, ou capturadas em armadilhas e criadas como animais de estimação. Alves *et al.*, (2009) que realizaram trabalho sobre as estratégias de caça usadas em Pocinhos, semiárido paraibano, verificaram também o uso, inclusive por crianças, das mesmas técnicas de caça do presente estudo, o que sugere uma disseminação consistente desses métodos na região. Trinca e Ferrari, (2006), em trabalho acerca da caça em um assentamento rural na Amazônia mato-grossense também relatam algumas dessas técnicas de captura, assunto que se discutirá mais detalhadamente adiante.

A captura e as muitas formas de uso de animais silvestres têm sido reconhecidas como parte integrante da economia em áreas rurais (MILNER-GULLAND *et al.*, 2003), servindo de suplemento às atividades agrícolas (MARTÍNEZ, 2006; MILNER-GULLAND *et al.*, 2003; QUIJANO-HERNÁNDEZ; CALMÉ, 2002; BARRERA-BASSOLS; TOLEDO, 2005; BARBOSA *et al.*, 2011). No presente estudo, este pode ser o caso, já que muitos dos entrevistados fazem uso dos recursos faunísticos como forma de complementar às atividades agrárias cotidianas, consumindo, utilizando e comercializando produtos e subprodutos de origem animal.

É evidente que o consumo de carnes está entre as motivações de abate da fauna silvestre registradas na área de estudo. Martínez (2006), em seu estudo acerca da utilização da fauna silvestre no Petenes, México, também descreveu uma considerável incidência no consumo de animais silvestres pela população local. Pattiselanno (2004), em trabalho realizado com moradores da Papua Oeste, na Indonésia, relaciona a utilização da fauna

silvestre à segurança alimentar, definida como a disponibilidade e o acesso físico e econômico aos alimentos, para todas as pessoas, em todos os momentos (HOSKINS, 1990). Essa mesma relação parece ocorrer no Sítio Gravatá, onde a carne proveniente de atividades cinegéticas constitui uma fonte nutricional relevante, inclusive em períodos de seca. Em países com grandes diferenças sociais, culturais e econômicas como o Brasil, a fauna silvestre ainda é uma fonte importante de proteína animal utilizada para a subsistência de populações no interior (NOGUEIRA FILHO; NOGUEIRA, 2000), fato que requer maior atenção e um aprofundamento no que diz respeito aos hábitos e costumes das populações humanas envolvidas, pois, o aproveitamento desses animais pode estar sendo feito através da caça descontrolada que, associada à destruição de habitats, pode causar a perda irreparável desses recursos naturais (REDFORD, 1992). Vale reforçar que, segundo Carrano (2006) a caça e a sobre-exploração de espécies silvestres associada à degradação dos habitats, pode impedir a recuperação numérica de populações animais.

Para os propósitos do presente trabalho é fundamental reconhecer também, que a presença da fauna silvestre nos ambientes florestais como a Caatinga, dentro de sua área de ocorrência natural e em densidades normais, constitui elemento indicador da saúde do ecossistema, de seu equilíbrio e de sua plenitude, já que todas as espécies faunísticas desempenham funções essenciais tanto para a existência como para a renovação dos ambientes, cabendo aqui lembrar que, como algumas espécies registradas apresentaram elevados índices de Prioridade de Conservação, há necessidade relevante e indispensável de um maior aprofundamento em relação a estudos ecológicos de densidade e estado das populações animais, por conseguinte, o conhecimento ecológico local dos moradores dessa região pode mostrar-se uma ferramenta extremamente útil no sentido de auxiliar no desenvolvimento de estudos científicos dessa natureza.

Além da alimentação, mais um estímulo à captura de animais silvestres na área pesquisada foi o valor comercial destes. Algumas espécies de mamíferos, aves e répteis são capturadas e criadas durante algum tempo para engorda e revenda de carne na localidade, entretanto, a maior parte dos animais silvestres listados como criados e comercializados pelos entrevistados é de pássaros canoros. Já se é conhecido que dentre os animais vendidos, as aves, graças a sua beleza e vocalização (PEREIRA; BRITO, 2005), bem como a sua ampla disseminação geográfica e elevada variedade, são o grupo de animais mais procurados (BARBOSA *et al.*, 2010; NOBREGA *et al.*, 2011). Na área estudada evidenciou-se uma preferência pela captura e comercialização de pássaros machos. Uma

tendência similar foi observada por Rocha *et al.* (2006), que, em estudo acerca da comercialização de aves em feiras livres de Campina Grande, Paraíba (local onde a maioria dos pássaros canoros capturados na área estudada é revendido), observaram métodos seletivos de captura de pássaros machos para revenda. Esse mesmo fato foi observado também por Nobrega *et al.* (2011) em estudo etno-ornitológico acerca da utilização de aves silvestres por moradores do município de Fagundes, semiárido paraibano. Segundo Ribeiro e Silva (2007), uma captura acentuada de machos é um fato agravante para o desequilíbrio populacional das espécies de pássaros envolvidos, uma vez que, cerca de 90% das espécies de aves adotam um comportamento monogâmico durante seu período reprodutivo. Logo alterações no equilíbrio reprodutivo das aves nas regiões estudadas podem afetar consideravelmente a biodiversidade local.

O comércio ilegal de animais silvestres é um negócio que movimenta por ano entre 10 e 20 bilhões de dólares (VANNUCCI-NETO, 2000; OSAUA, 2001). O Brasil participa deste mercado com cerca de US\$ 1 bilhão ao ano, uma vez que sua enorme diversidade biológica, bem como as dificuldades sociais e as motivações histórico-culturais fazem do país um dos principais fornecedores de animais silvestres do mundo (GIOVANINI, 2002).

Grande parte dos criadores e comerciantes de pássaros canoros da comunidade pesquisada apresentou um nível de reconhecimento e percepção bastante elevado no que diz respeito à vocalização das aves. Alguns ainda associaram esse fenômeno à reprodução desses animais. Um fato similar é reportado por Cadima e Marçal Júnior (2004), que em um trabalho de investigação acerca do conhecimento etno-ornitológico de habitantes do distrito rural de Miraporanga, Uberlândia, evidenciaram que essa característica repleta de significados presente no canto das aves foi claramente reconhecida por seus informantes. Almeida *et al.* (2006), em um estudo etno-ornitológico realizado no distrito rural de Florestina, município de Araguari, região do Triângulo Mineiro, afirmaram que os moradores da região mostraram conhecer diversos aspectos da biologia e da ecologia das aves, incluindo vocalização, reprodução, alimentação e características comportamentais.

Nas comunidades rurais brasileiras são comumente encontrados pessoas com um elevado nível de conhecimento ornitológico, o que inclui saberes sobre comportamentos, vocalizações, reprodução, mitos e lendas acerca das aves (MARQUES, 1998; SICK, 1997). Após estudar a percepção do comportamento de vocalização em aves entre camponeses alagoanos, Marques (1998) afirma que em populações camponesas brasileiras a

vocalização natural das aves adquire conotação cultural que permite a leitura de diversos eventos ecossistêmicos e sociais.

O presente estudo corrobora com a afirmação de que um dos eventos ecossistêmicos que populações tradicionais do meio rural brasileiro podem relacionar com o canto de muitos pássaros é o prenúncio de chuvas, (MARQUES, 1999; SICK, 1997). Em estudo acerca dessa previsão pelas aves na percepção de moradores de comunidades rurais no município de Soledade, Paraíba, Araujo *et al.* (2005), registraram 30 espécies de aves bioindicadoras de chuva, das quais, no mínimo quatro (Acauã - *Herpetotheres cachinnans*, Cancão - *Cyanocorax cyanopogon*, Lavandeira - *Fluvicola nengeta* e Tetéu - *Vanellus chilensis*) foram também citadas no presente trabalho.

Outro fator que estimula a prática da caça na área estudada é a utilização de couros para fins diversos, incluindo a zooterapia, a confecção de forros, mantas e outros artigos para a ornamentação, corroborando com Nogueira Filho e Nogueira (2000), que em trabalho acerca do aproveitamento de produtos e subprodutos da fauna silvestre realizado no sudeste do Brasil, afirmam que a demanda pelo couro de animais silvestres tem sido atendida através da caça, muitas vezes predatória em vários países sul-americanos, especialmente em nosso país.

No presente trabalho percebeu-se que outro forte estimulador da caça de animais silvestres é o seu eventual potencial para atacar seres humanos, ou criações de animais domésticos. Trinca e Ferrari (2006), em estudo a respeito da caça no assentamento rural Japuranã, município de Nova Bandeirantes, Mato Grosso, notaram que em 14,2% dos casos de abate dos animais, estes eram caçados por predarem criações, caracterizando a caça de controle, ou por serem considerados perigosos aos animais domésticos e às pessoas. Barbosa *et al.* (2011), em trabalho sobre as técnicas de caça em regiões do semiárido brasileiro registraram um índice bem mais elevado de abate cinegético com motivação conflitual (41,13% das citações). Os conflitos entre proprietários de criações domésticas e predadores, provavelmente tiveram início desde que os primeiros animais foram domesticados pelos seres humanos há cerca de 9.000 anos (NOWELL; JACKSON, 1996; PALMEIRA; BARRELLA, 2007). Segundo alguns entrevistados esses conflitos podem ocorrer quando animais selvagens danificam as safras, ferem ou matam animais domésticos, ameaçam ou matam pessoas.

A conexão com o componente zoológico é permeada de contradições e ambiguidades, pois a fauna nativa tanto pode constituir-se em fonte de recursos quanto ser

vista como possibilidade de riscos (MARQUES, 2001). Normalmente, animais carnívoros silvestres não têm o hábito de atacar criações domésticas, já que em ambientes que apresentam condições para a sua sobrevivência, esses animais evitam qualquer contato com o homem e suas criações. Entretanto, devido à diminuição de suas presas naturais em virtude da caça predatória e/ou da fragmentação do habitat, os carnívoros podem atacar espécies domésticas (AZEVEDO; CONFORTI, 2002), o que pode exatamente estar acontecendo na área pesquisada, uma vez que a caça é recorrente e manchas de habitat relativamente conservadas são consideravelmente fragmentadas.

Além da utilização das carnes e do couro dos animais, muitos subprodutos que não apresentam utilidade alimentar ou comercial, como gorduras, ossos, dentes, penas, dentre outros, são aproveitados de diferentes maneiras na comunidade em questão. O uso de sobras poderia ser justificado como uma tentativa de maximizar os recursos obtidos dos ecossistemas locais (MOURA; MARQUES, 2008). Uma das principais formas de utilização desses subprodutos na área de execução da presente pesquisa foi a zooterapia. Em estudo acerca dos aspectos da zooterapia popular, desenvolvido na comunidade do Remanso, na Chapada Diamantina, Moura e Marques (2008) relatam que mais da metade dos zoterápicos listados em sua pesquisa derivam de subprodutos animais inúteis para outros fins.

Os animais medicinais citados pelos entrevistados podem ser aproveitados inteiramente ou em partes avulsas. As partes mencionadas são: carne, osso, couro, cauda, pelos, penas, dentes, cabeça, estômago, intestinos, fígado, bÍlis, gordura, “maracá” (chocalho de cobra) e secreções do corpo. A maioria dessas matérias-primas tem sido registrada em outros trabalhos acerca da utilização humana dos recursos zoterápicos no Brasil (ALVES; ROSA, 2006; 2007a; 2007b; ALVES *et al.*, 2007; 2011; ALVES, 2009; MARQUES, 2001; BEGOSSI; BRAGA, 1992), o que indica que essa prática é largamente difundida no país. Isso ratifica a necessidade de compreender as práticas zoterápicas no contexto da conservação da biodiversidade em nosso país (ALVES *et al.*, 2007).

As práticas zoterápicas nas áreas pesquisadas seguem ainda uma vertente mística, as chamadas “curas mágicas” e “simpatias”, onde se percebeu uma tendência ao emprego de animais vivos, como acontece com o Cancão - *Cyanocorax cyanopogon* e o Jabuti - *Chelonoidis carbonaria*, animais creditados como capazes de curar doenças respiratórias através do rito simbólico de alimentá-los com os restos de comida do enfermo. Doenças com causas sobrenaturais existem em diferentes culturas (RUBEL, 1977), logo, em função

dos sistemas médicos tradicionais serem organizados como sistemas culturais, o uso das substâncias animais, além de uma perspectiva ecológica, deve ser compreendido também dentro de uma perspectiva cultural (BARBOSA; AGUIAR, 2012a). Em cada sociedade existem crenças, algumas delas são facilmente alteradas, enquanto outras são enraizadas profundamente na cultura e são dificilmente modificadas. Este aspecto é de particular relevância no que diz respeito às formas de contágio de doenças e como elas podem ser mais bem tratadas (EZINNA, 1999). Alves (2006), em estudos acerca do uso de animais na zooterapia em comunidades pesqueiras no Norte e Nordeste do Brasil, registra que nas comunidades pesquisadas, além dos animais fornecerem matéria-prima para o tratamento de doenças usando métodos clínicos, seus produtos também são usados em forma de amuletos e em “simpatias”, visando prevenir e tratar doenças associadas a causas não naturais.

Outra forma de emprego dos produtos e subprodutos animais na comunidade estudada foi o uso na etnoveterinária, que é definida como “o conjunto de conhecimentos, habilidades, métodos, práticas e crenças das pessoas sobre os cuidados da saúde dos animais” (MISRA; KUMAR, 2004). No que diz respeito aos tratamentos etnoveterinários na região do Gravatá, foi observada uma tendência por parte dos informantes de relacionar algumas das enfermidades animais aos tratamentos zoterápicos aplicados às doenças humanas de sintomas semelhantes. Fato comparável ao apresentado por Barboza et. al., (2007), que em trabalho acerca da utilização de zoterápicos na medicina etnoveterinária, realizado no município de Cubati, Paraíba, perceberam que, a partir do princípio da semelhança, muitos dos zoterápicos aproveitados pelos moradores da comunidade de Cubati para o tratamento de doenças humanas eram também utilizados como tratamentos para as doenças dos animais.

Entre os zoterápicos etnoveterinários mais citados no presente trabalho estão a gordura de Camaleão - *Iguana iguana*, e de Cascavel - *Caudisona durisa*. Os mesmos subprodutos desses animais também se destacam em outros trabalhos que abordam a temática (BARBOZA et al., 2007; SOUTO, 1996; SOUTO, 2007; CONFESSOR et al., 2011), sugerindo a disseminação do uso desses animais em práticas etnoveterinárias no estado da Paraíba e evidenciando uma maior necessidade de estudos sobre o tema.

Alguns subprodutos e derivados animais mencionados por entrevistados da comunidade pesquisada, foram ainda relatados como úteis em tratamentos estéticos. Em 71,42% das vezes os produtos de utilidade cosmética só podem ser extraídos de animais

mortos. Há uma carência no que diz respeito a trabalhos referentes ao uso de recursos naturais, sobretudo da fauna, em tratamentos cosméticos no Brasil. Públio Ovídio Nasão (43 a. C. - 17 d. C.), entretanto, já mencionava o uso cosmético dos recursos faunísticos na Itália desde o século I a. C. O autor supracitado, em seu livro “*Ars Amatoria*”, em um capítulo intitulado “*Remedia Amoris*” dedica um trecho (Os produtos de beleza para o rosto feminino) à descrição de métodos de tratamento de beleza envolvendo derivados vegetais e animais:

[...] Pois bem, quando o sono tiver relaxado os vossos membros delicados, como fazer ressaltar a brancura da vossa pele? Tomai cevada, da que os camponeses líbios enviam pelo mar. Tirai-lhe a palha e as cascas. Juntai igual quantidade de chicharro, diluída em **dez ovos**; [...] Triturai também chifres de veado, dos que caem no começo do ano, e juntai a sexta parte de uma libra a mistura. [...] Acrescentai doze bulbos de narciso, descascados e amassados vigorosamente num almofariz de mármore, bem limpo, mais duas onças de goma de farinha de trigo de Toscana, juntando depois a mesma quantidade de **mel**. Toda a mulher que untar o rosto com esse cosmético conseguirá uma tez mais brilhante e mais lisa que o espelho onde se contempla. [...] Aplicar produtos tirados dos **ninhos das aves choronas** faz desaparecer manchas na pele; esses produtos chamam-se “alcíôneos”. [...] Para que se torne uma massa que possa ser espalhada pelo corpo, deverá acrescentar-se o **mel dourado da Ática**. [tradução Pietro Nassitti] (NASÃO, 2004, p. 131 e 132). (Grifo meu).

O uso de cosméticos remonta há pelo menos 30 mil anos. Os povos primitivos tinham o hábito de pintar o corpo para fins ornamentais e religiosos. Muitos cosméticos se originaram na Ásia, mas os primeiros registros de seu uso estão no Egito, onde, segundo registros da época, a rainha Cleópatra se banhava com leite de cabra para obter uma pele mais suave e macia (SEBRAE, 2007). Diferente da ideia muito disseminada de que a difusão do uso de cosméticos é uma prática típica de sociedades ocidentais ricas, ou que tenham sido utilizados nos últimos séculos apenas por nobres das classes mais favorecidas, percebe-se que esses hábitos também pertencem ao patrimônio das classes populares (TAMMARO; XEPAPADAKIS, 1986) e de culturas indígenas (VIGUERAS; PORTILLO, 2001).

Em virtude dos hábitos cotidianos, agressões e pequenas lesões na pele, bem como sua exposição demasiada aos raios solares são comuns em ambientes rurais não só no Nordeste do Brasil, mas em outras partes do mundo, o que pode incentivar o uso de produtos naturais como forma de proteger e tratar a pele. Quave *et al.* (2008), em trabalho realizado em Vulture-Alto, Bradano, interior sul da Itália, discutem acerca de produtos

tradicionais usados no tratamento dermatológico na comunidade italiana, contudo, esses cosméticos não têm como base primordial o emprego da fauna em sua produção, associando, além de derivados animais, produtos de base vegetal e mineral.

Ao longo do tempo, as pessoas têm desenvolvido e utilizado como produtos cosméticos, fragrâncias e perfumes derivados de recursos naturais (BRUNELLO, 1989; MANNICHE; FORMAN, 1999; MORRIS, 1999; AFTEL, 2002). Embora o campo de investigações acerca destes produtos venha sendo negligenciado nos estudos etnobiológicos e etnofarmacêuticos (PIERONI *et al.*, 2004). Essa carência de trabalhos relacionados a esse tema evidencia a necessidade de uma investigação mais profunda, no intuito de registrar essa prática, integrando-a as atividades de aproveitamento da fauna, além de analisar suas eventuais influências sobre a biodiversidade.

Como as modalidades de uso ou conexão com animais registradas no presente trabalho abrangem a fauna silvestre, realizou-se ações de educação ambiental e palestras de conscientização envolvendo tanto educadores quanto a população local. Acerca dos trabalhos de educação ambiental envolvendo professores de ensino fundamental e médio, vale salientar que, segundo Barbosa (2011), a formação dos educadores de qualquer nível, ou modalidade, deve considerar como meta o disposto no art. 22 da LDB. Ela estipula que a “*educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores*” (BRASIL, 1996). Quando a LDB coloca “*exercício da cidadania*”, cabe lembrar que faz parte do exercício cidadão a manutenção da biodiversidade nacional. Quanto à educação ambiental envolvendo membros das comunidades estudadas, existem recomendações de que o ensino aliado ao dia-a-dia pode moldar saberes antes destrutivos, tornando clara a necessidade de conhecimento como ferramenta indispensável à preservação (BARBOSA, 2011). Campos (2005) recomenda um trabalho educativo em todo o Nordeste brasileiro, mostrando a população não só que a legislação existe, mas que há uma necessidade de preservação e para a própria sustentabilidade dos moradores da Caatinga.

6.4 MEMÓRIAS, HISTÓRIAS DE VIDA E ASPECTOS DA CAÇA EM QUEIMADAS

Ao longo da trajetória humana no planeta, mas, sobretudo a partir da domesticação de certas espécies de animais, ocorrida no período Neolítico, há cerca de dez mil anos,

foram sendo construídas relações de controle, dominação e colaboração dos grupos humanos para com outras espécies⁵. Alguns estudos no campo da história ambiental e social procuraram esclarecer que no decorrer de muitas gerações, elementos das relações entre determinadas culturas e os animais (domesticados ou não) acabaram influenciando nas percepções de mundo e de natureza que foram sendo historicamente construídas ao longo do tempo e representadas nas diversas expressões humanas, tais como a arte, as literaturas variadas, inclusive a religiosa, e no campo das práticas discursivas e não discursivas.

No ocidente, o tema do tratamento dispensado aos animais no universo das relações comuns humanas, mereceu obras clássicas elaboradas por historiadores, como Keith Thomas e Edward Palmer Thompson, dentre outros. Em *O Homem e o Mundo Natural*, Thomas (2010) investigou as atitudes e posturas intelectuais inglesas em relação aos animais e às plantas entre os séculos XVI e XIX. Por sua vez, em seu livro *Senhores e Caçadores*, Thompson (1997) estudou as relações entre natureza, história social e hábitos de caça na transição das lutas pela propriedade da terra e seus recursos naturais na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX.

De fato, as relações de poder, o antropocentrismo, a percepção de sobrepujança e do domínio humano sobre os outros seres vivos, acerca do qual escreveu Thomas (2001), provavelmente sejam algumas das grandes motivações para que a captura e o abate ilegal de animais ainda exerça atração e fascínio sobre pessoas das mais diferentes origens e culturas.

É fato que a recorrência de atividades de caça no semiárido brasileiro foi historicamente motivada por questões de subsistência, em virtude da importância nutricional das carnes provenientes de animais selvagens como fonte de proteína para as populações humanas (SMITH, 1976; AYRES; AYRES, 1979; MARTINS, 1993; CALOURO, 1995; EMÍDIO-SILVA, 1998). Ainda além, diversos animais foram, e continuam sendo amplamente utilizados para as mais diversas finalidades e outros ainda são mantidos como animais de estimação⁶ (ALVES *et al.*, 2007; ALVES *et al.*, 2009;

⁵ Concordo aqui com Simon Schama (1945-), segundo quem as relações entre os seres humanos e organismos de outras espécies nem sempre são de pura exploração, embora, com muita frequência o sejam. Todavia, essa provável relação de colaboração mútua, por mais harmônica que possa parecer, ainda pode ser encarada por alguns sob a perspectiva da relação ecológica escravagista, na qual um ser se aproveita das atividades, do trabalho ou de produtos elaborados por outros seres vivos.

⁶ ‘Animal de estimação’ é o termo utilizado para traduzir ‘pets’ do inglês (Dicionário Michaelis), podendo-se utilizar como sinônimo do termo ‘animal de companhia’. Tomamos como animais de estimação diversas

2011; BARBOSA *et al.*, 2010; 2011; NOBREGA *et al.*, 2011 BARBOSA; AGUIAR, 2012b). Não se pode negar, entretanto que, o avanço das políticas públicas, as mudanças nos hábitos de vida das populações rurais, o emprego formal, a injeção financeira e o acesso facilitado aos bens de consumo, dentre outros fatores (BALSADI, 2001), podem ter alterado significativamente essa relação histórico-social de necessidade de exploração, sobretudo alimentar, mas também econômica, dos recursos faunísticos por diversas populações rurais atuais.

Exemplos que ilustram a atração que a caça ilegal de animais silvestres exerceu e exerce sobre as pessoas, no que pese a condição social e os riscos que a atividade oferece, ficam explícitos em certas falas de alguns dos entrevistados. Vamos a alguns exemplos no município paraibano de Queimadas, agreste do estado e localizado no semiárido brasileiro, como caracterizado anteriormente:

Queimadas é uma pequena cidade que dista cerca de 20 km de Campina Grande. Segundo o histórico do IBGE (2013a) as matas então existentes nas proximidades proporcionavam excelente caça fazendo com que as pessoas para ali se deslocassem no intuito de realizarem suas caçadas de fins de semana.

Atualmente, com a economia baseada na agricultura e comércio, o município de Queimadas ainda abarca uma considerável quantidade de pessoas que usufruem direta e indiretamente dos recursos naturais das áreas rurais mais conservadas. Um desses usuários é o queimadense Silvio Moreira, caçador e funcionário público de 56 anos. O Sr. Silvio viveu desde a infância na cidade em questão, morando na zona rural – Sítio Gravatá – e deslocando-se diariamente para o trabalho na sede urbana do município. Católico, não tão assíduo às celebrações religiosas, mas convicto de sua fé, o caçador cursou até o 5º ano do ensino fundamental. O Sr. Silvio é casado e pai de dois filhos e sustenta a casa com um salário mínimo que recebe por seus serviços. Para ele, a caça é apenas uma maneira de demonstrar a superioridade em relação aos demais animais. Segundo seus relatos, desde a infância ele era estimulado a caçar, uma vez que “os bichos foram feitos para o homem”:

“[...] Eu caço desde que tinha oito anos de idade. Acho que até mesmo antes disso já matava calango de *balieira* (estilingue) (...) Meu pai sempre me dizia que bicho é pra gente matar mesmo e comer. Quando não dava pra comer, a gente atirava pra treinar. Eu até sei que é maldade, mas, foi

espécies que apresentam condições de conviver no ambiente familiar. Em populações indígenas tradicionais brasileiras, o hábito de relacionar-se e, de certa forma, conviver e interagir com animais dos mais diversos tipos parece ser uma constante tendência de comportamento que pode ter influenciado genericamente a forma como hoje nos apropriamos dos animais.

assim que eu aprendi, que **Deus criou os homens, e pra os homens Ele criou os bichos [...]**” (Silvio Moreira, 56 anos. Entrevista concedida em 11 de março de 2012). (Grifo meu)

Além de ser encarada como uma maneira de demonstrar a superioridade em relação aos demais animais, a caça também já foi vista como uma oportunidade de autopromoção pessoal e reconhecimento⁷ no agreste paraibano. É necessário conhecer um pouco da história de Campina Grande, cidade adjacente a Queimadas, da qual a mesma já foi distrito, para melhor julgar e compreender essa afirmação.

Uma das mais antigas localidades do interior do estado da Paraíba, Campina Grande foi primitivamente uma aldeia de índios Cariris. Em 1697 o português Teodósio de Oliveira Lêdo fixou ali a tribo dos Ariús, iniciando-se, no ano seguinte, a catequese dos indígenas por um franciscano enviado pelo governador na Capitania, Manoel Soares de Albergaria (IBGE, 2013b)

Situado em boa posição geográfica, entre o alto sertão e a zona litorânea, com terras propícias às culturas de mandioca, milho e outros cereais indispensáveis à vida dos colonos, o aldeamento converteu-se rapidamente em povoado próspero, que já em 1769 era freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Em 1790, transformou-se em vila sob a denominação de Vila Nova da Rainha.

Em 1890, Campina Grande era talvez a mais populosa e próspera localidade do interior da Paraíba. Passando por ali a principal estrada que ligava os sertões paraibanos e rio-grandenses do norte às cidades da Paraíba e do Recife, o movimento comercial da cidade já era intenso, a essa época, principalmente entre quinta-feira e sábado, quando se realizavam as feiras de gado e de gêneros alimentícios. O ramal da Great Western of Brazil Railway Company – hoje Rede Ferroviária do Nordeste – e, inaugurado em 1907, a iluminação elétrica em 1919 e o serviço de abastecimento de água em 1939 foram fatores decisivos no surto do progresso local (Ibid).

Com o tempo a cidade ia se desenvolvendo, mas somente no início do século XX foi que mudanças econômicas e mudanças nas condições de vida vieram a realmente acontecer significativamente.

⁷ A caça era uma forma bem comum de autopromoção e reconhecimento da nobreza europeia desde antes do período feudal, e em tempos de paz eram corriqueiros torneios e incursões onde a nobreza, montada em cavalos e acompanhada de cães de caça, entrava nos bosques e florestas para caçar raposas, coelhos, alces, javalis e outros animais selvagens. Vale considerar, entretanto, que na formação da sociedade brasileira, outros comportamentos relacionados à caça foram sendo incorporados nas práticas cinegéticas, a exemplo do costume indígena de observação do comportamento dos animais e da dinâmica do ambiente.

O algodão no início do século XX foi para Campina Grande a principal atividade responsável pelo crescimento da cidade, atraindo comerciantes de todas as regiões da Paraíba e de todo o Nordeste. Até a década de 1940, Campina Grande era a segunda maior exportadora de algodão do mundo, atrás somente de Liverpool, na Inglaterra. Por isto, Campina Grande já foi chamada de a “Liverpool brasileira”. Devido ao algodão, nesses anos Campina viu crescer sua população de 20 mil habitantes, em 1907, para 130.000 habitantes, em 1939, o que representa um crescimento de 650% em 32 anos. No ano de 1936, o município tinha 14.575 prédios, além de 15 indústrias, cinco estabelecimentos bancários, colégios, cinemas, clubes, etc. (ALMEIDA, 1978).

Com a prosperidade da localidade, famílias bem sucedidas socioeconomicamente começaram a reunir-se nesses clubes fundados para acolhe-los. O curioso é que, além de clubes de lazer, Campina Grande também contava com um clube de caça, fato que não é muito comum. O Clube dos Caçadores de Campina Grande surgiu de um grupo de homens que tinham como uma das práticas de lazer a caça, permitida à época, e que era em sua grande maioria, praticada pela elite de Campina Grande e cidades circunvizinhas – como Queimadas. Assim, os primeiros sócios se reuniram na primeira metade do século passado para a elaboração do estatuto e fundação da associação (Figura 5), que tinha o objetivo de oferecer lazer não só aos próprios caçadores, bem como aos familiares destes (Ibid).



Figura 5. Estatuto de fundação do Clube dos Caçadores de Campina Grande-PB. (Foto BARBOSA, JAA)

No antigo Clube dos Caçadores, hoje Esporte Clube Caçadores de Campina Grande, apesar da acentuada deterioração do acervo documental, ainda é possível identificar elementos temáticos que corroboram com a afirmativa de que a caça era uma forma de promoção pessoal e prestígio, como os troféus e insígnias que premiavam no passado os melhores caçadores e atiradores, como mostra a figura 6.

Os membros do Clube dos Caçadores de Campina Grande reuniam-se de costume até a década de 1980 para eventos sociais, e, como dito, antes disso também para práticas de caça até o início da década de 1970, apossando-se e abatendo inclusive animais de médio porte como cervídeos do gênero *Mazama*⁸, que dificilmente são encontrados atualmente na mesorregião em questão devido à ação antrópica. A figura 7 mostra alguns desses animais abatidos.

Mas, a questão a ser abordada é o que existe de diverso e de compartilhado entre o caçador pobre entrevistado Sr. Sílvio e a elite dos antigos caçadores do clube campinense. Aparentemente para ambos os animais são meros elementos de uma rede de patamares ocupados no topo pelo ser humano, o que justificaria a apropriação do recurso. Entretanto, enquanto para o caçador de Queimadas um dos motivos do abate dos animais já foi a necessidade de suprimento alimentar, para os membros do Clube dos Caçadores, muito provavelmente essa necessidade nunca se deu, ocorrendo com a caça, o preenchimento de uma necessidade mais subjetiva, porém, nem por isso menos indispensável: a destacada exibição.

Isso não significa, contudo, que a necessidade de exposição não exista para o caçador Sílvio. A falta de troféus e insígnias, nesse caso, pode ter sido de início supra equivalentemente compensada pelo reconhecimento das efetivas práticas de caça por parte do pai do caçador, que sempre incentivava o abate dos animais “criados por Deus para os homens”.

⁸ *Mazama* é um gênero de cervídeos (animais ungulados, artiodátilos e ruminantes, à qual pertencem seres como o veado, a corça, e o alce) americanos que ocorrem desde a Península de Yucatán até as Américas Central e do Sul. São típicos de ambientes florestados e, apesar de nunca terem sido domesticados com sucesso, tiveram grande importância histórica enquanto animais de caça alimentar. Na área pesquisada, segundo os entrevistados, é extremamente rara a aparição de animais desse gênero. Nenhum dos caçadores ou moradores que participaram da presente pesquisa relataram já ter visto algum cervídeo na área, tendo apenas conhecimento de sua presença e sua utilização no passado através de relatos orais de parentes e moradores mais antigos da área.



Figura 6. Troféus de premiação à caça e tiro encontrados no Esporte Clube Caçadores (Clube dos Caçadores) de Campina Grande-PB. (Fotos AGUIAR, JO)



Figura 7. Cervídeos abatidos por membros do Clube dos Caçadores de Campina Grande-PB na década de 1940.

Voltando à cidade de Queimadas, o mesmo caráter de posse em relação à fauna – também por vezes atrelado à religiosidade – foi percebido na fala do Sr. Paulo L. da Silva, 67 anos. Caçador e funcionário público aposentado, o Sr. Paulo é divorciado e mora sozinho na zona urbana do município. Cristão – sem definição de denominação – é caçador desde a infância, tem uma filha já casada e um neto adolescente. O Sr. Paulo sempre morou na cidade de Queimadas e relata que depois de sua aposentadoria, caçar é uma de suas maiores atividades de lazer e distração.

O entrevistado relata abater desde a infância diversas espécies, sobretudo de aves, com o agravante de não necessariamente serem os animais abatidos uma fonte de alimento, mas, uma mera forma de diversão:

“[...] A caça pra nós sempre foi uma maneira de *desestressar* sabe. Desde pequenos eu e meus irmãos íamos com meu pai e os amigos dele caçar nessas matas daqui, de Fagundes, de Campina (Grande) (...) E não tinha isso de escolher não, o que passasse na frente a gente atirava mesmo. O meu pai dizia que não era pra perder nenhum tiro, e **graças a Deus**, nunca falta bicho pra caçar onde tiver mato [...]” (Paulo L. da Silva, 67 anos. Entrevista concedida em 18 de maio de 2012). (Grifo meu)

A transmissão dessa visão utilitária e dominadora em relação aos animais aparentemente vem sendo passada às gerações posteriores, sobretudo através da transmissão oral e prática. O caçador Paulo relata ensinar com todos os detalhes as técnicas e práticas de caça ao seu neto, tendo-o inclusive como acompanhante nessas práticas, que se repetem corriqueiramente na área de estudo. De fato, parece recorrente que os métodos de captura, manejo e abate da fauna silvestre em áreas do semiárido paraibano sejam transmitidos historicamente às gerações subseqüentes, sobretudo através da tradição oral e da prática cotidiana. Alves *et al.* (2009) corroboram com essa afirmação, ao passo que apontando as principais técnicas de caça registram a transmissão desses saberes ao longo das gerações.

Essa possibilidade de transmissão do saber abre um importante ponto de discussão, uma vez que esse empirismo, dotado quase sempre de simbolismos, significados e ininterrupções históricas, é repleto de um vasto repertório de formas de interação com a biodiversidade e observação de seu dinamismo funcional. A partir do momento que o caçador transmite a seu parceiro conhecimentos acerca de que animal abater, em que período o encontrar em locais específicos da mata, como atraí-lo e diversos outros aspectos, gradativamente torna-se o aprendiz um especialista local, com um repertório

extremamente vasto de saberes, que por sua vez podem ser passados adiante, não apenas de modo linear progressivo, mas, inclusive às gerações anteriores, mesmo sem nenhum vínculo familiar, sendo transmitidos como unidades básicas do repasse – ou limitação – cultural, que, não obstante sejam fundamentalmente conservadoras, podem originar um tipo de evolução, sendo ao mesmo tempo, dotadas de certa autonomia em relação aos laços de sangue, e com um potencial de transmissão bem superior, uma vez que dispensam a consanguinidade.

Em uma das saídas para a caça com o Sr. Paulo, se pode observar em campo a transmissão oral e prática dos conhecimentos cinegéticos entre os entrevistados. O registro das imagens desse acompanhamento apresenta-se abaixo nas figuras 8 e 9, logo após o trecho subsequente da entrevista com o caçador acompanhado:

“[...] Eu não tive filho não, tenho só uma filha, mas, o mesmo que meu pai me dizia eu digo pro meu neto: ‘não perca nenhum tiro não!’ Ele quem me acompanha nas caçadas aqui perto. A mãe não gosta muito não, mas, ele gosta, e eu ensino o que aprendi com meu pai: ensino a atirar, a esperar, onde procurar, ensino a escutar o bicho, a ver o mato se mexendo. Tudo o que eu aprendi, eu ensino a ele [...]” (Paulo L. da Silva, 67 anos. Entrevista concedida em 18 de maio de 2012).

Na figura 8, o caçador mais experiente ensina ao jovem (seu neto) as principais estratégias para identificar os melhores locais de caça, bem como as formas de manejo da arma de fogo. Uma das técnicas adotadas nesse caso foi a espera, camuflada em pontos estratégicos da mata. Já na figura 9, pode-se observar diferentes espécies de aves abatidas e que foram posteriormente descartadas, uma vez que não apresentaram utilidade alimentar nem de subprodutos.



Figura 8. Acompanhamento dos entrevistados em prática de caça na área pesquisada.



Figura 9. Aves abatidas por alguns entrevistados em caça recreativa na área pesquisada.

Na fala do entrevistado se podem evidenciar aspectos de profundo conhecimento acerca dos habitats e da dinâmica de comportamento dos animais caçados, o que, se explorado de modo correto, poderia auxiliar a eventuais táticas de manejo e cuidado para com a fauna local, uma vez que esse tipo de conhecimento é uma ferramenta prática essencial à conservação.

É evidente que as técnicas e práticas de caça realizadas desde a década de 1940 e o que ocorre atualmente nas matas agrestinas paraibanas constituem elementos distintos, caracterizados por peculiar historicidade, não obstante elementos de permanências e continuidades são observados e devem ser considerados nas reflexões que envolvem a temática.

Observe-se isso a exemplo, no material visual cedido por um dos colaboradores (Figura 10), bem como pelo trecho da entrevista com o Sr. Antônio Freire, caçador de 77 anos de idade e ainda atuante. Morador da zona rural do município de Queimadas, viúvo e aposentado o Sr. Antônio é católico e cursou até o 5º ano do ensino fundamental. Atualmente o caçador mora com seu filho, nora e dois netos.

No discurso do entrevistado Antônio pode-se observar que as estratégias de caça na região apresentam similaridade, sobretudo, no que diz respeito a principal técnica de abate dos animais: a caça com o auxílio de armas de fogo.

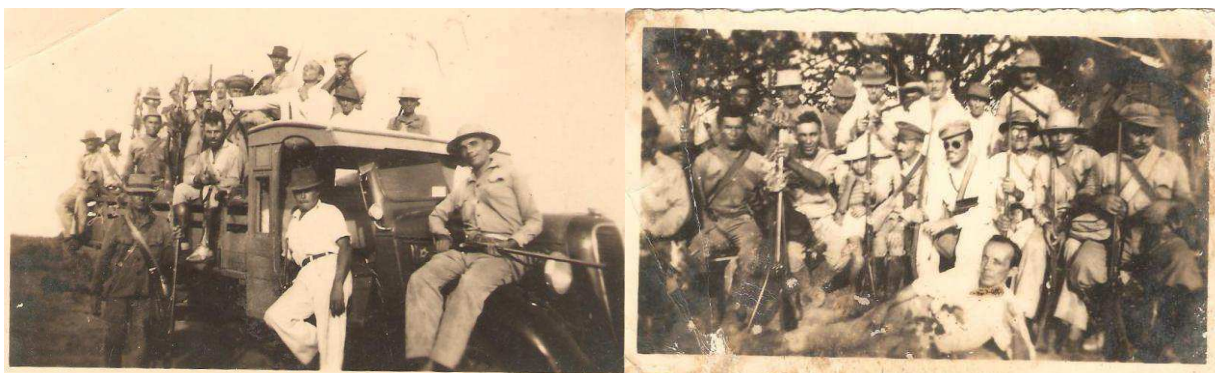


Figura 10. Grupo de membros do Clube dos Caçadores de Campina Grande reunidos para prática de atividades cinegéticas na década de 1940.

“[...] A gente caçava mesmo com **espingarda e cachorro**. Meu avô foi quem me deu a minha primeira *soca-soca* (arma de fogo), isso em 1948, quando eu tinha 13 anos de idade [...]” (Antônio Freire, 77 anos. Entrevista concedida em 23 de junho de 2012)

Além da caça com armas de fogo, outras técnicas mencionadas pelos entrevistados no presente trabalho como utilizadas ao longo dos anos nas atividades cinegéticas na região pesquisada foram o uso de armadilhas⁹ – arapuca, quixó, visgo e alçapões – (Figura 11) e o facheado (técnica praticada a noite, que consiste no uso de facho de luz para ofuscar os animais enquanto estes são coletados, e que é geralmente aplicada a pequenas aves enquanto estas dormem).

Outras técnicas de caça mencionadas foram a caça com estilingue, a técnica de espera (que consiste em aguardar o animal em pontos específicos como árvores frutíferas e mananciais de água) e o arremedo (que usa apitos para imitar o canto das aves e assim atraí-las). Todas essas práticas de caça já haviam sido registradas anteriormente como exercidas na mesorregião Agreste do estado da Paraíba (ALVES *et al.*, 2009; BARBOSA *et al.*, 2011; NOBREGA *et al.*, 2011; BARBOSA; AGUIAR, 2012a; 2012b; 2012c; VASCONCELOS NETO *et al.*, 2012), o que sugere que provavelmente ocorra uma disseminação espaço-territorial e histórico-cultural consistente no que diz respeito às práticas cinegéticas nessa região.

⁹ Arapuca é um tipo de armadilha construída com pedaços de madeira e que geralmente aprisiona os animais vivos. Quixó é uma armadilha na maioria das vezes construída com pedras e gatilhos de madeira que, ao serem disparados fazem com que as rochas caiam sobre o animal, ferindo-o ou matando-o. O visgo, por sua vez, constitui-se da aplicação de substância pegajosa nos locais de assentamento dos animais (geralmente aves) e os alçapões são instrumentos de atração e aprisionamento dos animais por mecanismos de gatilho, também geralmente utilizados para capturar aves.

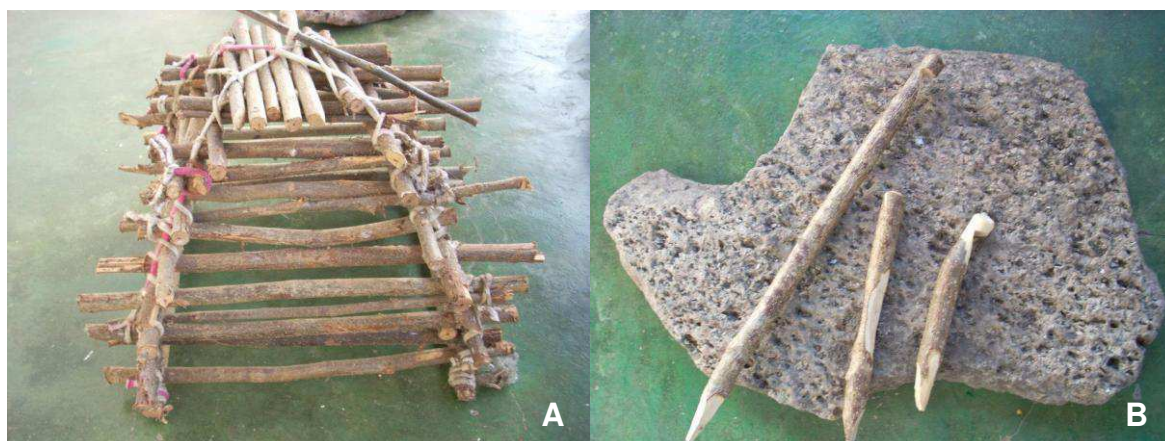


Figura 11. Armadilhas encontradas e recolhidas em campo. Legenda: A – Arapuca; B – Quixó (Fotos A e B: BARBOSA, JAA).

Retomando a discussão acerca do caráter religioso que aparentemente permeia parte da visão utilitária e possessiva concernente à fauna na área pesquisada, não parece ser tradicional essa relação. Em virtude de muitos caçadores participantes da pesquisa declararem-se cristãos – católicos ou protestantes –, e citarem constantemente “Deus” em suas falas, resolveu-se entrevistar alguns responsáveis locais por essas denominações religiosas, todavia, em nenhuma das falas dos líderes cristãos locais houve inferência às práticas de subjuço da fauna. Na verdade, pode ser observado um caráter omissivo mútuo nos discursos desses entrevistados, mesmo que as opiniões sobre a necessidade efetiva das práticas atuais de caça alimentar na região tenham sido contrárias, como se observa nos trechos de relato do padre católico e do pastor protestante questionados na área:

Para o padre da Matriz de Queimadas, Reverendo Dorivaldo de Souza de 46 anos – que não cedeu muitas informações pessoais – não existe mais a necessidade da caça como meio de assegurar alimentos. E, como esse não é um assunto muito comum nos rituais católicos, não há necessidade manifesta de se tocar no tema com os fieis:

“[...] Meu filho, a Igreja não incentiva a caça não, porque, além de ser um crime, **não há mais essa necessidade**, pelo menos aqui (...) Pra lhe ser sincero, eu não me lembro de ter tocado nenhuma vez nesse assunto não (...) Eu sei que tem gente aqui que ainda caça, mas, ninguém nunca me procurou pra falar sobre isso, nem eu nunca chamei ninguém pra conversar [...]” (Padre Dorivaldo de Souza, 46 anos. Entrevista concedida em 11 de março de 2012).(Grifo meu)

Já na fala do pastor Arnaldo Velez, de 47 anos, casado e pai de um filho, com ensino médio completo e residente desde a infância no Sítio Gravatá – zona rural do município de Queimadas – observa-se uma influência extremamente arraigada no discurso associado ao Velho Testamento bíblico, bem como a visão de que a caça, mesmo considerada uma atividade ilegal, ainda constitui-se como ferramenta indispensável ao suprimento proteico de muitos humanos na área pesquisada:

“[...] Até o dilúvio ninguém comia carne não, mas, depois disso **Deus permitiu que se comesse** (...) Não vou condenar quem come carne de caça! Sei que é errado, mas, **ainda tem gente aqui que só come carne quando vai caçar** (...) A Bíblia diz: *‘não torne imundo aquilo que santifiquei’*. Se a carne é de caça ou não, quem sou eu pra julgar quem come. Também não incentivo, mas, não tenho autoridade pra proibir [...]” (Pastor Arnaldo Velez, 47 anos. Entrevista concedida em 18 de março de 2012). (Grifo meu)

Essa aparente disparidade de opiniões em relação à necessidade da caça como meio de suprir a demanda alimentar da população local provavelmente deve-se ao ponto de inserção dos respectivos templos cristãos. A matriz da Igreja Católica do município de Queimadas localiza-se no centro urbanizado da cidade, tendo os moradores de outras localidades que deslocar-se até lá para o rito da missa. Já a Igreja evangélica em questão está inserida em um distrito municipal com características predominantemente rurais.

A Bíblia (ALMEIDA, 1993), bastante utilizada no discurso do pastor entrevistado, apresenta interessantes posições acerca da fauna: Deus, no Antigo Testamento, exigia sacrifícios de animais para que a humanidade pudesse receber perdão dos seus pecados (Levítico 4. 35 e 5. 10). A morte de animais é um tema importante encontrado por toda Bíblia. Quando Adão e Eva pecaram, animais foram mortos por Deus para providenciar vestimentas para eles (Gênesis 3. 21). Caim e Abel trouxeram ofertas a Deus; a de Caim foi inaceitável porque ele trouxe dos frutos da terra, enquanto que a de Abel foi admissível porque ele trouxe “das primícias do seu rebanho e da gordura deste” (Gênesis 4. 4-5). Depois que o dilúvio recuou, Noé sacrificou animais a Deus e esse sacrifício foi “de aroma agradável ao Senhor” (Gênesis 8. 20-21). Deus ordenou que Abraão sacrificasse seu filho Isaque, Abraão obedeceu, mas quando estava prestes imolar o menino, Deus interveio e providenciou um carneiro para morrer em seu lugar (Gênesis 22. 10-13).

O sistema de sacrifícios atinge seu ponto máximo com o povo hebreu ao passo que Deus ordena que essa nação execute inúmeros sacrifícios diferentes. De acordo com

Levítico 1. 1-4 o seguinte procedimento deveria ser seguido: Primeiro, o animal tinha que ser perfeito. Segundo, a pessoa que estava oferecendo o animal tinha que se identificar com ele. Então, a pessoa oferecendo o animal tinha que infligir morte ao mesmo. Quando feito em fé, esse sacrifício providenciava perdão dos pecados. Outro rito chamado de dia de expiação, descrito em Levítico 16, demonstra, com simbolismo sacrificial de animais, perdão e a retirada do pecado. O grande sacerdote tinha que levar dois bodes como oferta pelo pecado. Um dos bodes era sacrificado como uma oferta pelos erros do povo de Israel (Levítico 16. 15), enquanto que o outro bode devia ser solto no deserto (Levítico 16. 20-22). A oferta pelo pecado providenciava perdão, enquanto que o outro bode providenciava a retirada do pecado do meio da população.

Essa concepção da relação entre humanidade e natureza, ainda fortemente arraigada em díspares culturas, originou-se de tradições clássicas e ideias herdadas do pensamento judaico-cristão e das concepções científicas e filosóficas a respeito dos homens e das demais espécies. A natureza – consequentemente a fauna – não era percebida como sagrada e o homem deveria subjugar-la: cresceria, multiplicar-se-ia, povoaria a Terra e dominá-la-ia (PONTING, 1995). Desse modo, os animais existiriam para o bem estar humano, teriam sido criados para servir à humanidade. Os argumentos utilizados para justificar tal raciocínio partiam da tradição religiosa monoteísta semita e dos imperativos de produção, lucro e nutrição. A sociedade ocidental, a exemplo dos líderes religiosos entrevistados, herdeiros dessas tradições, permaneceria viciada nessas significações imaginárias que alimentam práticas e discursos variados que guardam afinidade com as concepções ontológicas a que se fez referência (AGUIAR *et al.*, 2011).

Ao contrário do que pensam os representantes do cristianismo local, para a líder comunitária Afra A. de Oliveira, de 62 anos, a forma pessoal como atualmente a mesma se relaciona com os animais ou se apropria destes está diretamente relacionada com a visão “de Deus” e de como Ele concebeu a vida em suas formas de manifestação.

A senhora Afra, é viúva, cristã protestante, aposentada, mãe de dois filhos e avó de dois netos. Nasceu no município de Fagundes¹⁰, mas, fixou residência e trabalhou mais de 30 anos na cidade de Queimadas, onde, depois de um intervalo de quase 15 anos sem estudar, concluiu seu ensino médio. A líder comunitária hoje mora com duas sobrinhas, e

¹⁰ O município de Fagundes (lat. 7°20'45.56"S; lon. 35°47'51.13"W), localiza-se no semiárido do estado da Paraíba e faz fronteira com os municípios de Queimadas e Campina Grande. Fagundes possui uma área de 162 km² e uma população total de 11.409 habitantes, sendo 5.942 na zona rural. Seu índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.559, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano-PNUD.

foi escolhida para participar dessa etapa da pesquisa por dois motivos: primeiro por se dispor e procurar com interesse o pesquisador e posteriormente, por relatar ter exercido atividades de caça de modo corriqueiro quando mais jovem, quando saía com seus irmãos para praticar o facheado – técnica de abate de aves descrita anteriormente.

Note-se nos trechos da entrevista a seguir como o discurso da pesquisada é enfático no sentido de inserir a figura divina como influência de relação com os animais:

“[...] Quando eu não tinha conhecimento do que era uma vida, achava que vida mesmo só era a humana, que só ela tinha valor (...) Eu via um passarinho (pausa), qualquer animal de caça, e pensava que só servia pra matar e comer. Só que depois que eu comecei a entender, depois que eu comecei a ouvir mais, **a estudar**, a conhecer **os meus valores pra Deus, os valores da vida que Deus criou**, mudou mesmo o meu conhecimento sobre da caça e hoje eu acho até uma injustiça matar os animais porque não precisam disso aqui (...) Hoje em dia não precisam mais. Antes, na época dos meus avós talvez precisasse, mas, hoje em dia não, **porque existem diversas carnes pra vender**, e todo mundo aqui tem trabalho. Ninguém fica mais sem carne aqui não [...]” (Afra A. de Oliveira, 62 anos. Entrevista concedida em 27 de julho de 2012). (Grifo meu).

Observe-se, contudo, como é possível ressaltar no mesmo discurso que o caráter de valorização e cuidado para com a vida animal é direcionado à fauna silvestre. As “muitas carnes” disponíveis para o consumo, por derivarem de animais de criação, não despertam na consciência da líder comunitária aparentemente nenhuma preocupação ou nenhum sentimento de culpa pelo consumo. Na tentativa de explicar fenômenos como este Felipe (2007) sugere o desdobramento em *elitista* e *eletivo* do termo especismo:

“[...] Elitista, que considera os interesses de sujeitos racionais sempre mais relevantes, pelo simples fato de que os sujeitos dotados da capacidade de raciocinar são membros da espécie *Homo sapiens*; e o eletivo, ou afetivo, que considera importante defender os interesses de um animal, apenas quando sua figura ou forma de interação desperta no sujeito alguma simpatia, ternura ou compaixão [...]” (FELIPE, 2007, p. 146).

O termo especismo foi proposto por Richard Ryder em 1970. O filósofo Peter Singer também recorreu ao conceito para desenvolver os argumentos do seu célebre livro *Liberção Animal* (SINGER, 2004), que familiarizou um público muito mais vasto com essa palavra e significado.

Ainda, segundo a mesma autora supracitada, é comum que os seres humanos fragmentem o meio ambiente no sentido da conservação do que ainda é nativo, por

exemplo. O mesmo pode ser considerado ao compararmos o grau de valorização entre a vida de animais “de estimação” e “de produção”:

“[...] Passamos a defender os animais escolhendo os que julgamos mais adequados à expressão de nossa necessidade afetiva, estética, econômica, etc. Elegemos então certos animais, de acordo com nossa predileção. (...) Não fugimos, desse modo, nem do antropocentrismo, nem do especismo [...]” (FELIPE, Sonia, 2007, p.145).

Estudar foi um dos pré-requisitos para a suposta mudança de percepção em relação à caça, explicitada pela líder comunitária entrevistada, como destacado em trecho sobredito. Mas, na concepção da professora Josefa Oliveira Batista, de 65 anos, temas que tratem de forma direta do assunto “caça” sempre foram e ainda são escassos em sala de aula, bem como nos programas e abordagens didáticas.

A senhora Josefa é professora de educação básica – ensino fundamental I – nos municípios de Queimadas e Fagundes, lecionando há mais de 40 anos. Casada e mãe de quatro filhos, no ano de 2007 ela concluiu seu curso superior em pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba.

“*Tia Deta*”, como é conhecida a docente, é cristã protestante e sustenta a casa juntamente com seu marido, com o salário que ganha lecionando e com o complemento financeiro obtido de atividades agrícolas. Segundo a professora a omissão em relação à temática “caça” em sala de aula influencia diretamente na forma como as gerações anteriores e as atuais encaram os animais, seus usos, sua conservação e importância para o ambiente:

“[...] Desde meus 14 anos de idade eu estou em sala de aula. Fiz o ‘Normal’ e tem só cinco anos que eu terminei pedagogia. Vou lhe dizer uma coisa: **Eu não me lembro de ter falado de caça algum dia com nenhum aluno meu** (...) A gente fala dos animais, fala de meio ambiente, mas, falar do assunto caça mesmo, nunca falei (...) Agora, em momento nenhum do meu estudo alguém chegou pra mim pra falar desse tema também não (...) **O que esse povo aqui sabe de caça é o que aprendeu com os pais e com os avós.** A escola, de verdade mesmo, não tá ajudando muito a combater a caça não. Só teve uma pessoa até agora que eu vi de verdade fazer alguma coisa pra proteger os animais por aqui [...]” (Josefa Oliveira Batista, 65 anos. Entrevista concedida em 27 de julho de 2012). (Grifo meu).

Segundo Godoy e Jacobs, (2009), ao mesmo tempo em que os educadores, em sua maioria, concordam com a importância de abordar os maus tratos aos animais nas aulas, alegam rotineiramente não o fazer – como a professora entrevistada. A senhora Josefa

defendeu, inclusive, o uso de animais em certas aulas e procedimentos¹¹, e esse ponto aparentemente demonstra a contradição entre posicionamentos, bem como qual deles prevalece, a saber, o domínio e a visão utilitária em relação aos animais, o que muitas vezes gera maus tratos.

No momento em que o educador defende animais silvestres e ao mesmo tempo apoia o uso de animais em aulas, procedimentos e experimentação, parece expressar o especismo eletivo citado anteriormente. Independente das justificativas que venha a dar para usar animais, aparentemente prioriza outros interesses que não a vida (GODOY; JACOBS, 2009). Esse mesmo especismo eletivo inconscientemente demonstrado pela senhora Josefa, pode ter sido, ao longo dos anos de docência, incorporado à visão de alguns de seus discentes – hoje caçadores – ao longo de todas essas décadas de sala de aula, sendo um influenciador direto do modo como parte da população local interage com a fauna da região. É importante deixar claro que isso não significa que a professora subestime o papel da educação na formação do respeito para com os animais.

A vida como interesse prioritário, ao menos no discurso, pareceu ser o foco do ambientalista Aramy Fablício, de 42 anos, a quem a professora Josefa se referia ao citar *“uma pessoa até agora que eu vi de verdade fazer alguma coisa pra proteger os animais por aqui”*. O ambientalista, natural do município de Fagundes, mas, que tem sua atuação estendida a diversas regiões do semiárido paraibano, inclusive na zona rural do município de Queimadas, atua com trabalhos de conscientização e educação ambiental na área pesquisada, desenvolvendo projetos junto a proprietários de terras, no intuito de minimizar as práticas de caça na área de abrangência de sua atuação.

O Sr. Aramy declara-se agnóstico, casado e pai de um menino. Já foi funcionário público, proprietário de hospedaria e restaurante, e hoje atua como guia em acampamentos e trilhas ecológicas em áreas diversas do Agreste paraibano.

Em um de seus projetos o ambientalista recolhe restos de outdoors para, com o metal, confeccionar placas de advertência a serem fixadas em fazendas e propriedades privadas na área pesquisada. A figura 12 mostra placas confeccionadas pelo ambientalista e fixadas em prováveis locais de caça no município de Fagundes e Queimadas, Agreste paraibano.

¹¹ A professora entrevistada referiu-se à vivissecção – s.f. Operação praticada em animais vivos para estudo de fenômenos fisiológicos (BUENO, 1996).

O Sr. Aramy relata em trechos de sua entrevista que desde a infância já preocupava-se com os animais e seus direitos:

“[...] Quando eu era criança, uma vez, brincando com uns amigos da rua, joguei uma pedra num pardal e acertei. **Fiquei mal demais**, tentei socorrer o bichinho, mas ele já tinha morrido. Disse pra mim mesmo que nunca mais iria fazer aquilo na minha vida (...) Quando eu tinha uns 17 anos, fui pra uma festa do Padroeiro com uns colegas e, enquanto todo mundo tava lá se divertindo eu voltei mais cedo só pra passar nas casas deles, abrir as gaiolas e soltar os passarinhos. **Eu já sabia que era crime criar pássaro naquela época, e achava desumano** (...) **Ninguém mais pode ser considerado inocente hoje em dia não**. Televisão tá aí, internet tá aí, todo mundo escuta falar que caçar é crime, que prender, vender, maltratar os animais é crime (...) **A lei existe pra ser respeitada** [...]” (Aramy Fablício, 42 anos. Entrevista concedida em 22 de outubro de 2012). (Grifo meu).

Dois pontos importantes do discurso do ambientalista merecem destaque. O primeiro é a questão das mídias alternativas como fontes de informação geral, cada vez mais disponível a diversos indivíduos dos mais diferentes modelos culturais, sociais e econômicos, o que, praticamente inviabiliza o discurso de desconhecimento em relação às infrações ambientais – ao menos na área de abrangência da presente pesquisa, onde, em 100% das residências visitadas há no mínimo um aparelho de comunicação abrangente como televisão e rádio, e onde há serviço de internet banda larga disponível para quem possuir meio de acesso.

O segundo remete à legislação, e em se tratando do tema, até janeiro de 1967, quando foi promulgada a Lei 5.179 (Lei de Proteção à Fauna), os delitos contra os animais eram tratados como crimes contra a propriedade e a fauna era avaliada tão somente com base em valores de mercado absolutamente dissociados de sua importância para a manutenção dos ecossistemas.

No âmbito do direito civil, os animais eram considerados coisas sem dono e passíveis de apropriação a partir das modalidades de aquisição descritas nos artigos 592 e 598 do Código Civil de 1916.

Somente após o advento da Lei de Proteção à Fauna, os animais passaram a ser considerados bens de uso comum do povo, sob a titularidade imediata da União e não mais do caçador, como previa o artigo 595 do Código Civil de 1916 (FREITAS, 2001).

Nesse aspecto, cumpre salientar que o artigo 1º da Lei 5.197/67 estabelece que os *“animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo fauna silvestre, bem como seus ninhos,*

abrigos e criadouros naturais são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”.

Contudo, o termo “propriedade do Estado¹²” acima transcrito, não significa a possibilidade de uso, gozo e disposição da fauna silvestre pelos entes públicos, apresentando-se simplesmente como manifestação do domínio público para fins de proteção dos animais silvestres (COSTA NETO *et al.*, 2000; SILVA, 1995).

Assim, por força da evolução do Direito Ambiental Brasileiro, a fauna passou do status de propriedade do Estado (artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 6.938/81, e artigo 1º da Lei Federal nº 5.197/67) para a condição atual de bem difuso, ou seja, de toda a coletividade, razão pela qual o artigo 225, inciso VII, da Constituição Federal protege a fauna como um dos elementos do meio ambiente natural e, portanto, como “*bem de uso comum do povo*”.



Figura 12. Placas de proibição à caça e captura de animais fixadas na área pesquisada (Fotos: BARBOSA, JAA).

¹² Nesse caso, em opinião pessoal, a linguagem utilizada na descrição dos animais como “propriedades” do Estado dá margem para a visão da fauna como ‘objetivada’, convertida em ‘coisa’ ou ‘produto’ inanimado, passível de subjugo.

Concomitantemente às entrevistas específicas com os atores sociais apresentados no decurso dessas discussões, foram também sendo entrevistados, em relação à suas percepções acerca da fauna, demais caçadores residentes e atuantes na área da pesquisa. Ao considerar-se a percepção destes entrevistados em geral, percebeu-se que os dados acerca das concepções de fauna podiam ser agrupados, de modo semelhante a Barbosa e Barbosa (2011), em três categorias: Conceitual, Utilitária e Afetiva (figura 13). Além desse agrupamento e ordenação das concepções, posteriormente solicitou-se que todos os entrevistados listassem, de acordo com o grau de importância relativa atribuída, os animais da região mais relevantes para si, bem como aqueles aos quais eles atribuíam menor importância. Esse método foi adotado visando identificar a forma como se estabelecem as conexões, positivas ou negativas, entre os humanos entrevistados e os diversos animais silvestres presentes em seu entorno.

Quando questionados com a pergunta “O que é um animal para você?”, os entrevistados cederam respostas baseadas sobretudo em aspectos afetivos (com 56,25% de representatividade) como nas seguintes respostas:

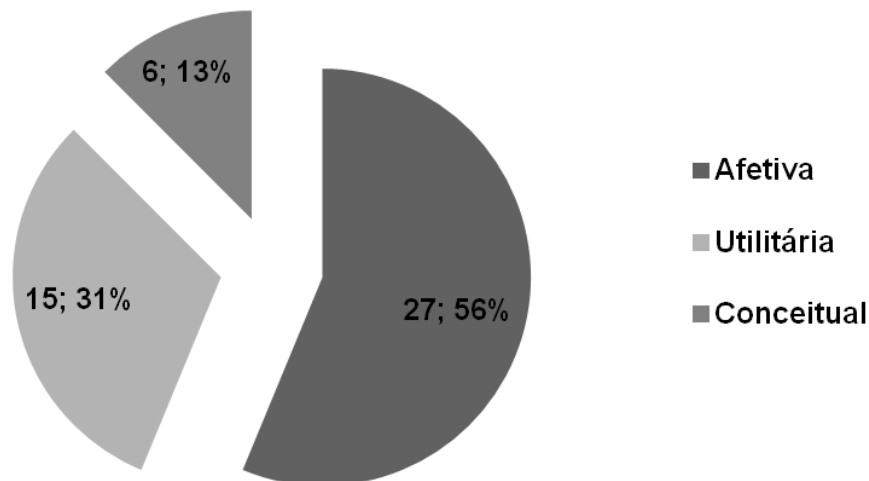


Figura 13. Representatividade das concepções dos entrevistados acerca dos animais na área estudada.

– “Um animal é um amigo [...], um amigo de verdade.” (Leandro V. Alves - 34 anos).

– “É um ser que torna a vida da gente mais alegre.” (Afra A. Oliveira - 62 anos).

As concepções de caráter utilitário representaram 31,25% das respostas dos entrevistados, como nos trechos seguintes:

– *“Animais são seres que nos ajudam. Sem eles tudo ia ser mais difícil.”* (José Valdivino Filho - 69 anos).

– *“São seres que servem pra a gente comer ou pra trabalhar, ajudar.”* (Maria José Correia - 47 anos).

As respostas de caráter conceitual foram as menos recorrentes, apresentando apenas 12,5 % de representatividade, como nas frases a seguir:

– *“É um ser vivo irracional que a gente pode domesticar.”* (Josefa A. B. Vasconcelos - 23 anos).

– *“Animais são seres vivos como nós, só que não pensam.”* (Ronaldo Carneiro - 55 anos).

A mesma tendência de concepções acerca da definição do termo “Animal” baseadas, sobretudo em características afetivas, foi encontrada por Razera *et al.* (2006), em seu estudo acerca das definições sobre a fauna em uma tribo Tupinambá no Nordeste do Brasil. Isso pode demonstrar uma tendência de apropriação conceitual da fauna baseada em potencialidades de domesticação, como ocorre no presente estudo, sobretudo com as aves. Barbosa e Barbosa (2011) e Barbosa e Aguiar (2012c) também registraram essa mesma tendência de conceituação da fauna em estudos acerca da percepção em relação aos animais, desenvolvidos em áreas de Agreste no estado da Paraíba, o que sugere uma linearidade conceitual em relação à fauna nessa mesorregião paraibana. Ainda em relação à classificação zoológica popular, os seres humanos, segundo Posey (1986b), percebem, identificam, categorizam, classificam os animais de acordo com os costumes e percepções próprios de cada cultura, estabelecendo uma diversidade de interações com as espécies animais nas localidades onde residem.

Para Moura (2004), a fauna quando considerada domesticável caracteriza-se por sua especial forma de interação com o homem em seu meio ambiente, apresentando comportamento normalmente dócil e de grande dependência para sua subsistência. Como

de fato ocorreu nas comunidades estudadas, onde grande parte dos entrevistados cria animais por apego, principalmente pássaros canoros.

Quando foi pedido aos entrevistados que listassem os animais mais relevantes para si, os mesmos mencionaram espécies com as quais se relacionam de forma mais cotidiana, sobretudo em se tratando de alimentação e criação, como é o caso da Preá - *Cavia aperea* (21% das citações) e da Azulão - *Passerina brissonii* (18% das citações). Para Marques (2001), as sociedades constroem suas etnotaxonomias e atribuem importância aos seres, considerando de forma marginal seu conhecimento sobre as espécies biológicas (dimensão cognitiva), sobretudo pelos sentimentos (dimensão afetiva), pelas crenças (dimensão ideológicas) e pelos comportamentos (dimensão etológica) que definem as interações dos seres humanos com os recursos faunísticos de seu ambiente.

Devem-se ainda destacar as motivações comerciais direcionadas, sobretudo as aves, como por exemplo, *Passerina brissonii* e *Paroaria dominicana*,¹³ que são comercializadas entre alguns membros da comunidade e até mesmo vendidas em feiras livres de municípios vizinhos, como já havia denunciado Barbosa (2010), em trabalho acerca da utilização da fauna por populações tradicionais do semiárido paraibano e Barbosa *et al.* (2010) em estudo sobre os aspectos da caça e comércio ilegal da avifauna silvestre por populações tradicionais do Agreste paraibano.

De fato, vários trabalhos denunciam o comércio ilegal de animais em áreas da mesorregião Agreste do estado da Paraíba (ROCHA *et al.*, 2006; ALVES *et al.*, 2009; 2011; NOBREGA *et al.*, 2011; BARBOSA *et al.*, 2010; 2011; BARBOSA, 2010; BARBOSA; AGUIAR 2012a; 2012b), o que sugere a existência de rotas comerciais de destinação ativas e pré-definidas para os animais capturadas nas zonas rurais agrestinas, evidenciando a necessidade de uma fiscalização mais efetiva que reprima essa prática ilegal que vem se consolidando na região.

Quando perguntados acerca das espécies da fauna consideradas menos relevantes para si, os entrevistados mencionaram um total de 19 animais e afirmaram que todos são caçados e abatidos na região, com destaque para as serpentes, com 10 espécies.

Observou-se que todas as serpentes, de maneira geral, são rotuladas na região como seres nocivos e perigosos que precisam ser abatidos para que a comunidade se sinta segura.

¹³ *Passerina brissonii* e *Paroaria dominicana* correspondem respectivamente aos vernáculos para o 'Azulão' e o 'Galo de Campina', pássaros canoros tradicionalmente capturados e comercializados em diversas regiões do semiárido paraibano.

Essa concepção cultural acerca das serpentes é transmitida de geração a geração, agravando ainda mais o quadro de ameaça à diversidade biológica local. De fato, as serpentes são historicamente os animais mais odiados e ao mesmo tempo figuram entre os que causam maior curiosidade (VAINER, 1945; SILVA JUNIOR, 1956). Conforme Puerto (2001), a aversão a estes animais deve ser tão antiga quanto à própria humanidade.

Aparentemente os entrevistados apresentam um nível intermediário de consciência possível em relação a seus graus de atuação sobre o ambiente em questão bem como sobre a fauna, reconhecendo a sobre-exploração de algumas espécies, mas, não percebendo a relação entre seus conhecimentos e a conservação ou degradação do espaço, o que constitui um dado preocupante, uma vez que o conhecimento acerca do ambiente em que se vive favorece o cuidado e as ações conscientes e conservacionistas de seus habitantes.

Faz-se extremamente pertinente discutir percepção ambiental em quaisquer estudos que tratem de conservação dos recursos naturais, inclusive recursos faunísticos. Nas últimas décadas do século passado, discutindo a necessidade de se reorientar as relações entre os homens e os outros animais, o filósofo e ativista australiano Peter Singer (2004) passou a escrever sobre a necessidade de se minimizar o sofrimento dos animais, garantindo-lhes direitos de existência independente e libertando-lhes de uma escravização domesticadora. Uma extensão da trajetória histórica de submissão dos animais é o que Singer chama de “especismo” (termo mencionado anteriormente), preconceito arraigado contra aqueles que não são membros da espécie humana. Este tipo de visão moral parece vir da filosofia utilitária desenvolvida por filósofos ingleses como Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806- 1873), ambos no século XIX: causar o mínimo de dor aos homens e aos animais.

Seguindo a percepção sugerida por Singer (1993), os olhares que se lançam para analisar as relações entre os homens e os animais devem se afastar de certa ética de superioridade e dominação, inspirada e edificada num certo sentido religioso de que os animais existiriam para o usufruto dos homens, seja para ajudá-los em seu trabalho ou para satisfazê-los em sua alimentação. Esta percepção foi reforçada pela doutrina mecanicista cartesiana do século XVII, que instrumentalizava ainda mais os animais em contraste com os seres humanos.

Naturalmente, a veiculação e aceitação gradativa pelos meios intelectuais ocidentais da teoria da Evolução por Seleção Natural de Charles Robert Darwin (1809-1882) contribuiu, significativamente, para o desgaste da perspectiva de superioridade

humana. Inserido no conjunto das espécies, o *Homo sapiens sapiens*, conforme foi depois designado pela inclusão numa taxonomia na qual se juntava a outros seres da natureza, se tornava mais um animal.

Cabe considerar que diferentes culturas se relacionam com a natureza explorando ou não determinados recursos presentes em seu espaço, segundo sua concepção de mundo e esquemas de significação sócio-históricos. Compreender a história do pensamento sobre a natureza e a variedade de usos que dela foram feitos ao longo do tempo é uma tarefa um tanto instigante, porém, não menos complexa. As ações humanas (trans)formaram o meio ambiente e se utilizaram de seus recursos. Por trás dessas práticas e do tratamento que os seres humanos deram aos animais, estava a maneira como eles pensavam e imaginavam essa natureza. Hoje, isso ainda parece ser válido.

7 CONCLUSÕES

Entre os entrevistados da comunidade pesquisada no município de Queimadas, pode-se constatar que as interações de uso existentes entre os caçadores locais e fauna constituem uma das mais significativas formas de aproveitamento dos recursos naturais nessa região.

A história da caça na região do agreste paraibano entre os anos de 1940 e em seu decurso atual pareceu exibir aspectos de continuidade, bem como rupturas. Contudo, tanto esses quanto aqueles traços aparentemente entrelaçam-se nas diversas histórias de vida da população local.

Como a maior parte das modalidades de utilização da fauna registradas no presente trabalho foi motivada, segundo os entrevistados, por situações financeiras inadequadas, preservação da identidade cultural e interação social, a análise concomitante das características socioculturais e econômicas foi fundamental no momento de tentar avaliar as implicações dessa modalidade de relação que os seres humanos vivenciam com o ambiente que lhes cerca, bem como parecem também o ser para a elaboração, por meio dos devidos órgãos competentes, de políticas públicas de preservação social e ecológica.

Os resultados do estudo demonstraram que os entrevistados, na maioria, percebem os animais baseando-se em aspectos afetivos. Os vertebrados foram os únicos animais citados, provavelmente graças à proximidade e maior gama de interações desses animais com os entrevistados.

Alguns animais foram inicialmente considerados menos relevantes, sobretudo por, na opinião dos entrevistados, colocarem em perigo a vida das pessoas que habitam a região, ou por ameaçarem criações de animais domésticos. Recomenda-se que deva-se atentar para esse fato, no intuito de intensificar as atividades de educação ambiental na área, para assim, tentar mitigar os conflitos homem x animais na região.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 1. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

AFTEL, M. (2002). Essence and Alchemy: A Book of Perfume. In: PIERONI, A.; QUAVE, C. L.; VILLANELLI, M. L.; MANGINO, P.; SABBATINI, G.; SANTINI, L.; BOCCETTI, T.; PROFILI, M.; CICCIOLO, T.; RAMPA, L. G.; ANTONINI, G.; GIROLAMINI, C.; CECCHI, M.; TOMASI, M. Ethnopharmacognostic survey on the natural ingredients used in folk cosmetics, cosmeceuticals and remedies for healing skin diseases in the inland Marches, Central-Eastern Italy. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 91, 2004, p. 331-344.

AGUIAR, J. O.; DUARTE FILHO, F. H.; ANDRADE, R. R. Reflexões sobre a crise ambiental e o histórico emergir das sensibilidades para com os direitos dos animais nas ciências humanas e nas ciências da vida. **Revista Crítica Histórica**. v.2, n. 4, 2011. p. 64-77.

ALBERTI, V. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*, São Paulo, Contexto, 2005.

_____. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, U. P. (2004). Etnobotânica aplicada para a conservação da biodiversidade, p.139-158. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. (Orgs.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: Livro Rápido, 2004.

_____.; LUCENA, R. F. Métodos e técnicas para coleta de dados. (2004). In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. (Eds.) **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: NUPEEA/ Livro Rápido, 2004. p. 37-62.

ALMEIDA, E. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária Universidade Federal da Paraíba, 1978.

ALMEIDA, J. F. **A Bíblia Sagrada – Antigo e Novo Testamento**. 2ª Ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

ALMEIDA, S. M; FRANCHIN, A. G.; MARÇAL JÚNIOR, O. Estudo Etnornitológico no Distrito Rural de Florestina, município de Araguari, Região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. **Sitientibus: Série Ciências Biológicas**. 2006. p 26-36.

ALVES, R. R. N. **Uso e comércio de animais para fins medicinais e mágico-religiosos no Norte e Nordeste do Brasil**. Tese de Doutorado em Zoologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

_____. Fauna used in popular medicine in Northeast Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**. v. 5, n. 1, 2009. p. 01-11.

_____.; BARBOSA, J. A. A.; SANTOS, S. L. D. X.; SOUTO, W. M. S.; BARBOZA, R. R. D. Animal-based remedies as complementary medicines in the semi-arid region of northeastern Brazil. **Evidence-Based Complement Altern Med**. 2011. doi:10.1093/ecam/nep134

_____.; MENDONÇA, L. E. T.; CONFESSOR, M. V. A.; VIEIRA, W. L. S.; LOPEZ, L. C. S. Hunting strategies used in the semi-arid region of northeastern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**. v. 5, n. 12, 2009. p. 1-16.

_____.; PEREIRA-FILHO, G. A. Commercialization and use of snakes in North and Northeastern Brazil: implications for conservation and management. **Biodiversity and Conservation**. v. 16, n. 4, 2007. p. 969-985.

_____; ROSA, I. L. From cnidarians to mammals: The use of animals as remedies in fishing communities in NE Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 107, 2006. p. 259-276.

_____.; ROSA, I. L. Zootherapeutic practices among fishing communities in North and Northeast Brazil: A comparison. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 111, 2007a. p. 82-103.

_____.; ROSA, I. L. Zotherapy goes to town: The use of animal-based remedies in urban areas of NE and N Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 113, 2007b. p. 541-555.

_____.; ROSA, I. L.; SANTANA G. G. The Role of Animal-derived Remedies as Complementary Medicine in Brazil. **BioScience**. v. 57, 2007. p. 949-955.

ANDRADE, M. C. A. **Terra e o Homem do Nordeste**. 7. ed. São Paulo, Brasil: Cortez, 2005. 334 p.

ANDRADE-LIMA, D. (1982). Present-day forest refuges in northeastern Brazil. In: LEAL, I. R.; *ET AL*. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**. v. 1, n. 1, 2005. p. 141.

APAZA, L., GODOY, R., WILKIE, D., BYRON, E., HUANCA, O., LEONARD, W. L., PERÉZ, E., REYES-GARCIA, V.; VADEZ, V. Markets and the Use of Wild Animals for Traditional Medicine: A case study among the Tsimane' Amerindians of the Bolivian rain Forest. **Journal of Ethnobiology**. v. 23, n. 1, 2003. p. 47-64.

ARAÚJO, H. F. P.; LUCENA, R. F. P.; MOURÃO, J. S. Prenúncio de Chuvas pelas Aves na Percepção de Moradores de Comunidades Rurais no Município de Soledade-PB, Brasil. **Interciência**. v. 30, n. 12, 2005. p. 764-769.

ARAÚJO FILHO, J. A.; SOUZA, F. B.; CARVALHO, F. C. (1995). Pastagens no semiárido: pesquisa para o desenvolvimento sustentável. In: ANDRADE, R. P.; BARCELLOS, A. O.; ROCHA, C. M. C. **Anais do Simpósio sobre pastagens nos ecossistemas brasileiros**. Pesquisas para o desenvolvimento sustentável. Brasília, p. 63-75, 1995.

ARRUDA, R. S. V. (2000). “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000. p. 273-290.

AYRES, J. M.; AYRES C. Aspectos da caça no alto Rio Aripuanã. **Acta Amazonica**. v. 9, n. 2, 1979. p. 287-298.

AZEVEDO, F. C. C.; CONFORTI, V. A. (2002). Fatores predisponentes à predação. In: LEITE-PITMAN, M. R. P.; OLIVEIRA, T. G.; PAULA, R. C.; INDRUSIAK, C. **Manual de identificação, prevenção e controle de predação por carnívoros**. Brasília. Edições IBAMA, p. 83.

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e os desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**. v. 15, n. 1, 2001, p. 155-165.

BARBOSA, A. R. **Os humanos e os répteis da mata: uma abordagem etnoecológica de São José da Mata – Paraíba**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007.

BARBOSA, J. A. A. **Utilização da fauna por populações tradicionais do semiárido paraibano**. Trabalho de Conclusão de Curso. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

_____. Interdisciplinaridade, educação e sociedades – Breves considerações críticas. **Rev. Âmbito Jurídico**. XIV, n. 91, 2011a. p. 1-8.

_____. Breves tópicos acerca da Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a necessidade urgente de seu cumprimento exato em regiões do semiárido paraibano. **Rev. Âmbito Jurídico**. XIV, n. 90, 2011b. p. 1-9.

_____.; AGUIAR, J.O. Utilização místico-tradicional da fauna no semiárido paraibano. **Revista Polêmica**. v. 11, n. 4, 2012a, p. 642-649.

_____.; AGUIAR, J.O. Conflitos decorrentes da caça no semiárido nordestino: um estudo de caso no município de Fagundes-PB. **Rev. Âmbito Jurídico**. XV, n. 106, 2012b. p. 1-13.

_____.; AGUIAR, J.O. (2012c) Apropriação e uso da fauna no semiárido paraibano: uma avaliação da percepção ambiental. In: . LIRA, W. S.; FRANCA, K. B.; FRANCA, M. I. C.; LIRA, H. L. (Orgs.) **Recursos Naturais: uma abordagem multidisciplinar**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB/ Realize, 2012.

_____.; BARBOSA, R. K. V. C. Percepção de moradores do semiárido paraibano sobre a diversidade e relevância da fauna em duas comunidades rurais. **BioTerra – Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v.11, n. 1, 2011, p. 123-133.

_____.; NOBREGA, V.A.; ALVES, R.R.N. Aspectos da caça e comércio ilegal da avifauna silvestre por populações tradicionais do semi-árido paraibano. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v. 10, n. 2, 2010, p. 39-49.

_____.; NOBREGA, V. A.; ALVES, R.R.N. Hunting practices in the semiarid region of Brazil, **Indian Journal of Traditional Knowledge**. v.10, n. 3, 2011. p. 486-490.

BARBOZA, R. R. D.; SOUTO, W. M. S.; MOURÃO, J. S. M. The use of zootherapeutics in folk veterinary medicine in the district of Cubati, Paraíba State, Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**. v. 3, n. 32, 2007. p. 01-14.

BARRERA-BASSOLS, N.; TOLEDO, V. Ethnoecology of the Yucatec maya: Symbolism, knowledge and management of natural resources. **Journal of Latin American Geography**. v. 4, n. 1, 2005. p. 9-41.

BASSOLS, A. (1969). Recursos naturales de México, D.F. Nuestro tiempo. In: MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

BEGOSI, A. (1998). Knowledge on the use of natural resources: Contributions to local management. In: MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

_____.; BRAGA, F. M. S. Food taboos and folk medicine among fishermen from the Tocantins River. **Amazoniana**. v. 12, 1992. p. 101-118.

_____.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R. A. M. Ecologia Humana, Etnoecologia e Conservação. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro, SP: UNESP/CNPq, 2002. p. 93-128

BENNETT, E. L.; ROBINSON, J. G. (1999). Hunting for Sustainability: The start of a synthesis. In: ROBINSON, J. G.; BENNETT, E. L. (eds). **Hunting for sustainability in Tropical Forests (Biology and Resource Series)**. New York: Columbia University Press.

BENTHALL, J. Rights to Ethnobiology. **Anthropology Today**, v. 9, n. 3, p. 1-2, 1993.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; ANTUNIASSI, M. H. R. (1998). Ecodesenvolvimento e agricultura: comentando o pensamento de Ignacy Sachs. In: VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A.; FRANCO, R. M.; CORDEIRO, R. C. (orgs.). **Desenvolvimento e meio ambiente no**

Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Pallotti, Porto Alegre. Florianópolis, Brasil: APED. p. 273-284.

BERKES, F. **Sacred Ecology: Traditional ecological knowledge and resource management.** 1. Ed. Philadelphia, USA: Taylor e Francis, 1999. 236 p.

BERLIN, B.; BREEDLOVE, D. E.; RAVEN, P. H. General Principles of Classification and Nomenclature in Folk Biology. **American Anthropologist**, v. 75, n. 1, p. 214-242, 1973.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GLOTLIEB, S. L. **Bioestatística.** São Paulo: EPU, 1981.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador.** Brasília: Solo Editores, 1994.

BLAIN, R. **Human Evolution – The hunting history.** (2004). Disponível em: <http://articleset.net/recreacao-e-esportes_articles_en_human-evolution-the-hunting-history.htm>. Acesso em: 17 de Outubro de 2012, às 10h25min.

BODMER, R.; PEZO, E. Rural development and sustainable wildlife use in Perú. **Conservation Biology**. v. 15, n. 4, 2001. p. 1163-1170.

BRAIDWOOD, R. **Homens pré-históricos.** Brasília: UnB, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

BRITO, W. (2010). **O começo.** In: XAPEU, C. A. Campina Grande Ontem e Hoje – Você faz parte dessa história (Documentário – TV Borborema), 2010.

BRUNELLO, F. (1989). Cosmetici e profumi del passato. In: PIERONI, A.; QUAVE, C. L.; VILLANELLI, M. L.; MANGINO, P.; SABBATINI, G.; SANTINI, L.; BOCCETTI, T.; PROFILI, M.; CICCIOI, T.; RAMPA, L. G.; ANTONINI, G.; GIROLAMINI, C.; CECCHI, M.; TOMASI, M. Ethnopharmacognostic survey on the natural ingredients used in folk cosmetics, cosmeceuticals and remedies for healing skin diseases in the inland Marches, Central-Eastern Italy. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 91, 2004, p. 331-344.

BUENO, F. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo, FTD, 1996.

CADIMA, C. I.; MARÇAL JÚNIOR, O. Notas sobre Etnoornitologia na comunidade do Distrito Rural de Miraporanga, Uberlândia, MG. **Biosc. J.** v. 20, n. 1, 2004. p. 81-91.

CALOURO, A. M. **Caça de subsistência: sustentabilidade e padrões de uso entre seringueiros ribeirinhos e não ribeirinhos do Estado do Acre**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília. 1995.

CAMPO, A. (1986). Uso y manejo tradicional de la fauna silvestre y su relación con otras actividades productivas en San Pedro Jicayan, Oaxaca. In: MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

CAMPOS, R. G. “Na Caatinga Também é Possível Aliar Produção Econômica e Preservação”. Entrevista à Cássia Candra/Ascom CRA/outubro, 2005.

CARRANO, E. **Composição e Conservação da Avifauna na Floresta Estadual do Palmito, Município de Paranaguá**. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

CARVALHO-FILHO, O. M.; BARRETO, A. C.; LAN GUIDEY, P. H. **Sistema integrado leucena, milho e feijão para pequenas propriedades da região semiárida**. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA/CPATC, 18p. Circular técnica 31, 1994.

CBCD - Centro Brasileiro de Classificação de Doenças. (1993). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/webhelp/cid10.htm>>. Acesso em: 29 de novembro de 2012.

CHALLENGER, A. (1998). Utilización y conservación de los ecosistemas terrestres de México. Pasado, presente y futuro de México. In: MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

CHEN, X. Culture and Understanding: The Cartesian Suspicion, The Gadamerian Response, and the Confucian Outcome. **Journal of Chinese Philosophy**, v. 31, n. 3, p. 389-403, 2004.

CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez editora, 2000.

CIPRIANO, D. M.; MACHADO, C. R. S. **Algumas reflexões sobre o estudo da história Oral da/na cidade**. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2009.

CLÉMENT, D. The historical foundations of Ethnobiology (1860-1899). **Journal of Ethnobiology**. v. 18, n. 2, 1998. p. 161-187.

CONFESSOR, M. V. A.; MENDONÇA, L. E. T.; MOURÃO, J. S.; ALVES, R. R. N. Animals to heal animals: ethnoveterinary practices in semiarid region, Northeastern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 5, n. 37, 2011. p. 1-9.

CONKLIN, H. C. An ethnoecological approach to shifting agriculture. **Transactions of the New York Academy of Sciences**, v. 17, p. 133-142, 1957.

COSTA-NETO, E. M. Biotransformações de Insetos no Povoado de Pedra Branca, Estado da Bahia, Brasil. **Interciencia**, v.29, n.5, 2004a, p. 280-283.

_____. O conhecimento etnoentomológico do cavalo-do-cão (Hymenoptera, Pompilidae) no povoado de Pedra Branca, Estado da Bahia, Brasil. **Rev. brasil. Zoociências**, v.6, n.2, 2004b, p. 249-260.

_____.; MARQUES, J. G. W. Atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica. **Sitientibus**, Série Ciências Biológicas, v.1, n.1, 2001, p. 71-78.

_____.; PACHECO, J. M. Utilização medicinal de insetos no povoado de Pedra Branca, Santa Terezinha, Bahia, Brasil. **Biotemas**, v.18, n.1, 2005, p. 113-133.

COSTA NETO, N. D. C.; BELLO FILHO, N. B.; CASTRO e COSTA, F. D. **Crimes e Infrações Administrativas Ambientais**. Brasília:Brasília Jurídica, 2000, p.120.

COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil. **O que é história oral?** Entrevistas do programa de história oral. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em: 23 de Maio de 2012, às 17h15min.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Queimadas, estado da Paraíba/ Recife: CPRM/PRODEEM**. 2005.

CUVILLIER, A. **Sociologia da cultura**. Porto Alegre: Globo, 1975.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo da história ecológica**. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

_____. **A ferro e fogo: história e devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, L. A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, A. S.; JANEIRA, A. L. Entre Ciência e Etnociências. **Episteme**, n. 21, p. 107-127, 2005.

DIAS, C. B. **A pesca da baleia no Brasil Colonial: Contratos e Contratadores do Rio de Janeiro no século XVII**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

DIEGUES, A. C. (2000). Etnoconservação da Natureza – Enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000. p. 01-46.

_____.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. (Orgs.). Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. São Paulo: NUPAUB-USO, 2000. p. 50.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **Regiões Culturais do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960. 535 p.

D'OLNE CAMPOS, M. Fazer o tempo e o tempo do fazer: ritmos em concorrência entre o ser humano e a natureza. **Ciência e Ambiente**. v. 8, 1994. p. 7-33.

DRUMMOND, J. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. v.4, n. 8, 1991. p. 177-197.

_____. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFE, 1997.

EMÍDIO-SILVA, C. **A caça de subsistência praticada pelos índios Parakanã (sudeste do Pará): características e sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado. Museu Paraense Emílio Goeldi e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 1998.

EZINNA, E. Views on Tuberculosis among the Igbo in Nigeria. **Indigenous Knowledge and Development Monitor**. v. 7, n. 2, 1999. p. 3-5.

FARIAS, G. B.; ALVES, Â. G. C. Aspectos históricos e conceituais da etnoornitologia. **Biotemas**, v. 20, n. 1, p. 91-100, 2007.

FELIPE, S. T. Dos direitos morais aos direitos constitucionais: para além do especismo elitista e eletivo. **Revista Brasileira de Direito Animal**. v. 2, n. 1, 2007.

FERNANDES, A. G.; BEZERRA, P. **Estudo fitogeográfico do Brasil**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1993.

FEWKES, J. W. A Contribution to Ethnobotany. **American Anthropologist**, v. 9, n. 1, p. 14-21, 1896.

FRAGA, J. (1999). Politique environnementale et rapports de genre dans une aire naturelle protegee: La relation global/local á Rio Lagartos au Mexique. In: MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

FRANCO, J. L. A. A História Ambiental no Brasil e os Seus Clássicos. **Sociedade e Estado/Brasília**. v. 18, n. 1/2, 2003. p. 389-394.

FRAZÃO-MOREIRA, A. As Classificações Botânicas Nalu (Guiné-Bissau): Consensos e Variabilidades. **Etnográfica**, v. 5, p. 131-155, 2001.

FREITAS, V. P. **Crimes contra a natureza**. 7ªEd. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p.77.

FREITAS, I. História Ambiental e Geografia. **Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH**, 2006.

GIOVANINI, D. 1º Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Fauna Silvestre. Brasília: Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais – **RENCTAS**, 2002. p. 108.

GODOY, M. T.; JACOBS, A. L. **Ética animal e Agenda 21: por uma abordagem biocêntrica para o ensino de ciências**. Seminário Internacional Experiências de Agenda 21: os desafios do nosso tempo. Ponta Grassa, 2009.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 179.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál. Florianópolis**. v.10, n. esp., 2007. p.83-92.

HARSHBERGER, J. W. The Purposes of Ethno-Botany. **Botanical Gazette**, v. 21, n. 3, p. 146-154, 1896.

HAUDRICOURT, A. G. Nature et culture dans la civilisation de l'igname: l'origine des clones et des clans. **L'homme, janv-avr**, v. 1964, p. 93-104, 1964.

HAYS, T. E. An Empirical Method for the Identification of Covert Categories in Ethnobiology. **American Ethnologist**. v.3, n.3, 1976, p. 489-507.

HENDERSON, J.; HARRINGTON, J. P. **Ethnozoology of the Tewa Indians**. Government Printing Office. Washington, D.C. 1914.

HOSKINS, M. (1990). The contribution of Forestry to Food Security. In: PATTISELANNO, F. Wildlife Utilization and Food Security in West Papua, Indonesia. **SEARCA, Agriculture and Development Seminar Series**. 2004. p. 06

HUNN, E. The Utilitarian Factor in Folk Biological Classification. **American Anthropologist**, v. 84, n. 4, p. 830-847, 1982.

HUNTINGTON, H. P. Using Traditional ecological knowledge in science: Methods and applications. **Ecological Applications**. v. 10, n. 5, 2000. p. 1270-1274.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012, às 17h35min.

_____. – Histórico de Queimadas-PB. (2013a). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2013, às 13h05min

_____. – Histórico de Campina Grande-PB. (2013b). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2013, às 15h20min

JUCÁ, G. N. M. (2003). A dimensão metodológica da História Oral. In: **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Imprensa Universitária, 2003. p. 40-56

KIDWELL, C. S. Native Knowledge in the Americas. **Osiris**, v. 1, p. 209-228, 1985.

LEAL, I. R., TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. **Ecologia e Conservação da Caatinga**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

_____. SILVA, J. M. C., TABARELLI, M., LACHER JR, T. E. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**. v. 1, n. 1, 2005. p. 139-146.

LEFF, H. (1994). Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. In: MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

_____. Construindo a história ambiental da América Latina. **Esboços/ UFSC**. n. 13, 2005a. p.11-26.

_____. **Saber Ambiental**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2005b. 494 p.

LEONARDI, V. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: EdUnB/Paralelo15, 1996.

_____. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: EdUnB/Paralelo15, 1999.

LEEUWENBERG, F. J.; ROBINSON, J. G. (1999). Traditional Management of Hunting by a Xavante Community in Central Brazil: The Search for Sustainability. In: ROBINSON, J. G.; BENNETT, E. L. (eds). **Hunting for sustainability in Tropical Forests (Biology and Resource Series)**. New York: Columbia University Press.

MANDUJANO, S.; RICO-GRAY, V. Hunting, use, and knowledge of the biology of the white-tailed deer (*Odocoileus virginianus* Hays) by the maya of central Yucatan. **Journal of Ethnobiology**. v. 11, n. 2, 1991. p. 175-183.

MANNICHE, L., FORMAN, W. (1999). Sacred luxuries: Fragrance, Aromatherapy and Cosmetics in Ancient Egypt. In: PIERONI, A.; QUAVE, C. L.; VILLANELLI, M. L.; MANGINO, P.; SABBATINI, G.; SANTINI, L.; BOCCETTI, T.; PROFILI, M.; CICCIOLO, T.; RAMPA, L. G.; ANTONINI, G.; GIROLAMINI, C.; CECCHI, M.; TOMASI, M. Ethnopharmacognostic survey on the natural ingredients used in folk cosmetics, cosmeceuticals and remedies for healing skin diseases in the inland Marches, Central-Eastern Italy. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 91, 2004. p. 331-344.

MARIN, J. (1996). Development durable it dimension interculturelle. In: GIORDON, A; DENIS, L. J. (coords.): **12 questions d'actualité sur l' environnement**. 2ª Ed. Paris p.127-130.

MAROTI, P. S. **Educação e percepção ambiental das comunidades do entorno de uma unidade de conservação**. Tese de Doutorado em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2002.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos Ecológicos na Etnoictiologia dos Pescadores do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba, Alagoas**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 1991.

_____. (1993). **Etnoecologia, educação ambiental e superação da pobreza em áreas de manguezais**. In: Encontro Nacional de Educação Ambiental em Áreas de Manguezais, Maragogipe. Anais do I Encontro Nacional de Educação Ambiental em Áreas de Manguezais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1993. v. 1. p. 29-35.

_____. “Do canto bonito ao berro do bode”: percepção do comportamento de vocalização em aves entre camponeses alagoanos. **Revista de Etologia**. (n. especial), 1998. p. 71-85.

_____. **Da Gargalhada ao Pranto. Inserção Etnoecológica da Vocalização de Aves em Ecossistemas Rurais do Brasil**. Tese. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999. p. 187.

_____. **Pescando pescadores: Ciência e Etnociência em uma Perspectiva Ecológica**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

_____. (2002). O olhar (des)multiplicado. O papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROZO, M. C. M.; MINGG, L. C.; SILVA, S. M. P. (eds.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. UNESP/CNPq, Rio Claro, Brasil, p.31-46.

MARTINEZ, P. H. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

MARTINS, E. S. **A caça de subsistência de extrativistas na Amazônia: sustentabilidade, biodiversidade e extinção de espécies**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília. 1993.

MARTHO, G. **A evolução dos seres vivos**. 5ª Ed. São Paulo: Scipione, 1996

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1974.

MASON, O. T. Aboriginal American Zoötechny. **Aboriginal American Zoötechny**, v. 1, n. 1, p. 45-81, 1899.

MATHIAS-MUNDY, E.; MCCORKLE, M. C. **Ethnoveterinary Medicine: An annotated bibliography. Bibliographies in Technology and Social Change**. 1ª Ed. Ames, IOWA, EUA: Technology and Social Change Programme, IOWA State University, 1989. 199 p.

MATTAR, R. N. **Pesquisa de marketing, metodologia, planejamento**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento - As bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

MEDEIROS, M. F. S. T. **A Caça de Subsistência na Reserva Extrativista Alto Juruá/AC: Caracterização, consumo e estratégias de caça**. Dissertação de Mestrado, PRODEMA. 2001.

MEIHY, J. C. S. B. **(Re) introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2011.

MELLO, L. G. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

MILNER-GULLAND, E.; BENNETT, E; GROUP, S. A. M. W. M. Wild meat: The bigger picture. **TRENDS in Ecology and Evolution**. v. 18, n.7, 2003. p. 351-357.

MISRA, K. K.; KUMAR, K. A. Ethnoveterinary Practices Among the Konda Reddi of East Godavari District of Andhra Pradesh. **Stud. Tribes Tribals**, v. 2, n. 1, 2004. p. 37-44.

MITTERMEIER, R. A., MITTERMEIER, C. G., ROBLES, G. I. P., PILGRIM, J., FONSECA, G. A. B., BROOKS, T.; KONSTANT, W. R. (eds.). **Wilderness: earth's last wild places**. Cemex, Agrupación Serra Madre, S.C., México. 2002.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação das ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga**. UFPE/ FAD/CI do Brasil, Fundação Biodiversitas, EMBRAPA-SemiÁrido, MMA/SBF. Brasília. 2002. p. 36.

_____. **Lista Nacional das Espécies da Fauna e da Flora Ameçadas de Extinção**. 2009.

MONTENEGRO, A. T. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAN, E. F. **Human adaptability: an introduction to ecological anthropology**. Colorado: Westview, 1992. 404 p.

MORIN, E. (org). **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa -América, 1996.

MORRILL, W. T. Ethnoichthyology of the Cha-Cha. **Ethnology**, v. 6, p. 405-416, 1967.

MORRIS, E. L. (1999). Scents of Time: Perfume from Ancient Egypt to the 21st Century. In: PIERONI, A.; QUAVE, C. L.; VILLANELLI, M. L.; MANGINO, P.; SABBATINI, G.; SANTINI, L.; BOCCETTI, T.; PROFILI, M.; CICCIOI, T.; RAMPA, L. G.; ANTONINI, G.; GIROLAMINI, C.; CECCHI, M.; TOMASI, M. Ethnopharmacognostic survey on the natural ingredients used in folk cosmetics, cosmeceuticals and remedies for healing skin diseases in the inland Marches, Central-Eastern Italy. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 91, 2004. p. 331-344.

MOURA, F. P. **Entre o peixe e o dendê: etnoecologia do povo dos Marimbús (Chapada Diamantina-BA)**. 2002. 121 f. Tese de Doutorado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, 2002.

MOURA, P. B. P.; MARQUES, J. G. W. Zooterapia popular na Chapada Diamantina: uma medicina incidental? **Ciências e Saúde Coletiva**. v. 13, n. 2, 2008. p. 2179-2188.

MOURA, R. C. G. A difícil definição de fauna exótica na Legislação brasileira. (2004). In: **Congresso Internacional de Direito Ambiental**, Teses 2004. Disponível em: <<http://www.planetaverde.org/teses/641/658.pdf>>. Acesso em 02 janeiro. 2013.

MOURÃO, J. S.; ARAUJO, H. F. P.; ALMEIDA, F. S. Ethnotaxonomy of mastofauna as practised by hunters of the municipality of Paulista, state of Paraíba-Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 2, n. 19, p. 7, 2006.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. Comparações entre as taxonomias Folk e Científica para peixes do estuário do Rio Mamanguape, Paraíba-Brasil. **Interciencia**, v.27, n.12, 2002, p. 664-668.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. Pescadores, Peixes, Espaço e Tempo: Uma Abordagem Etnoecológica. **Interciencia**. v.31, n.5, 2006, p. 358-363.

NARANJO, E. J.; GUERRA, M. M.; BODMER, R. E.; BOLANOS, J. E. Subsistence hunting by three ethnic groups of the Lacondon Forest, Mexico. **J Ethnobiology**. v. 24. 2004, p. 384-395.

NASÃO, P. O. **Ars Amatoria**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 131-132.

NAZARIO, N. **Atitudes de produtores rurais: perspectivas de conservação dos fragmentos de cerrado do Assentamento Reunidas, Promissão, SP**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2003. p. 132.

NOBREGA, V. A.; BARBOSA, J. A. A.; ALVES, R. R. N. Utilização de aves silvestres por moradores do município de Fagundes, Semiárido paraibano: uma abordagem etno-ornitológica. **Sitientibus série Ciências Biológicas**. v. 11, n. 2, 2011. p.165–175.

NOGUEIRA FILHO, S. L. G.; NOGUEIRA, S. S. C. Criação Comercial de Animais Silvestres: Produção e Comercialização de Carne e de Subprodutos na Região Sudeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 31, n. 2, 2000. p. 188-195.

NOWELL, K.; JACKSON, P. (1996). Wild cats. Status Survey and Conservation Action Plan. IUCN/SSC Cat Specialist Group, Gland, Switzerland. In: PALMEIRA, F. B. L.; BARRELLA, W. Conflitos causados pela predação de rebanhos domésticos por felinos em comunidades quilombolas na Mata Atlântica. **Biota Neotropica**. v. 7, n. 1, 2007. p. 119-128.

OLIVEIRA R. L. C., LINS NETO, E. M. F., ARAÚJO ELCIDA L.; ALBUQUERQUE, U. P. Conservation Priorities and Population Structure of Woody Medicinal Plants in an Area of Caatinga Vegetation (Pernambuco State, NE Brazil). **Environmental Monitoring and Assessment**. 2007.

OLMOS F., ALBUQUERQUE, J. L., GALETTI, M., MILANO, M. S., CÂMARA, I. G., COIMBRA-FILHO, A. F., PACHECO, J. F., BAUER, C., PENA, C. G., FREITAS, T. R., PIZO, M.; ALEIXO, A. (2001). Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, J. L., CÂNDIDO Jr, J. F., STRAUBE, F. C.; ROOS, A. L. **Ornitologia e Conservação: das ciências às estratégias**. Tubarão: Unisul.

OSAUÁ, M. 2001. Tráfico de Animais, um Negócio Milionário. In: ROCHA, M. S. P., CAVALCANTI, P. C. M., SANTOS, R. L., ALVES, R. R. N. Aspectos da comercialização ilegal de aves nas feiras livres de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v. 6, 2006. p.204-221.

OVERAL, W. L. (1990). Introduction to ethnozoology: what it is or could be. In: POSEY, D. A.; OVERAL, W. L. (orgs.). **Ethnobiology: implications and applications**. MPEG, Belém, Brasil, p.127-129.

PASCOAL, B. **Pensamentos – Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PALMEIRA, F. B. L.; BARRELLA, W. Conflitos causados pela predação de rebanhos domésticos por felinos em comunidades quilombolas na Mata Atlântica. **Biota Neotropica**. v. 7, n. 1, 2007. p. 119-128.

PATTISELANNO, F. Wildlife Utilization and Food Security in West Papua, Indonesia. **SEARCA, Agriculture and Development Seminar Series**. 2004.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serv. Soc. Rev.** v.2, n. 2, 1999. p. 135-148

PEDROSO JÚNIOR, N. N. “**Etnoecologia e Conservação em Áreas Naturais Protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagui**”. Dissertação de Mestrado. São Carlos – SP: Universidade Federal de São Carlos, 2002.

PEREIRA, G. A.; BRITO, M. T. Diversidade de Aves Silvestres Comercializadas nas Feiras Livres da Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. **Atualidades Ornitológicas**, n. 126, 2005. p.14.

PEREIRA, J. P. R.; SCHIAVETTI, A. Conhecimentos e usos da fauna cinegética pelos caçadores indígenas “Tupinambá de Olivença” (Bahia). **Biota Neotropica**. v. 10, n. 1, 2010. p. 175-183.

PHILLIPS, O.; GENTRY, A H., REYNEL, C., WILKI, P.; GÁVEZ-DURAND, C. B. Quantitative ethnobotany and Amazonian conservation. **Conservation Biology**. v. 8, 1994, p. 225-248.

PIANCA, C. C. **A caça e seus efeitos sobre a ocorrência de mamíferos de médio e grande porte em áreas protegidas na Mata Atlântica na Serra de Paranapiacaba**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

PIERONI, A.; QUAVE, C. L.; VILLANELLI, M. L.; MANGINO, P.; SABBATINI, G.; SANTINI, L.; BOCCETTI, T.; PROFILI, M.; CICCIOI, T.; RAMPA, L. G.; ANTONINI, G.; GIROLAMINI, C.; CECCHI, M.; TOMASI, M. Ethnopharmacognostic survey on the natural ingredients used in folk cosmetics, cosmeceuticals and remedies for healing skin diseases in the inland Marches, Central-Eastern Italy. **Journal of Ethnopharmacology**. v. 91, 2004. p. 331-344.

PIERSON, D. **O Homem do Vale do São Francisco Tomo II**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Ministério do interior do Brasil, Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. 503 p.

PIMBERT; M. P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000. p. 183-224.

PISO, G. **História natural e médica da Índia Ocidental - 1658**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

POSEY, D. (1983). Indigenous ecological knowledge and development of the Amazon, p. 225-257. In: MORAN, E. F. (ed.). **The dilemma of Amazonian development**. Westview, Boulder.

_____. Introdução a Etnobiologia: teoria e prática. **Suma Etnológica Brasileira**, v. 1, n. 1, 1986a.p. 15-25.

_____. Entomologia de tribos indígenas da Amazônia. (1986b). In: RIBEIRO, D. (ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. Rio de Janeiro: FINESP/Vozes, v. 1.

PRANCE, G. T. (1987). Vegetation. In: LEAL, I. R.; *ET AL.* Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**. v. 1, n. 1, 2005. p. 141.

PUORTO, G. **Serpentes peçonhentas, classificação e identificação**. São Paulo: Instituto Butantan, 2001.

QUAVE, C. L.; PIERONI, A.; BENNETT, B. C. Dermatological remedies in the traditional pharmacopoeia of Vulture-Alto Bradano, inland southern Italy. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**. v. 4, n. 5, 2008. p. 1-10.

QUEIROZ, M. I. (1988). Relatos Oraís: do “indizível” ao dizível. In: VON SIMSON (org.) **Experimentos com Histórias de Vida Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice.

QUIJANO-HERNÁNDEZ, E.; CALMÉ, S. Patrones de cacería y conservación de la fauna silvestre en una comunidad maya de Quintana Roo, México. **Etnobiología**. v. 2, 2002, p. 1-18.

REDFORD, K. H., The empty florest. **BioScience** , v. 42, n. 6, 1992. p. 412-422.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. 476 p.

RIBEIRO, L. B.; SILVA, M. G. O comércio ilegal põe em risco a diversidade das aves no Brasil. **Cienc. Cult**. v. 59, n. 4, 2007.

RIST, S.; DAHDOUH-GUEBAS, F. Ethnoscience – A step towards the integration of scientific and indigenous forms of knowledge in the management of natural resources for the future. **Environ Dev Sustain**, v. 8, p. 467–493, 2006.

ROCHA, M. S. P., CAVALCANTI, P. C. M., SANTOS, R. L., ALVES, R. R. N. Aspectos da comercialização ilegal de aves nas feiras livres de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v. 6, 2006. p. 204-221.

RODAL, M. J. N.; SAMPAIO, E. V. S. B.; FIGUEIREDO, M. A. **Manual sobre métodos de estudo florístico e fitossociológico – Ecossistema Caatinga**. 1. ed. Brasília, DF: Sociedade Botânica do Brasil, 1992. 24 p.

ROWCLIFFE, J.; MILNER-GULLAND, E.; COWLISHAW, G. Do bushmeat consumers have other fish to try? **TRENDS in Ecology and Evolution**. v. 20, n. 6, 2005, p. 274-276.

RUBEL, A. J. (1977). "The Epidemiology of a Folk Illness: Susto in Hispanic America." In: DAVID, L. (Ed.), **Culture, Disease, and Healing: Studies in Medical Anthropology**. New York: Macmillan Publishing Co. p. 119-128.

SAMPAIO, E. V. S. B. Overview of the Brazilian Caatinga. In: BULLOCK, S. H.; MOONEY, H. A.; MEDINA, E. (Ed.). **Seasonally dry forests**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1995. p. 35-58

SAMPAIO, Y.; BATISTA, J. E. M. Desenvolvimento regional e pressões antrópicas no bioma Caatinga. 2004. In: SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (orgs.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 311-324.

SANTOS-FITA, D.; COSTA-NETO, E. M. As interações entre os seres humanos e os animais: a contribuição da etnozootologia. **Biotemas**, v. 20, n. 4, p. 99-110, 2007.

SATO, M. "Para quem servirá Jo'Burg?". (2002). In: PEDROSO JÚNIOR, N. N. **"Etnoecologia e Conservação em Áreas Naturais Protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagui"**. Dissertação de Mestrado. São Carlos – SP: Universidade Federal de São Carlos, 2002. p. 05.

SCWARTZMAN, S., MOREIRA, A.; NEPSTAD, D. C. Rethinking tropical forest conservation: perils in parks. **Conserv. Biol.** v. 14, 2000. p. 1351-1357.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Informações de Mercado Sobre Cosméticos à base de Produtos Naturais - Relatório Completo**, 2007.

SEVERO, T. E. A.; LIMA, J. R. F.; SILVA, M. J. B. A.; NOIA, N. P. **As cadeias reativas verdes** - Prêmio Telmo Silva de Araújo de divulgação científica/ FAPESQ-PB. Campina Grande: Imprensa Adilson, 2009.

SHEIL, D.; PURI, R.; BASUKI, I.; VAN HEIST, M.; WAM, M.; LISWANTI, N.; WIYAJA, A.; MANGOPO, E.; AGUNG, M.; SAMSOEDIN, I.; SIDIYASA, K.; PERMANA, E.; GATZWEILER, F.; JOHNSON, B. 2004. Explorando la biodiversidad, el medio ambiente y las perspectivas de los pobladores en áreas boscosas: Método para la valoración multidisciplinaria del paisaje. In: MARTÍNEZ, P. N. L. **Aprovechamiento de fauna silvestre en una comunidad aledaña a la Reserva de la Biosfera Los Petenes, Campeche**. Dissertação de Mestrado. Mérida, Yucatán, México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2006.

SICK, H. (1997). Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. In: ALMEIDA, S. M.; FRANCHIN, A. G.; MARÇAL JÚNIOR, O. Estudo Etnoornitológico no Distrito Rural de Florestina, município de Araguari, Região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. **Sitientibus: Série Ciências Biológicas**. 2006. p 26-36.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p.129.

SILVA, J. M. C., TABARELLI, M. FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (Orgs.). (2004). Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. In: LEAL, I. R.; *ET AL*. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**. v. 1, n. 1, 2005. p. 139-146. 141 p.

SILVA JÚNIOR, M. **O Ofidismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1956.

SINGER, P. **Ética Prática**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1993.

SINGER, P. **Libertação Animal**. Porto Alegre, Lugano, 2004.

SMITH, N. J. H. Utilization of game along Brazil's transamazon highway. **Acta Amazonica**. v. 6, n. 4, 1976. p. 455-466.

SOUTO, F. J. B. Uma etnomedicina veterinária no estado da Paraíba. In: SOUTO, W. M. S. **Zoterápicos utilizados na Etnoveterinária nos municípios de Cubati e Pedra Lavrada, Estado da Paraíba, Brasil**. Trabalho de Conclusão de curso. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2007. 68 p.

SOUTO, W. M. S. **Zoterápicos utilizados na Etnoveterinária nos municípios de Cubati e Pedra Lavrada, Estado da Paraíba, Brasil**. Trabalho de Conclusão de curso. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2007.

STADEN, H. **Zwei Reisen nach Brasilien (1576) – Duas viagens ao Brasil: Primeiros registros sobre o Brasil**. Porto Alegre: LePM Pocket, 2010.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Grounded theory: grundlagen qualitative sozialforschung**. Datenanalyse und Theoriebildung in der empirischen soziologischen Forschung. München: Fink, 1991.

STURTEVANT, W. C. Studies in Ethnoscience. **American Anthropologist**, v. 66, n. 3 Part 2: Transcultural Studies in Cognition, p. 99-131, 1964.

TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. (2003). Áreas e ações prioritárias para a conservação da Caatinga. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. (Ed.). **Ecologia e Conservação da Caatinga**. Recife, Brasil: Ed. Universitária da UFPE, v., 2003. p. 777-796

TAMMARO, F.; XEPAPADAKIS, G. Plants used in phytotherapy, cosmetics and dyeing in the Pramanda District (Epirus, northwest Greece). **Journal of Ethnopharmacology**. v. 16, 1986. p. 167–174.

TEIXEIRA, D. M. Perspectivas da etno-ornitologia no Brasil: o exemplo de um estudo sobre a tapiragem. **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi - Série Zoologia**. v. 8, n. 1, 1992. p. 113-121.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores – A origem da Lei Negra**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINCA, C. T.; FERRARI, S. F. Caça em assentamento rural na Amazônia matogrossense. 2006. In: JACOBI, P.; FERREIRA, L. C. (org.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. Indaiatuba: ANPPAS, Annablume, 2006. p. 155-167.

VAINER, N. **No Mundo das Serpentes**. São Paulo: Editora Anchieta, 1945.

VANNUCCI-NETO, R. (2000). Aves Silvestres em Cativeiro: Considerações Gerais. In: ROCHA, M. S. P., CAVALCANTI, P. C. M., SANTOS, R. L., ALVES, R. R. N. Aspectos da comercialização ilegal de aves nas feiras livres de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v. 6, 2006. p. 204-221.

VANZOLINI, P. E. RAMOS-COSTA, A. M. M.; VITT, L. J. (1980). Répteis das Caatingas. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro. In: LEAL, I. R.; *ET AL*. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**. v. 1, n. 1, 2005. p. 141.

VASCONCELOS-NETO, C. F. A.; SANTOS, S. S.; SOUSA, R. F.; FERNANDES-FERREIRA, H.; LUCENA, R. F. P. A caça com cães em uma região do semiárido do Nordeste do Brasil. **BioFar**. v. Especial, 2012. p.1-16.

VERDADE, L. M. A exploração da fauna silvestre no Brasil: Jacarés, sistemas e recursos humanos. **Biota Neotropica**. v. 4, n. 2, 2004. p. 1-12.

VIGUERAS, A. L.; PORTILLO, L. Uses of Opuntia species and the potential impact of Cactoblastis cactorum (Lepidoptera: Pyralidae), **Mexico Florida Entomologist**. v. 84, 2001. p. 493-498.

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 208 p.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. v.4, n. 8, 1991. p. 198-215.

ZAPATA, G. Sustentabilidad de la cacería de subsistencia: El caso d cuatro comunidades Quichuas en la Amazonia Nororienta Ecuatoriana. **Mastozoología Neotropical**. v. 8, n. 1, 2001. p. 59-66.

APÊNDICES

A - QUESTIONÁRIO - USO DE ANIMAIS

Cidade/Sítio: _____ Data: ___/___/_____.
 Entrevistado (Nome): _____ Idade: _____ Sexo _____

PARA CADA ANIMAL RESPONDER AS QUESTÕES SEGUINTE ANIMAIS UTILIZADOS

Nome do animal usado _____ Parte do animal _____

Uso / Finalidade(s)? _____

Modo de uso? (Dependendo do uso)

*Existe alguma planta que pode substituir em algum dos usos? () Sim () Não

*Em qual (is) uso (s) pode haver substituição? _____

*Com quem costuma usar os recursos faunísticos (animais – domésticos, criação; pessoas – família, filhos pequenos, vizinhos)?

*Forma de conservação dos recursos faunísticos?

*Prefere tratar doenças com que medicamentos () zooterápico () farmacêuticos /Por que?

Como consegue adquirir animal? () Captura () Compra () Pede pra alguém

Lugar de coleta do animal? _____

Período preferencial de coleta? _____

Apetrechos de captura? (com que pega o animal)

*Local de compra _____ Preço _____

*Local de venda e /ou troca dos animais _____ Preço _____ (Caso a finalidade de captura seja comercialização)

*Há diferença de preços entre fêmeas e machos () sim () não Por quê?

* Animais treinados (para caça, ou canto) são mais caros? São mais procurados, apesar do preço? _____

Disponibilidade do animal? () tem muito () tem pouco () antes tinha mais

Se está diminuindo, por quê? _____

Obs: a maioria dessas perguntas surgem no decorrer da entrevista.

PERGUNTAS GERAIS

01 – O uso desses animais é antigo? (opinião dos entrevistados)

() Sim () Não

02 – Hoje se usa e captura menos animais que antigamente?

() Sim () Não () Mesma coisa. Por que? _____

03 – Como você aprendeu e passou a utilizar esses animais? _____

04 – O Senhor (a) ensina como utilizar os animais? () Sim () Não

05 - O Senhor (a) prefere se alimentar de carne de animais domésticos ou de silvestres? Por quê? _____

06 – Qual a última vez que o senhor se alimentou de carne de animais silvestres?

07- Qual o animal mais difícil de ser encontrado nessa região ultimamente?

08- Qual o valor que os animais têm para o senhor (a)?

B - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

Estado Civil:

Casado civil ou igreja ()

Solteiro ()

Separado ()

Desquitado ()

Divorciado ()

União Consensual ()

Grau de Instrução:

Analfabeto ()

Apenas escreve o nome ()

Apenas lê ()

Lê e escreve ()

Ensino fundamental completo ()

Incompleto ()

Ensino médio completo ()

Incompleto ()

Dados da Atividade, Renda Mensal e Previdência Social:

Atividade principal _____ Outras _____

Qual a sua renda mensal? _____

Quantas pessoas residem com o senhor? _____

Há quanto tempo reside nessa região? _____

C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

(OBSERVAÇÃO : para o caso de pessoas maiores de 18 anos e não inclusas no grupo de vulneráveis)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “A CAÇA E OS USOS DA FAUNA NO AGRESTE: UM ESTUDO ETNOBIOLÓGICO SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL DAS PERCEPÇÕES ACERCA DOS ANIMAIS NESSA REGIÃO PARAIBANA (1940-2012)”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho “A CAÇA E OS USOS DA FAUNA NO AGRESTE: UM ESTUDO ETNOBIOLÓGICO SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL DAS PERCEPÇÕES ACERCA DOS ANIMAIS NESSA REGIÃO PARAIBANA (1940-2012)”, terá como objetivo geral ANALISAR OS USOS PASSADOS E ATUAIS DA FAUNA SILVESTRE EM ÁREAS DA MESORREGIÃO AGRESTE DO ESTADO DA PARAÍBA COM BASE EM RELATOS ORAIS REFERENTES A ESSAS PRÁTICAS ENTRE OS ANOS DE 1940 E 2012.

Ao voluntário só caberá a autorização para **GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número **(83) 8630-9739/9926-1576** com **JOSÉ AÉCIO ALVES BARBOSA**.

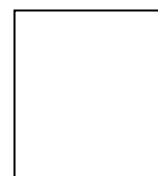
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do Participante



D - CARTA DE CESSÃO

Queimadas, ____/____/____

Prezado (a) Senhor (a).

Eu, _____, estado civil: _____, portador (a) de RG nº. _____, CPF nº.

_____, declaro para todos os fins de direito, que cedo espontaneamente os direitos da minha entrevista, realizada no dia ____/____/____, para o mestrando José Aécio Alves Barbosa, a ser usada ou integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e publicação, que está sob guarda do referido aluno.

Declaro ainda, que estou ciente dos objetivos do estudo: Analisar os usos passados e atuais da fauna silvestre em áreas da mesorregião Agreste do Estado da Paraíba com base em relatos orais referentes a essas práticas entre os anos de 1940 e 2012; Recuperar vestígios e fragmentos da história da caça em áreas da mesorregião Agreste do Estado da Paraíba; Selecionar atores locais e, através de técnicas de pesquisa em história oral, estabelecer relações entre a trajetória de vida desses indivíduos e os modos de apropriação e uso dos recursos faunísticos na localidade estudada; Catalogar as variadas espécies animais caçadas e utilizadas histórico-tradicionalmente na região estudada, estabelecendo prioridades atuais de conservação para as espécies citadas; Analisar o perfil socioeconômico dos atuais usuários de produtos derivados da fauna silvestre, bem como os diferentes modos de utilização dos recursos faunísticos pela população local; Investigar a percepção atual dos entrevistados no que refere às atitudes dessas populações em relação aos impactos e conservação da fauna da região.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente.

Assinatura do participante_____
Assinatura do Pesquisador_____
Assinatura da Testemunha

Endereço: _____

Telefones para contato: _____

E - Tabela – Animais utilizados, seus modos de uso e interação e os Valores de Uso local e Prioridades de Conservação faunística na área estudada. Legenda: Uso zoterapêutico (A), Uso etnoveterinário (B), Uso cosmético (C), Uso/Relação místico-religiosa (D), Criação/Domesticação (E), Exploração comercial (F), Uso/Relação ornamental (G), Uso alimentar (H), Relações de lazer (I), Caça de controle (J), Valor de Uso Local (VU) e Índice de Prioridade de Conservação. (PC).

| | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | Total | VU | PC |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|-------|-------|-------|
| Anfibios | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Bufonidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Cururu - <i>Rhinella jimi</i> (Stevaux, 2002). | 5 | 4 | | | | | | | | 1 | 10 | 0,208 | 38,75 |
| <i>Leiuperidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Caçote - <i>Physalaemus gracilis</i> (Boulenger, 1883) ^{LC} | 2 | | | | | | | | | | 2 | 0,042 | 36,25 |
| <i>Leptodactylidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Jia - <i>Leptodactylus vastus</i> Lutz, 1930 | 8 | | | | | | 9 | | | | 17 | 0,354 | 41,25 |
| Répteis | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Boidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Jibóia - <i>Boa constrictor</i> (Linnaeus, 1758) | 9 | | | | | | 1 | | | 2 | 12 | 0,250 | 83,75 |
| <i>Chelidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Cágado d'água - <i>Mesoclemmys tuberculata</i> (Luederwaldt, 1926) | | | | | | | | | | 9 | 20 | 0,417 | 56,25 |
| <i>Colubridae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Cobra-cipó - <i>Oxybelis aeneus</i> (Wagler, 1824) | | | | | | | | | | 7 | 7 | 0,146 | 51,25 |
| Cobra preta - <i>Pseudoboa nigra</i> (Dumeril, 1854) | | | | | 6 | | | | | 5 | 11 | 0,229 | 52,5 |
| Cobra verde - <i>Philodryas aestivus</i> (Dumeril, 1854) | | | | | | | | | | 9 | 9 | 0,188 | 36,25 |
| Corre campo - <i>Philodryas nattereri</i> (Steindachner, 1870) | | | | | | | | | | 7 | 7 | 0,146 | 36,25 |
| Jararaquinha - <i>Liophis poecilogyrus xerophylos</i> (Wied, 1835) | | | | | | | | | | 12 | 12 | 0,250 | 36,25 |
| Papa-pinto - <i>Spilotes pullatus</i> (Linnaeus, 1758) | | | | | | | | | | 6 | 6 | 0,125 | 51,25 |

| | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | Total | VU | PC |
|---|----|---|---|---|----|---|---|---|---|----|-------|-------|-------|
| <i>Crotalidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Cascavel - <i>Caudisona durisa</i> (Linnaeus, 1758) ^{DD/III} | 38 | 8 | | 8 | | 5 | 1 | | | 7 | 67 | 1,396 | 65 |
| <i>Elapidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Cobra coral - <i>Micrurus ibioboboca</i> (Merrem, 1820) | | | | | | | | | | 13 | 13 | 0,271 | 51,25 |
| <i>Iguanidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Camaleão - <i>Iguana iguana</i> (Linnaeus, 1758) ^{DD/II} | 32 | 5 | | | 1 | 2 | | 3 | | | 43 | 0,896 | 63,75 |
| <i>Teiidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Bico doce - <i>Ameiva ameiva</i> (Linnaeus, 1758) ^{LC} | 1 | | | | | | | | | 1 | 2 | 0,042 | 37,5 |
| Teju - <i>Tupinambis merianae</i> (Duméril & Bibron, 1839) ^{DD/II} | 42 | 6 | | | | | 1 | 6 | | 5 | 60 | 1,250 | 63,75 |
| <i>Testudinidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Jabuti - <i>Chelonoidis carbonaria</i> (Spix, 1824) ^{DD/II} | 4 | | | 5 | 6 | | | | | | 15 | 0,313 | 83,75 |
| <i>Tropiduridae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Lagartixa - <i>Tropidurus hispidus</i> (Spix, 1825) | 7 | | | | | | | | | | 7 | 0,146 | 36,25 |
| <i>Viperidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Malha de cascavel/ Jararaca - <i>Bothrops erythromelas</i> Amaral, 1923 | | | | | | | | | | 7 | 7 | 0,146 | 51,25 |
| Aves | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Accipitridae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Gavião - <i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788) | | | | | | | | | | 3 | 3 | 0,063 | 51,25 |
| Peneira - <i>Elanus leucurus</i> (Vieillot, 1818) | | | | | | | | | | 2 | 2 | 0,042 | 36,25 |
| <i>Caprimulgidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Bacurau - <i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789) ^{LR} | | | | | 2 | | | | | | 2 | 0,042 | 36,25 |
| <i>Cardinalidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Azulão - <i>Passerina brissonii</i> (Lichtenstein, 1823) | | | | | 14 | 2 | | | 5 | | 21 | 0,438 | 72,5 |

| | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | Total | VU | PC |
|---|---|---|---|----|----|---|---|----|----|---|-------|-------|-------|
| Trinca ferro - <i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837 | | | | | 2 | | | | | | 2 | 0,042 | 51,25 |
| <i>Cathartidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Urubu - <i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793) | 4 | | | 2 | | | | | | | 6 | 0,125 | 37,5 |
| <i>Charadriidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Tetéo - <i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782) ^{LC} | | | | 2 | | | | | | | 2 | 0,042 | 13,75 |
| <i>Columbidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Asa branca - <i>Columba picazuro</i> Temminck, 1813 ^{LC} | 2 | | | 11 | | | | | | | 13 | 0,271 | 52,5 |
| Juruti - <i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792) ^{LC} | 1 | | | | | | | 1 | | | 2 | 0,042 | 52,5 |
| Ribaça - <i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847) | | | | | | 4 | | 21 | 16 | | 41 | 0,854 | 61,25 |
| Rolinha - <i>Columbina</i> sp | | | | | | 1 | | 27 | 20 | | 48 | 1,000 | 61,25 |
| Rolinha cambuta - <i>Columbina minuta</i> (Linnaeus, 1766) | | | | | | | | 13 | 11 | | 24 | 0,500 | 56,25 |
| Rolinha prateada - <i>Columbina</i> sp. | | | | | | | | 9 | 9 | | 18 | 0,375 | 56,25 |
| <i>Corvidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Cancão - <i>Cyanocorax cyanopogon</i> (Wied, 1821) | 6 | | | 8 | 8 | | | | | | 22 | 0,458 | 72,5 |
| <i>Emberizidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Bigode - <i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758) | | | | | 14 | 1 | | | 1 | | 16 | 0,333 | 38,75 |
| Caboclinho - <i>Sporophila bouvreuil</i> (Miller, 1776) | | | | | 5 | 1 | | | 1 | | 7 | 0,146 | 38,75 |
| Canário - <i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus 1766) | | | | | 14 | 1 | 2 | | 3 | | 20 | 0,417 | 43,75 |
| Chorão - <i>Sporophila leucoptera</i> (Vieillot 1817) | | | | | 3 | | | | 1 | | 4 | 0,083 | 52,5 |
| Curió - <i>Oryzoborus angolensis</i> Linnaeus, 1766 ^{LC} | | | | | 2 | | | | | | 2 | 0,042 | 51,25 |
| Galo de campina - <i>Paroaria dominicana</i> (Linnaeus, 1758) | | | | | 21 | 4 | 2 | | 8 | | 35 | 0,729 | 62,5 |
| Gaturão - <i>Sicalis luteola</i> (Sparman, 1789) | | | | | 15 | 1 | | | | | 16 | 0,333 | 37,5 |
| Golado - <i>Sporophila albogularis</i> (Spix, 1825) | | | | | 19 | 1 | | | 1 | | 21 | 0,438 | 27,5 |
| Papa-capim - <i>Sporophila nigricollis</i> (Vieillot 1823) | | | | | 6 | 1 | | | | | 7 | 0,146 | 37,5 |
| Salta caminho - <i>Tiaris fuliginosus</i> (Wied, 1830) | | | | | 2 | | | | | | 2 | 0,042 | 36,25 |
| Tico-tico - <i>Zonotrichia capensis</i> (Müller, 1776) | | | | | 2 | 1 | | | | | 3 | 0,063 | 52,5 |

| | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | Total | VU | PC |
|---|---|---|---|----|---|---|---|----|----|---|-------|-------|-------|
| Tiziu - <i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766) | | | | | 2 | 1 | | | 1 | | 4 | 0,083 | 53,75 |
| <i>Estrildidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Bico de lápis - <i>Estrilda astrild</i> Linnaeus, 1758 | | | | | 6 | 1 | | | | | 7 | 0,146 | 37,5 |
| <i>Falconidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Acauã - <i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758) ^{LR/II} | 1 | | | 11 | | | | | | | 12 | 0,250 | 52,5 |
| Carcará - <i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777) ^{LR} | | | | | | | | | | 2 | 2 | 0,042 | 36,25 |
| <i>Fringillidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Canário belga - <i>Serinus canaria</i> (Linnaeus, 1758) | | | | | 2 | | | | 1 | | 3 | 0,063 | 67,5 |
| Corda Negra - <i>Agelaius ruficapillus</i> Vieillot, 1819 ^{LC} | | | | | 5 | | | | 3 | | 8 | 0,167 | 37,5 |
| Pinta silva - <i>Carduelis yarrellii</i> (Audubon, 1839) | | | | | 7 | | | | | | 7 | 0,146 | 36,25 |
| Vem-vem - <i>Euphonia chlorotica</i> (Linnaeus, 1776) | | | | 3 | 1 | 1 | | | | | 5 | 0,104 | 38,75 |
| <i>Furnariidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Casaca de couro - <i>Furnarius leucopus</i> Swainson, 1837 | | | | | 5 | 1 | | | 1 | | 7 | 0,146 | 53,75 |
| <i>Icteridae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Concriz - <i>Icterus jamaicaii</i> (Gmelin, 1788) | | | | | 9 | 3 | | | 1 | | 13 | 0,271 | 68,75 |
| Craúna - <i>Gnorimopsar chopi</i> (Vieillot, 1819) ^{LC} | | | | | 3 | 1 | | | 2 | | 6 | 0,125 | 68,75 |
| Xexeu-de-bananeira - <i>Icterus cayanensis</i> (Linnaeus, 1766) ^{LC} | | | | | 2 | | | | | | 2 | 0,042 | 51,25 |
| <i>Psittacidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Papagaio - <i>Amazona aestiva</i> (Linnaeus, 1758) | 1 | | 2 | | 4 | | 1 | | | | 8 | 0,167 | 70 |
| <i>Rallidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Galinha d'água - <i>Gallinula chloropus</i> , (Linnaeus, 1758) | | | | | | 4 | | 13 | | | 17 | 0,354 | 56,25 |
| <i>Thraupidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Sanhaçu - <i>Thraupis sayaca</i> (Linnaeus, 1766) | | | | | 2 | | | | | | 2 | 0,042 | 51,25 |
| <i>Tinamidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Lambu - <i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827) | | | | | | 3 | | 19 | 12 | | 34 | 0,708 | 61,25 |
| Lambu do pé roxo – <i>C. tataupa</i> (Temminck, 1815) | | | | | | 3 | | 19 | 12 | | 34 | 0,708 | 61,25 |

| | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | Total | VU | PC |
|--|----|---|---|---|----|---|---|----|----|----|-------|-------|-------|
| <i>Trochilidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Beija-flor - <i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788) ^{LC} | 1 | | | | | | 1 | | 1 | | 3 | 0,063 | 37,5 |
| <i>Turdidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Sabiá - <i>Turdus rufiventris</i> (Vieillot, 1818) | | | | | 5 | | 1 | | | | 6 | 0,125 | 52,5 |
| <i>Tyrannidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Bem-te-vi - <i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766) ^{LC} | | | | | | | | | 2 | | 2 | 0,042 | 21,25 |
| Lavandeira - <i>Fluvicola nengeta</i> (Linnaeus, 1766) | 4 | | | 5 | | | | | | | 9 | 0,188 | 37,5 |
| Maria fita - <i>Empidonax traillii</i> (Audubon, 1828) | | | | | 2 | | | | | | 2 | 0,042 | 66,25 |
| <i>Tytonidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Coruja - <i>Tyto alba</i> (Scopoli, 1769) ^{LC} | | | | 4 | | | | | | | 4 | 0,083 | 28,75 |
| Mamíferos | | | | | | | | | | | | | |
| <i>Canidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Raposa - <i>Cerdocyon thous</i> (Linnaeus, 1766) ^{LR/II} | 13 | 2 | | 8 | | | 3 | | | | 26 | 0,542 | 88,75 |
| <i>Caviidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Mocó - <i>Kerodon rupestris</i> (Wied-Neuwied, 1820) ^{LC} | 7 | | | | | 3 | | 18 | 14 | | 42 | 0,875 | 77,5 |
| Preá - <i>Cavia aperea</i> Erxleben 1777 ^{LC} | 11 | | 5 | | | 3 | | 25 | 17 | | 61 | 1,271 | 63,75 |
| <i>Cebidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Sagüi - <i>Callithrix</i> sp. | | | | | 8 | 1 | | | | | 9 | 0,188 | 22,5 |
| <i>Cervidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Veado - <i>Mazama gouazoupira</i> (G. Fischer, 1814) ^{LC} | 2 | | | 2 | | | 1 | | | | 5 | 0,104 | 83,75 |
| <i>Dasypodidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Peba - <i>Euphractus sexcinctus</i> (Linnaeus, 1758) ^{LC} | | | | | 17 | 4 | | 18 | 14 | | 53 | 1,104 | 62,5 |
| Tatu - <i>Dasypus novemcinctus</i> (Linnaeus, 1758) ^{VU} | 5 | | | | 10 | 2 | | 12 | 7 | | 36 | 0,750 | 63,75 |
| <i>Didelphidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Timbu - <i>Didelphis albiventris</i> (Lund, 1840) ^{LC} | 1 | | | | | | | 6 | 4 | 19 | 30 | 0,625 | 43,75 |

| | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | Total | VU | PC |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|--------------|-----------|-----------|
| <i>Felidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Gato Maracajá - <i>Leopardus wiedii</i> (Schinz, 1821) ^{LC} | | | | | | | 11 | | | | 11 | 0,229 | 81,25 |
| <i>Molossidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Morcego - <i>Molossus molossus</i> (Pallas, 1766) ^{LC} | 5 | | | | | | | | | 6 | 11 | 0,229 | 37,5 |
| <i>Mustelidae</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Furão - <i>Mustela putorius furo</i> Linnaeus, 1758 | | | | | | | | | | 6 | 6 | 0,125 | 36,25 |
| Tacaca - <i>Conepatus semistriatus</i> (Boddaert, 1785) ^{LC} | 4 | | | | | | | 9 | 7 | | 20 | 0,417 | 41,25 |

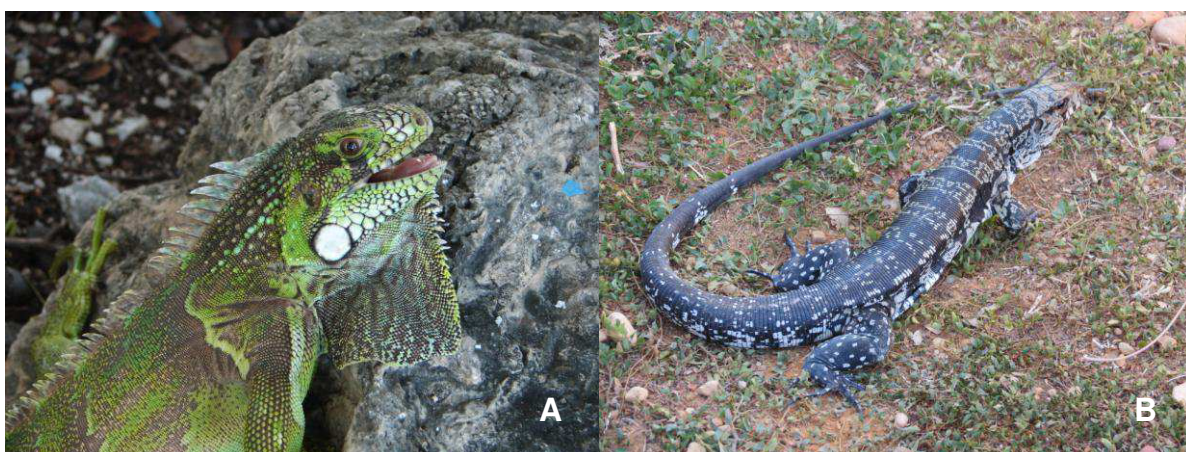
ANEXOS



A - Figura – Algumas aves citadas pelos entrevistados. Legenda: A-Concriz - *Icterus jamacaii*; B-Canário belga - *Serinus canaria*; C-Papagaio - *Amazona aestiva*; D-Azulão - *Passerina brissonii*; E-Sabiá - *Turdus rufiventris*; F- Lambu - *Crypturellus* sp. (Fotos A – E: NOBREGA, VA; Foto F: BARBOSA, JAA).



B - Figura – Alguns anfíbios citados pelos entrevistados. Legenda: A-Jia - *Leptodactylus vastus*; B-Cururu - *Rhinella jimi* (Fotos A e B: MESQUITA, DO).



C - Figura – Alguns lagartos citados pelos entrevistados. Legenda: A-Camaleão - *Iguana iguana*; B-Teju - *Tupinambis meriana*e (Fotos A e B: MESQUITA, DO)



D - Figura – Alguns quelônios citados pelos entrevistados. Legenda: A-Cágado d'água - *Mesoclemmys tuberculata*; B-Jabuti - *Chelonoidis carbonaria* (Fotos A e B: MESQUITA, DO)



E - Figura – Algumas serpentes citadas pelos entrevistados. Legenda: A-Cascavel - *Caudisona durisa*; B-Cobra coral - *Micrurus ibioboboca*; C-Corre campo - *Philodryas nattereri*; D-Malha de cascavel/ Jararaca - *Bothrops erythromelas* (Fotos A e B: MESQUITA, DO)



F - Figura – Alguns mamíferos citados pelos entrevistados. Legenda: A-Mocó - *Kerodon rupestris*; B-Peba - *Euphractus sexcinctus* (Fotos A e B: BARBOSA, JAA)